



• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos



Find content you can share, use and remix

AKEDIA, vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2

p Volume 17 – ano XI – 1º & 2º sem. 2025

ANO 11

O ACERVO DE PUBLICAÇÕES DA AKEDIA É REGIDO PELA LICENÇA CREATIVE COMMONS – ATRIBUIÇÃO 4.0 INTERNACIONAL



GRUPO de pesquisa SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA
(SIC)

Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos

p - ISSN 2447-7656 e - ISSN 2674-2561 DOI 10.33726 – Volume 17 – Ano XI – 1º & 2º Sem. de 2025

MPEDUCACIONAL

AKEDIA – VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS

VOLUME 17 – ANO XI – 1º & 2º SEM.

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO
CONHECIMENTO
ESTUDOS FILOSÓFICOS INTERSEMIÓTICOS

RIO PRETO – SP / FRUTAL – MG
2025

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME

Neste volume 17, reiteramos em nossos textos, os elementos precursores de um dos conceitos associáveis ao termo AKEDIA, vocábulo que compõe o nome de nosso periódico. No presente caso, a palavra *Acédia* (do Francês), retrata uma ideia que “indica a situação da mente oprimida por uma indisposição, cujas nuances incluem desgosto pela vida, tédio, desânimo, preguiça, sonolência, melancolia, náusea, relutância, tristeza, desmotivação.

A acepção de AKEDIA ou Acédia aqui retomada, expressa também um modo desse sentimento. Assim, o sentimento de AKEDIA ou de *Acédia* torna o seu personagem, vítima de vários medos (por exemplo, de doenças mais imaginárias do que reais), sensação de ineficácia no trabalho, postura intolerante ou inócuia em apoiar “os outros”, impotência para controlar os pensamentos que invadem sua alma e o levam ao desânimo, a uma tal insatisfação consigo mesmo, que o sujeito, alvo de *Acédia* até se pergunta, se já não perdeu tudo em sua vida (mais informações, em: <https://www.youtube.com/watch?v=pNR6vShJTwU&pp=ygUGYWNpZGlh>).

Daí, é que nisso, o sentimento de AKEDIA pode se tornar um verdadeiro estado depressivo (o Catecismo da Igreja Católica o define como “uma forma de depressão, devido ao relaxamento do ascetismo, ao declínio da vigilância, à negligência do coração”) em que o homem é tentado a reduzir a nada sua vida passada (quebrando o vínculo matrimonial ou abandonando os votos religiosos ou, em qualquer caso, “mudando” disso para aquilo) ou até mesmo se matando”. Sobre a AKEDIA ou Acédia, neste sentido, Isaac de Nínive sugere que ela “faz o gosto do inferno” (*Les mots de la spiritualité*. By Enzo Bianchi: Paris, 2000. Disponível em: <https://monasterodibose.it/fr/priere/lexique-spirituel/404-acedia>).

Já, em sua vertente marxista, a acepção akediana milita na seara progressista, democrata, no espectro político localizado mais à esquerda, posto que seus postulados se difundem, por meio de uma narrativa que cria uma câmara de eco de vitimismo nas pessoas. Isto é, a Acédia fala ao seu público diretamente naquilo que as confirma em suas carências sociais, em seus deságios culturais, nas suas fraquezas emocionais, prometendo supri-las com a criação de legislação favorável, com a concessão de benemerências, paternalismos que, em última análise, acabam por constituir um enorme contingente de audiência passiva e de fácil condução.

(Marcelo Pessoa – Editor-Chefe)

Conselho Editorial & Consultivo / Members of the Council

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha (USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP). Instituto de Biociências – Depto. de Zoologia, Cidade Universitária

Dr. Fábio Akcelrud Durão (UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP. Depto. Teoria Literária, Cidade Universitária Zeferino Vaz)

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL – Universidade Aberta – Lisboa, Portugal)

Dra. Susanna Busato (UNESP – Universidade Estadual Paulista, Rio Preto – SP)

Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes (UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR)

Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG, Frutal – MG)

Dr. Allynson Takehiro Fujita (UEMG, Frutal – MG)

Dra. Cintia Camargo Vianna (UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica – MG)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal – MG)

Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal)

Dr. Massimo Di Felice (USP – Universidade do Estado de São Paulo; ECA – Escola de Comunicação e Artes – Cidade Universitária – SP)

Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira (UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Barra do Garças – MG)

Dr. André Vinicius Martinez Gonçalves (IFG – Instituto Federal de Goiás, Formosa – GO)

Pareceristas Permanentes / Permanent Reviewers

Dr. Ricardo Cambraia Parreira (UFGO, Campus II)

Dra. Aida Franco de Lima (UNEMAT)

Dra. Olena Kovalek (AFA – Academia da Força Aérea)

Dr. Eder Ângelo Milani (UFGO, Campus Samambaia)

Dra. Daniela Soares Portela (Anglo – Sistema de Ensino)

Dr. Frederico Thales de Araújo Martos (UEMG, Frutal)

Dr. Isaar Soares de Carvalho (UEMG, Frutal)

Dr. Levi Henrique Merenciano (UEMG, Frutal)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG, Frutal)

Dr. Wisley Moreira Farias (UEMG, Frutal)

Equipe de Revisão Final de Normas e de Linguagem / Final Standards Team

Dr. Marcelo Pessoa, Boss Editor, BRAZIL

Arianne Moraes – Depto. de Marketing, BRAZIL

Paulo Lara Galvão Filho – Consultor Relações Internacionais, EUA

Yago Patranis – Assistente Editorial, INDIA

Paulo Henrique Pedro – Informata, BRAZIL

Revisão de Diagramação e Arte / Review of Diagramming and Art

Dr. Marcelo Pessoa, BRAZIL

Editor-Chefe / Boss Editor

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Créditos de Capa

- Ilustrativa: *Imagens públicas de Alexandre de Moraes, disponíveis na Internet.*

Ver parte delas no link: https://www.google.com/search?sc_esv=76304cc329e4311f&sxsrf=AE3TifPp_36HAXkZdXpsE1b-U1_1KV5RFQ:175451652222&udm=2&fb=Alljphx5k-tONtMCu8DeA7E5WMW03DuzU6NxqgSQpxLufH979EbjM1UnGOfb_De2_mzng_sLSLWC_PVgMrqXqpGCL7Rw-Ayo0yc8EgVeMdfa_Z5LuOrxAin-BRuXVu6lIYOrj0oyWLXisuiYZjUiaeCAjgAaCnHt1l0VNj7GajfGeoogq5W4PQYnUibfmc4_3DvsSPEm6Fy9zLuXw90QrzVcKeoSf-c&q=alexandre+de+moraes&sa=X&ved=2ahUKEwj_Sbywk_eOAxXPlrkGHRMOCosQtKgLegQIGRAB (Acesso em 06/08/2025, às 18h43min).

Impressão por demanda do volume 17 / On-demand printing vol. 17

MPEducacional & AKEDIA Books

Periódico Nacional Indexado por / National Journal Indexed by

Ulrich's – Proquest International Indexer Journal

Google Scholar

Diadorim/IBICT

Latindex

Orcid Connecting Research and Researchers

Researcher Id

Claryvate Analytics

Crossref Foundation

Periódico Licenciado e também Indexado por / Licensed Journal

Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Editor Corporativo / Corporate Editor

Revista AKEDIA – MPEducacional & Grupo SIC – UEMG / CNPq

P475p Pessoa, Marcelo

Produção e Difusão do Conhecimento. Estudos Filosóficos Intersemióticos e suas linguagens. / Marcelo Pessoa (org.) -- Frutal, dezembro, 2025.

122 p. f.: il., (vol. 17, ano X, 1º & 2º semestres, 2025).

p - ISSN 2447-7656 e - ISSN 2674-2561 DOI 10.33726

1. Produção científica. 2. Homem. 3. Cultura. 4. Sociedade I. Pessoa, Marcelo. II. UEMG / CNPq. III. Título.

CDU 008

EDITORIAL PARA O VOLUME 17

VISÃO INTERDISCIPLINAR

É com grande satisfação que, neste mês de dezembro de 2025, divulgamos o volume 17 da “Revista AKEDIA: Versões, Negligências e Outros Mundos”.

Concebida originalmente, na segunda metade do ano de 2015, para que fosse uma publicação impressa, esta mídia científica, alinhada às demandas técnicas de seu tempo, rapidamente passou a integrar repositórios digitais como o do *site* da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal, sendo logo, em 2016, embarcada no seu próprio sítio, via plataforma “wix.com” e, a partir daí, com domínio próprio: revistaakedia.com.br.

Nesta condição, fez-se eletronicamente reger pelo sistema *open access* ao leitor e, quando em modal impresso, o faz, somente emitido sob demanda, atendendo a questões ecológicas, evitando acúmulo de papel e desperdício de recursos indispensáveis ao Planeta e à sociedade.

Cumprindo quesito CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) de periodicidade semestral, a AKEDIA divulga chamadas de publicação em regime de fluxo contínuo e, a partir do ano de 2023, ao obter estrato QUALIS, lança volume anual único, contendo as submissões feitas em fluxo contínuo, de 1º e 2º semestres.

O perfil editorial da Revista AKEDIA é gerenciado por seu Editor-Chefe, que também é líder do Grupo de Pesquisas Sociedade, Imagens e Cultura (SIC), e CEO da MPEDUCACIONAL, entidade que gerencia produtos como a Revista AKEDIA, o Canal YOUTUBE da Revista AKEDIA, e o Blog FALA SÉRIO! – FACEBOOK, e demais mídias sociais de divulgação da informação e da Ciência.

A composição do Conselho Editorial & Consultivo do periódico, conta com a participação de pesquisadores de instituições brasileiras e de outros países, os quais atuam, sempre que solicitados, como consultores *ad hoc*, dirimindo questões as quais, sem seu *know how*, a solução não se daria a contento.

Centrada nas preocupações associadas às Ciências Humanas e Sociais, esta Revista, bem como as demais publicações científicas e ficcionais do Grupo AKEDIA & MPEDUCACIONAL, apesar de tal premissa, não se atém obrigatoriamente à espécie conceitual que se

evoca para esta ou aquela área do conhecimento: atua multidisciplinarmente.

Simultaneamente e por isso, nossas publicações não se propõem interdisciplinares, visto que seria paradoxal, isto é, soaria “disciplinar”, romper com uma tradição e aderir a outra:

A Área Multidisciplinar, criada em 1999, passou a ser designada Área Interdisciplinar em 2008, compondo a Grande Área Multidisciplinar. Desde sua criação em 1999, a Área Interdisciplinar vem apresentando a maior taxa de crescimento na CAPES. [...] Esta atuação deve ser entendida como importante para o sistema de Pós-graduação nacional, na medida em que serve como elo de entrada de um número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino pós-graduado, contribuindo para o aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada em recursos humanos nas várias regiões do território nacional (CAPES, doc. de área 2016, p. 02. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfGF2YWxpYWNhby1xdWFkcmllbmFsfGd4OjFjNGI5Y2YwNGZmZjNjMDI>, acesso em 04/07/2019).

É fato, por isso, que as publicações ditas, assim, tipicamente akedianas, são controversas por índole metodológica, uma vez que orienta nosso *corpus* editorial o desejo de reunir e propalar textos que tratem dos aspectos contraditórios humanos, sociais e culturais que constituam nossa civilização, acenando para um território de reflexões e de fronteiras visíveis e invisíveis, à luz do rigor científico stricto sensu, porém, sempre móveis e ajustáveis per se.

Nesta cesta de letras e pensamentos, portanto, cabe toda ponderação que se conceba no mundo, por meio de diálogos recíprocos entre o orgânico e o inorgânico, entre o político e o cultural, entre o microscópico e o macroscópico, entre o econômico e o social, entre o tátil e o invisível, entre o senso e o dissenso, pois, em suma:

A natureza complexa de tais problemas pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas diferentes, bem como entre saberes disciplinares e saberes não disciplinares da sociedade e das culturas, dependendo do nível de complexidade do fenômeno a ser tratado. Daí, a relevância, no mundo contemporâneo, de novas formas de produção do conhecimento que tomam como objeto fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares, quando a complexidade do problema requer diálogo entre e além das disciplinas. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos colocam-se para diferentes campos da ciência e da tecnologia (CAPES, doc. de área 2009. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/inter03ago10.pdf>, acesso em 06/05/2015).

Finalmente, vale dizer que, neste espaço de divulgação científica, se publicam textos de membros e não membros do Grupo SIC.

Desse modo, a produção docente, a publicação discente e dos servidores públicos, ou mesmo da iniciativa privada, indicadas por integrantes de nosso conselho editorial nos são objetos preferenciais, desde que frutos de pesquisa básica ou aplicada, em estágio intermediário, medial ou avançado, devidamente orientadas, e que se conectem com o eixo qualitativo expressivo de nosso conselho editorial & consultivo e também respeitem os ditames aludidos pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

Marcelo Pessoa
(Editor-Chefe AKEDIA Journal & AKEDIA Books)

AKEDIA, vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2
p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561
ANO 11

PREFÁCIO PARA O VOLUME 17

Neste volume 17 da Revista AKEDIA: Versões, Negligências e Outros Mundos, completamos 11 anos na lida, e ainda seguimos a mesma motivação essencial do primeiro número, editado em 2015.

Naquele momento *arkhe* (do grego, principiador), o mote foi o de atender a uma demanda específica, que era o de dar vazão à produção científica de um grupo de alunos de pós-graduação da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal), que cursaram a pós-graduação *lato sensu*, intitulada “Especialização em Gestão Pública”, formação oferecida pela unidade uemguiana da FAPP – Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves, com sede em Belo Horizonte – MG.

Isto posto, vemos, no volume 17, neste ano de 2025, que os autores e autoras que publicamos já não são apenas os da pós-graduação, mas, também, docentes, alunos de graduação, oriundos de outros centros de excelência do ensino.

Igualmente, nota-se que a inserção de membros consultores renomados passou a integrar fortemente a rotina avaliativa feita por pares na AKEDIA.

Isto aconteceu, devido à generosidade dos autores e autoras que, ao longo do tempo, entenderam a importância de enriquecer com suas colaborações, ousadas propostas como a nossa e, ao nos procurarem, manifestaram o desejo de compor frases e pensamentos nestas páginas, singelamente denominadas de “akedianas”.

Resumidamente, este espaço de escrita acadêmica vem sendo, desde então, consolidado no terreno da exposição do brocardo científico que dá voz à pesquisa básica e aplicada, em face do que se reconhece como necessidade para a construção de uma tradição de ensino, de pesquisa, de gestão e de extensão que se pretenda duradoura.

PESSOA, Marcelo –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

SUMÁRIO

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME 17.....	03
EDITORIAL PARA O VOLUME 17 – VISÃO INTERDISCIPLINAR.....	06
PREFÁCIO PARA O VOLUME 17.....	09

ARTIGOS

(NOTA: A ORIGINALIDADE DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E AUTORAS. Cabe à Equipe Editorial da Revista AKEDIA, apenas a REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO, REVISÕES de NORMAS DA ABNT / LINGUÍSTICA E POSTAGEM NO SITE)

1. MISES, Ludwig von – O CÁLCULO ECONÔMICO SOB O SOCIALISMO	15
2. PESSOA, Marcelo & CONDE, Dirceu Cléber – A NAU, O HOMEM E O MUNDO PARTICULARIDADES DE UMA LINGUÍSTICA EM CONSTRUÇÃO	48
3. CARVALHO, Celso Almeida de – TERCEIRO MANDATO DO PRESIDENTE LULA: UMA REPRISE DO SEGUNDO GOVERNO DILMA (2014-2016) NA ECONOMIA?	62
4. PESSOA, Marcelo – PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO NUM REINO GOVERNADO POR LEÕES	81
5. CARVALHO, Isaar Soares de – Economia, Ética e Política na obra São Jorge dos Ilhéus, de Jorge Amado	100
6. PORTARI Jr., Sérgio Carlos - Interfaces Imersivas e a Experiência do Vale da Estranheza em Personagens Virtuais	108

p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561

ANO 11

RESUMOS & RESUMOS EXPANDIDOS

(NOTA: A ORIGINALIDADE DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E AUTORAS. Cabe à Equipe Editorial da Revista AKEDIA, apenas a REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO, REVISÕES de NORMAS DA ABNT / LINGUÍSTICA E POSTAGEM NO SITE)

1. PESSOA, Marcelo – LINGUAGEM E CONTEXTO – CONEXÕES ENTRE SAUSSURE E FOUCAULT R – 01-05

AKEDIA, vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2
p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561
ANO 11

• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

AKEDIA, vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2

p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561

SEÇÕES ESPECIAIS

(As seções especiais são de responsabilidade
de seus editores)

ARTIGOS COMPLETOS

Editores Responsáveis por esta Seção

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha
(USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP)

Dr. Fábio Akcelrud Durão
(UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP)

Dra. Susanna Busato
(UNESP – Universidade Estadual Paulista, IBILCE – Rio Preto – SP)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Artigo Completo”. As pesquisas apresentadas são resultantes, em sua maioria, de atividades de pesquisa autoral ou de investigação orientada, trazidas a esta editoria científica como contribuição ao volume 16 de nosso periódico.

AKEDIA, vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2
p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561
ANO 11

RESUMOS E RESUMOS EXPANDIDOS

Editor Responsável por esta Seção

Prof. Dr. Josney Freitas Silva
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Resumo”. As pesquisas apresentadas são resultantes, em sua maioria, de uma atividade de investigação orientada. Há, ainda, outras produções que a este grupo principal se integraram, pois exprimem resultados parciais, intermediários ou finais oriundos das mais diversas fontes: trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa, de iniciação científica ou de extensão, além de pesquisa docente.

PRODUÇÃO TEXTUAL LIVRE

Editor Responsável por esta Seção

Prof. Dr. Levi Henrique Merenciano
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais)

p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561

ANO 11

Neste segmento, temos os textos que se regem pela tipologia textual do gênero “Produção Textual Livre”. As escritas apresentadas são resultantes de atividade intelectual sem vínculos com o fazer *stricto sensu* da Ciência, porém, com total aderência às prerrogativas do pensamento humano em seu caráter mais universal. Neste sentido, poemas, ensaios, contos, crônicas, relatos de experiência foram aceitos, visto que aqui, também damos plena liberdade de expressão como elemento integrador social, prescindindo-se, em certos casos, da rigidez da norma culta da língua ou das normas da ABNT, em prol da vazão artística e da licença poética.

O CÁLCULO ECONÔMICO SOB O SOCIALISMO

English title: *THE ECONOMIC CALCULATION UNDER SOCIALISM*

doi: DOI NUMBER: 10.33726/akedia2447-7656v17a112025p15a47

MISES, Ludwig von¹

RESUMO: O *Cálculo Econômico sob o Socialismo* foi publicado, pela primeira vez, em 1920. No texto se demonstrou a impossibilidade de se implementarem os custos sob a ótica do Socialismo. Mises argumenta que o planejamento econômico, como substituto do livre mercado, é inviável, visto que no Socialismo não é possível se calcular racionalmente os verdadeiros custos de produção, tampouco se promover o equilíbrio natural entre oferta e demanda como reguladores dos preços. Estas condições de inviabilidade foram reafirmadas nos *Prefácios* de Yuri Maltsev e de Jacek Kochanowicz, ambos de 1990, sendo estes dois autores frequentemente acoplados ao texto original de Mises. Nisso, os *Prefácios* de 1990, se configuraram como uma espécie de apêndices balizadores atemporais dos postulados descritos por Mises, ainda nos longínquos *Roaring Twenties* (os loucos anos 20). Desde então, o *Cálculo Econômico sob o Socialismo* tem sido republicado, procedimento idêntico ao que ora realizamos neste volume 17 da Revista AKEDIA, ofertando aos leitores, mais uma oportunidade de reencontro com um dos grandes clássicos do pensamento social e econômico da contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Austríaca, Socialismo, Capitalismo

ABSTRACT: Economic Calculation under Socialism was first published in 1920. The text demonstrated the impossibility of implementing costs under socialism. Mises argues that economic planning, as a substitute for the free market, is unfeasible, since in Socialism it is not possible to rationally calculate the true costs of production, nor to promote the natural balance between supply and demand as price regulators. These conditions of unfeasibility were reaffirmed in the Forewords by Yuri Maltsev and Jacek Kochanowicz, both from 1990, and these two authors are often linked to Mises' original text. In this respect, the 1990 Prefaces are a kind of timeless appendix to the postulates described by Mises back in the 1920s (*Roaring Twenties*). Since then, Economic Calculation under Socialism has been republished, a procedure identical to the one we are now carrying out in this 17th volume of AKEDIA Magazine, offering readers another opportunity to re-encounter one of the great classics of contemporary social and economic thought.

KEYWORDS: Austrian school, Socialism, Capitalism

¹ Líder da *Escola Austríaca*, Mises (1881-1973, EUA) foi o originador de uma Teoria Econômica fundamentada numa liberdade individual que não apenas fosse um valor Ocidental ou Capitalista, mas um valor universal e, assim posta, tida como essencial para o bem-estar e a prosperidade de todas as sociedades. Os escritos e palestras de Mises abarcavam temas como teoria econômica, história, epistemologia, governo e filosofia política.

PREFÁCIO

Abril de 1990, por Yuri Nicholas Maltsev²

O século XX testemunhou o surgimento, o desenvolvimento e o colapso do mais trágico experimento da história humana: o Socialismo. Esse experimento resultou em monstruosas perdas humanas, na destruição de economias potencialmente ricas e em colossais desastres ecológicos. Tal experimento (teoricamente) acabou, mas a devastação continuará afetando a vida e a saúde das inúmeras gerações vindouras.

Mas, a verdadeira tragédia desse experimento, é que Ludwig von Mises e seus seguidores – dentre as melhores mentes econômicas deste século – já haviam desmascarado e explicitado toda a realidade do Socialismo, ainda em 1920. Entretanto, o alerta deles foi completamente ignorado.

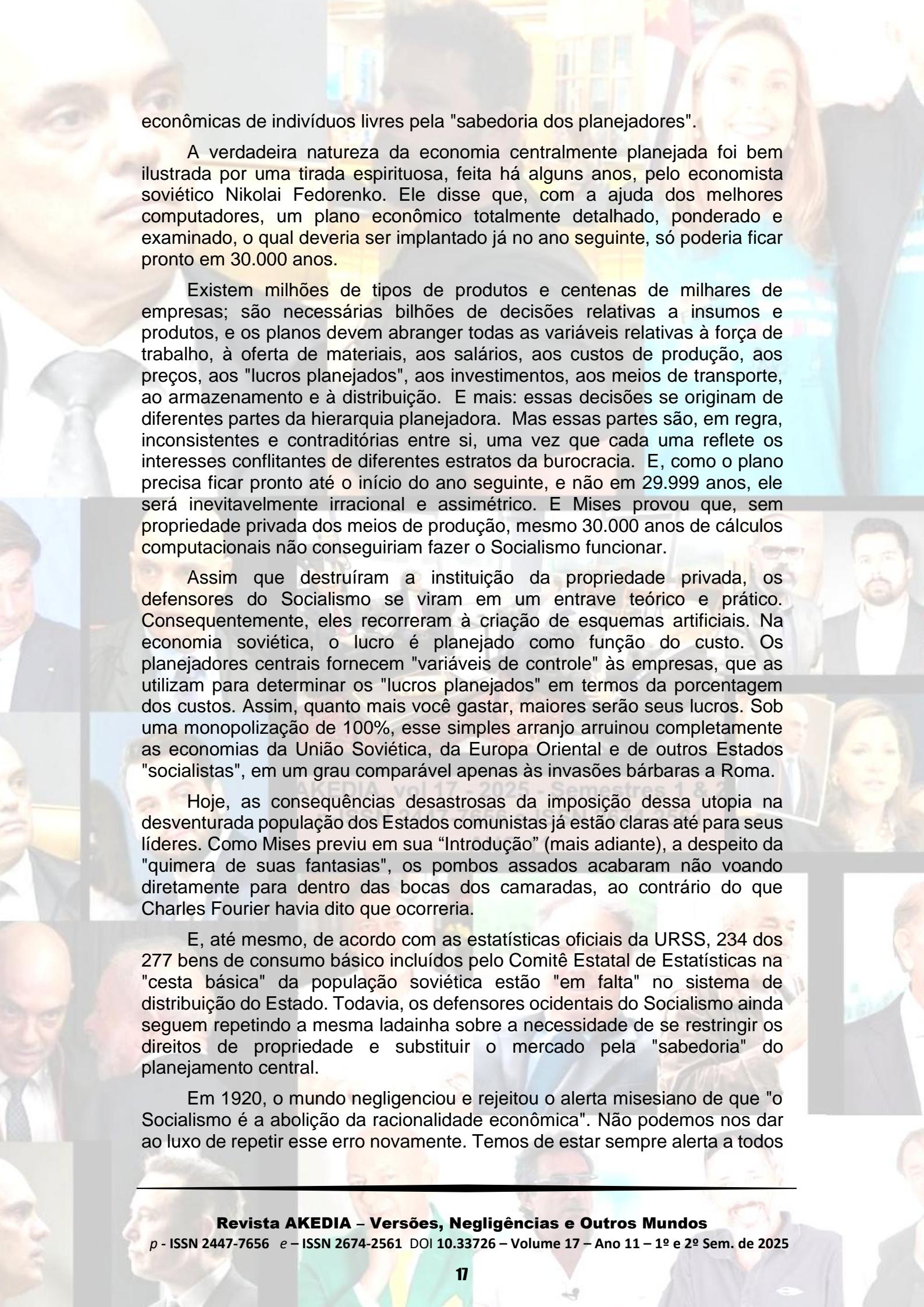
Neste ensaio, "O Cálculo Econômico sob o Socialismo", Mises examina as alegações mais fundamentais do Marxismo. Ao fazer isso, Mises expõe o Socialismo como sendo um esquema que, além de utópico, é ilógico, antieconômico e impraticável em sua essência. Ele é "impossível" e destinado ao fracasso, porque é desprovido da fundamentação lógica da economia. O Socialismo não fornece meio algum para se fazer qualquer cálculo econômico objetivo – o que, por conseguinte, impede que os recursos sejam alocados em suas aplicações mais produtivas. Em 1920, entretanto, o entusiasmo pelo Socialismo era tão forte, principalmente entre os intelectuais ocidentais, que esta pequena e perspicaz obra-prima de Mises não apenas não foi compreendida, como também foi deliberadamente distorcida pelos críticos.

Porém, a efetiva implementação do Socialismo mostrou a total validade da análise de Mises. O Socialismo tentou substituir bilhões de decisões individuais feitas por consumidores soberanos no mercado, por um "planejamento econômico racional", feito por uma comissão de iluminados, investida do poder de determinar tudo o que seria produzido e consumido, e quando, como e por quem se daria a produção e o consumo. Isso gerou escassez generalizada, fome e frustração em massa.

Quando o governo soviético decidiu determinar 22 milhões de preços, 460.000 salários e mais de 90 milhões de funções para os 110 milhões de funcionários do governo, o caos e a escassez foram o inevitável resultado. O estado socialista destruiu a ética inerente ao trabalho, privou as pessoas da oportunidade e da iniciativa de empreender, e difundiu amplamente uma mentalidade assistencialista.

O Socialismo produziu monstros como Stalin e Mao Tsé-tung, e cometeu crimes até então sem precedentes contra a humanidade, em todos os estados comunistas. A destruição da Rússia e do Camboja, bem como a humilhação sofrida pela população da China e do Leste Europeu, não foram causadas por "distorções do Socialismo", como os defensores dessa doutrina gostam de argumentar; elas são, isto sim, a consequência inevitável da destruição do mercado, que começou com a tentativa de se substituir as decisões

² Membro Sênior do *International Center for Development Policy* e do *The Ludwig von Mises Institute*. Foi Pesquisador Sênior do *Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS* (1987-89).



econômicas de indivíduos livres pela "sabedoria dos planejadores".

A verdadeira natureza da economia centralmente planejada foi bem ilustrada por uma tirada espirituosa, feita há alguns anos, pelo economista soviético Nikolai Fedorenko. Ele disse que, com a ajuda dos melhores computadores, um plano econômico totalmente detalhado, ponderado e examinado, o qual deveria ser implantado já no ano seguinte, só poderia ficar pronto em 30.000 anos.

Existem milhões de tipos de produtos e centenas de milhares de empresas; são necessárias bilhões de decisões relativas a insumos e produtos, e os planos devem abranger todas as variáveis relativas à força de trabalho, à oferta de materiais, aos salários, aos custos de produção, aos preços, aos "lucros planejados", aos investimentos, aos meios de transporte, ao armazenamento e à distribuição. E mais: essas decisões se originam de diferentes partes da hierarquia planejadora. Mas essas partes são, em regra, inconsistentes e contraditórias entre si, uma vez que cada uma reflete os interesses conflitantes de diferentes estratos da burocracia. E, como o plano precisa ficar pronto até o início do ano seguinte, e não em 29.999 anos, ele será inevitavelmente irracional e assimétrico. E Mises provou que, sem propriedade privada dos meios de produção, mesmo 30.000 anos de cálculos computacionais não conseguiram fazer o Socialismo funcionar.

Assim que destruíram a instituição da propriedade privada, os defensores do Socialismo se viram em um entrave teórico e prático. Consequentemente, eles recorreram à criação de esquemas artificiais. Na economia soviética, o lucro é planejado como função do custo. Os planejadores centrais fornecem "variáveis de controle" às empresas, que as utilizam para determinar os "lucros planejados" em termos da porcentagem dos custos. Assim, quanto mais você gastar, maiores serão seus lucros. Sob uma monopolização de 100%, esse simples arranjo arruinou completamente as economias da União Soviética, da Europa Oriental e de outros Estados "socialistas", em um grau comparável apenas às invasões bárbaras a Roma.

Hoje, as consequências desastrosas da imposição dessa utopia na desventurada população dos Estados comunistas já estão claras até para seus líderes. Como Mises previu em sua "Introdução" (mais adiante), a despeito da "quimera de suas fantasias", os pombos assados acabaram não voando diretamente para dentro das bocas dos camaradas, ao contrário do que Charles Fourier havia dito que ocorreria.

E, até mesmo, de acordo com as estatísticas oficiais da URSS, 234 dos 277 bens de consumo básico incluídos pelo Comitê Estatal de Estatísticas na "cesta básica" da população soviética estão "em falta" no sistema de distribuição do Estado. Todavia, os defensores ocidentais do Socialismo ainda seguem repetindo a mesma ladainha sobre a necessidade de se restringir os direitos de propriedade e substituir o mercado pela "sabedoria" do planejamento central.

Em 1920, o mundo negligenciou e rejeitou o alerta misesiano de que "o Socialismo é a abolição da racionalidade econômica". Não podemos nos dar ao luxo de repetir esse erro novamente. Temos de estar sempre alerta a todos

os esquemas que porventura possam nos levar a uma nova rodada de experimentos estatais sobre as pessoas e sobre a economia.

"A propriedade privada dos fatores materiais de produção", enfatizou Mises, "não representa uma restrição na liberdade de todas as outras pessoas poderem escolher o que melhor lhes convém. Representa, ao contrário, o mecanismo que atribui ao homem comum, na condição de consumidor, a supremacia em todos os campos econômicos. É o meio pelo qual se estimula os indivíduos mais empreendedores de um país a empenhar a melhor de suas habilidades a serviço de todas as pessoas".

Que jamais voltemos a ignorar as constatações deste grande pensador, pelo bem da liberdade e das gerações futuras.

PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 1990

Abril de 1990, por Jacek Kochanowicz (1946-2014)³

A refutação seminal da economia socialista, escrita por Ludwig von Mises, há 70 anos e aqui republicada (nesta republicação da AKEDIA, em 2025, não são mais setenta anos, mas, 105 anos), é uma perfeita descrição do "Socialismo real" de hoje, ou melhor, de ontem. A tese de Mises é que em uma economia socialista é impossível haver um cálculo econômico racional; quaisquer tentativas de se alocar eficientemente os recursos na ausência de propriedade privada dos meios de produção irão necessariamente falhar. A desastrosa experiência do Bloco Oriental com o Socialismo mostrou ao mundo que Mises estava correto, desde o início.

Nesse artigo, Mises fala sobre o Socialismo em sua forma completa, onde o Estado é o único proprietário de todos os meios de produção. Embora escrito há muito tempo, sua descrição é um reflexo perfeito da realidade econômica da União Soviética, desde o final dos anos 1920, e da Europa Central e Oriental desde o final dos anos 1940, até praticamente hoje.

Na economia socialista que Mises descreveu, indivíduos com gostos diferentes demandam e trocam livremente bens de consumo. O dinheiro pode existir, mas somente dentro da limitada esfera do mercado para bens de consumo. Na esfera da produção, entretanto, não há propriedade privada dos meios de produção. Eles, os meios de produção, não são comercializados e, como consequência, é impossível estabelecer preços que refletem as condições reais. E, se não há preços, não há um método para se encontrar a combinação mais efetiva dos fatores de produção.

Esse ensaio pioneiro de Mises, levou a um famoso debate sobre o cálculo econômico no Socialismo. O economista polonês Oskar Lange, contestou a posição de Mises, e tentou mostrar que um Socialismo pode funcionar através de um método de "tentativa e erro"^[1]. No modelo de Lange, a economia tem um

³ Professor na Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade de Varsóvia, Polônia. Doutor em Economia, com a Tese "Disputa sobre a teoria da economia camponesa. Agricultura camponesa na teoria da economia e história econômica", em 1976.

livre mercado apenas para bens de consumo. A esfera da produção é organizada em empresas e filiais, e há um Comitê de Planejamento Central. Exige-se que os chefes das empresas estabeleçam planos de produção exatamente da mesma maneira que empreendedores privados fariam – uma maneira que minimize os custos e faça com que o custo marginal seja igual ao preço. O Comitê de Planejamento Central determina a taxa de investimento, o volume e a estrutura dos bens públicos, e os preços de todos os insumos. A taxa de investimento é estabelecida igualando-se a demanda à oferta de bens de capital. O Comitê aumenta os preços quando a demanda não é satisfeita e os diminui quando a oferta é muito grande.

Presumindo-se por um momento que isto funcionaria, surge a pergunta inevitável: por que esse método seria melhor do que o mercado verdadeiro? Para Lange, havia duas vantagens. Primeiro, a renda poderia ser mais igualmente distribuída. Uma vez que não há renda de capital, as pessoas seriam pagas de acordo com seu trabalho. (Algumas pessoas receberiam uma renda adicional, que seria um tipo de "aluguel" por suas habilidades específicas). Segundo, o Socialismo permitiria um melhor planejamento para investimentos de longo prazo. O investimento não seria guiado por flutuações de curto prazo nas opiniões sobre as oportunidades futuras e, por isso, haveria menos desperdício e mais racionalidade. Similarmente ao que pensava John Maynard Keynes e, mais tarde, Paul Samuelson, Lange também pensava que, embora o livre mercado de fato pudesse fornecer sinais adequados quanto às decisões de produção no curto prazo, ele não poderia fornecer sinais de longo prazo em relação ao investimento.

Lange utilizava terminologia neoclássica ao invés de marxista. Embora fosse um socialista por convicção, ele era fascinado pelo lado intelectual da economia marginalista e pela possibilidade de mostrar, através desse aparato, que Mises estava errado. Lange pensava que, teoricamente, a possibilidade do cálculo econômico sem um genuíno mercado havia sido mostrada pelo economista italiano Enrico Barone, em 1908^[2]. Barone referiu-se a um sistema de equilíbrio geral, dizendo que, se o sistema de equações pudesse ser resolvido, os equilíbrios parciais entre produtores e consumidores poderiam ser estabelecidos *ex ante*. Entretanto, o argumento de Barone era o de que tal hipótese seria praticamente impossível; portanto, assim como Mises, ele defendia a idéia de que o Socialismo não poderia funcionar de modo eficiente. A intenção de Lange era mostrar que tanto Mises quanto Barone estavam errados (mas Mises, em um grau maior) e que, na teoria e na prática, o cálculo era de fato possível.

Lange pensava ter finalmente resolvido os problemas do cálculo socialista demonstrados por Mises em seu ensaio "O Cálculo Econômico sob o Socialismo". E, sobre isso, Lange escreveu em seu artigo "Sobre a Teoria Econômica do Socialismo":

Os socialistas certamente têm boas razões para se mostrarem gratos ao Professor Mises, o grande *advocatus diabol* da causa deles. Pois foi seu poderoso desafio que obrigou os socialistas a reconhecerem a importância de se ter um adequado sistema de contabilidade econômica para guiar a alocação de recursos em uma economia socialista. Mais ainda: foi principalmente por causa

do desafio apresentado pelo Professor Mises, que muitos socialistas se tornaram cientes da existência de tal problema... [O] mérito de ter feito com que os socialistas abordassem sistematicamente esse problema pertence totalmente ao Professor Mises.

E então, Lange sugeriu o seguinte:

Tanto como uma forma de expressar reconhecimento pelo grande serviço prestado por ele, quanto como uma forma de se lembrar da primordial importância de se ter um sólido método de contabilidade econômica, uma estátua do Professor Mises deveria ocupar um lugar de honra no grande *hall* do Ministério da Socialização ou no do Comitê de Planejamento Central do Estado socialista.

As idéias teóricas de Lange, bem como sua convicção quanto a aplicabilidade prática de um "mercado simulado" dentro da economia socialista, foram, por sua vez, questionadas por Friedrich A. Hayek^[3]. Hayek percebeu que Lange havia cometido vários erros. Na versão langeana do Socialismo, seria necessário haver um exército de controladores para verificar os cálculos feitos pelos dirigentes das empresas. Porém, o que exatamente iria motivar os dirigentes das empresas e das filiais? O que os impediria de trapacear? Ademais, os resultados desses cálculos teriam de ser comparados com cálculos contrafatuais que deveriam ser realizados posteriormente, a fim de se determinar se os chefes das empresas haviam, de fato, escolhido a melhor combinação possível de fatores de produção. Tudo isso iria exigir um imenso Estado burocrático.

O lado prático do Socialismo seguiu seu próprio rumo. A economia comunista como a conhecemos foi construída, na União Soviética, no final dos anos 1920, e início dos anos 1930, e foi então, transplantada para a Europa Central e Oriental após a Segunda Guerra Mundial. Durante algum tempo, as coisas pareciam estar indo bem, pelo menos do ponto de vista das burocracias governantes, que não hesitaram em utilizar medidas totalitárias e terrorismo em massa.

Não havia lugar para a propriedade privada e nem para o mercado. O único método de coordenação da atividade econômica se dava por meio de ordens governamentais e alocações burocráticas. O resultado foi uma crise prolongada, marcada pela estagnação e, até mesmo, decréscimo da produção, inflação, desastres ecológicos (por causa da utilização desregrada de todos os tipos de recursos – energia, água, florestas etc.), queda no padrão de vida, frustrações públicas e patologias sociais em larga escala. Essa crise, conjuntamente com algumas ocorrências políticas, como a ascensão de uma oposição organizada, trouxe as mudanças revolucionárias que testemunhamos em 1989.

Nos países do Leste Europeu, e na Polônia, em particular, há hoje um forte desejo de se restabelecer a propriedade privada e o livre mercado.

Quando isso tiver se consumado, talvez a sugestão de Lange deva ser considerada: uma estátua de Mises deveria ser erguida na Polônia – em homenagem ao seu derradeiro triunfo intelectual. Pois é a sua visão de uma sociedade livre que vai fornecer uma firme base intelectual para o surgimento de uma Polônia livre e próspera.

O CÁLCULO ECONÔMICO SOB O SOCIALISMO

(texto reproduzido e linguisticamente revisado, a partir da publicação de mises.org.br, disponível em: https://mises.org.br/article/1141/o-cálculo-econômico-sob-o-socialismo#_edn1)

Ludwig von Mises (29 de setembro de 1881, Lviv – 10 de outubro de 1973, Nova York). Na época, Lviv era território que fazia parte do Império Austro-Húngaro, mas hoje, corresponde à Ucrânia.

Mises ficou conhecido na história, como um dos principais nomes da Escola Austríaca de Economia. Formado em Direito e Economia pela Universidade de Viena, Mises se debruçou no estudo sobre Economia e Filosofia Política.

Para Mises, como pudemos ler nos Prefácios acima, a economia de mercado é o melhor método para definir a alocação de recursos e garantir a satisfação da população. Ou seja, numa economia de mercado, os preços dos carros, pães, aço, trigo e trabalho são determinados pela oferta e demanda. Logo, se os consumidores desejam mais carros, o preço dos carros aumenta, incentivando as empresas a produzirem mais carros.

O sistema de preços ajuda a alocar recursos de forma eficiente, direcionando-os para onde são mais valorizados pelos consumidores. Já, em um sistema socialista, os recursos são alocados de acordo com os planos e a vontade do governo, interferindo nos rumos do impulso empreendedor e também prejudicando a satisfação das pessoas (adaptado de Brasil Paralelo, 03/05/2024: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/vida-e-pensamento-de-ludwig-von-mises>).

p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561
ANO 11

INTRODUÇÃO

Existem muitos socialistas que jamais estudaram, de uma forma ou de outra, os problemas da ciência econômica, e que jamais fizeram qualquer tentativa de formar claramente algum conceito sobre as condições que determinam a natureza da sociedade humana. E existem outros que examinaram profundamente a história econômica do passado e do presente, e se esforçaram, baseando-se em seus achados, para construir uma teoria sobre a economia da sociedade "burguesa". Eles criticaram livremente a estrutura econômica da sociedade "livre", mas consistentemente se omitiram de aplicar à economia do controverso Estado socialista, o mesmo discernimento cáustico que já exibiram em outras análises, nem sempre com sucesso.

A economia, em sua forma real, figura de maneira muito esparsa no cenário glamouroso pintado pelos utopistas. Na quimera de suas fantasias, eles

invariavelmente discorrem sobre como pombos assados irão de alguma forma voar diretamente para dentro das bocas dos camaradas, mas se furtam de mostrar como esse milagre virá a ocorrer. Quando eles começam, de fato, a ser mais explícitos no âmbito econômico, rapidamente se descobrem completamente perdidos – basta lembrarmo-nos, por exemplo, dos devaneios fantásticos de Proudhon, que queria criar um banco para empréstimos sem juros –, de modo que não é difícil apontar suas falácias lógicas.

Quando o Marxismo proíbe solenemente que seus partidários se preocupem com problemas econômicos que vão além da expropriação, ele não está adotando nenhum princípio novo, uma vez que todos os utopistas, em todos os seus devaneios, também negligenciam quaisquer considerações econômicas mais profundas, concentrando-se exclusivamente em pintar cenários lúgubres para as atuais condições, e cenários fulgurantes para a era de ouro que virá como consequência natural dessa Nova Revelação.

Quer se considere a chegada do Socialismo como sendo um resultado inevitável da evolução humana, ou que a socialização dos meios de produção é a maior das bônus ou o pior dos desastres que pode acometer a humanidade, ao menos se deve consentir que uma investigação acerca das condições de uma sociedade organizada sobre os princípios socialistas é algo que vai um pouco além de ser apenas "um bom exercício mental, e um meio de se promover a clareza política e a consistência do pensamento"^[4]. Em uma época em que estamos nos aproximando, cada vez mais, do Socialismo, e que até mesmo estamos, em um certo sentido, dominados por ele, uma investigação detalhada acerca dos problemas inerentes ao Estado socialista adquire uma significância suplementar para a explicação do que está acontecendo ao nosso redor.

As análises anteriormente feitas para a economia de trocas voluntárias não mais são suficientes para um entendimento adequado dos fenômenos sociais ocorrendo na Alemanha e em seus países vizinhos ao leste. Nossa tarefa nesse contexto é compreender, de modo amplo, os elementos da sociedade socialista. As tentativas de se obter clareza nesse assunto não precisam de justificativas adicionais.

1. A distribuição de bens de consumo no Socialismo

No Socialismo, todos os meios de produção são propriedade da comunidade. É somente a comunidade que pode manuseá-los, bem como determinar como se dará seu uso em uma determinada produção. Desnecessário dizer que a comunidade só estará apta a empregar esses poderes através da criação de um corpo especial para esta finalidade. A estrutura deste corpo e a maneira como ele irá articular e representar o desejo da comunidade é, para nós, de importância secundária. Pode-se pressupor que esta última irá depender da escolha do corpo de funcionários ou, nos casos em que o poder não estiver assentado em uma ditadura, do voto majoritário dos membros da corporação.

No Capitalismo, o dono dos bens de produção, que é quem manufaturou os bens de consumo e, por isso, se tornou o proprietário deles, tem a opção de ele próprio consumir esses bens de consumo ou deixar que terceiros o façam.

Mas, no caso em que a comunidade se tornou a proprietária absoluta dos bens de consumo – os quais ela adquiriu durante a produção –, tal opção não mais existirá. E eis que surge o cerne do problema da distribuição socialista: quem irá consumir e o que deverá ser consumido por cada um?

É característico do Socialismo que a distribuição de bens de consumo deve ser independente da produção e de suas condições econômicas. Mas ocorre que a propriedade comunal dos bens de produção é incompatível com o fato de que sua distribuição irá depender de uma atribuição econômica: o rendimento de determinados fatores de produção. Assim, é uma contradição lógica falar que no Socialismo os trabalhadores irão desfrutar de "todo o rendimento" de seu trabalho, quando, na verdade, está-se distribuindo distintamente os fatores materiais da produção. Pois, como iremos mostrar, a própria natureza da produção socialista impossibilita que a participação de cada fator de produção no conjunto de toda a produção nacional seja determinada, além de ser impossível medir a relação entre despesa e renda.

Qual critério será escolhido para a distribuição dos bens de consumo entre os camaradas é, para nós, uma consideração de importância relativamente secundária. Se eles serão distribuídos de acordo com as necessidades individuais, de modo que receberá mais aquele mais necessitado, ou se o homem superior irá receber mais que o inferior, ou se uma distribuição estritamente igualitária deve ser contemplada como o ideal, tudo isso é irrelevante se considerarmos o fato de que, em qualquer caso, as porções serão administradas pelo Estado.

Assim, vamos partir de uma proposição simples: a distribuição será determinada de acordo com o princípio de que o Estado trata todos os seus membros de forma absolutamente igual. Para tal, não é difícil conceber um número de peculiaridades tais como idade, sexo, saúde, ocupação etc., de acordo com as quais cada indivíduo será classificado. Desta forma, cada camarada irá receber um punhado de cupons que podem ser redimíveis, durante um determinado período de tempo, em uma quantidade definida de bens específicos. Assim, ele poderá comer várias vezes ao dia, encontrar alojamento permanente, desfrutar de diversões ocasionais e, de tempos em tempos, adquirir uma nova vestimenta. Se a provisão de tais necessidades será ampla ou não, isso irá depender da produtividade do trabalho.

Ademais, não é preciso que cada homem consuma a quantidade total de sua cota. Ele pode deixar que parte dela pereça sem ser consumida; ele pode doá-la como presente; ele pode até, caso a natureza dos bens permita, estocá-la para uso futuro. Ele também pode, por outro lado, trocar alguns de seus bens com os de outros camaradas. Um beberrão, por exemplo, irá alegremente abrir mão das bebidas não alcoólicas dadas a ele caso possa trocá-las por mais cerveja, ao passo que o abstêmio irá prontamente abrir mão de sua cota de bebidas, caso consiga trocá-las por outros bens. O amante das artes estará disposto a ceder suas entradas de cinema, caso possa trocá-las pela oportunidade de ouvir boa música, ao passo que o filisteu certamente estará pronto para trocar suas entradas para exposições artísticas por divertimentos que sejam mais fáceis de entender. Todas essas pessoas irão aceitar de bom grado qualquer troca. Mas, o material dessas trocas será sempre um só: bens

de consumo. Bens de produção, em uma comunidade socialista, são exclusivamente comunais; eles são propriedade inalienável da comunidade, logo, eles são *res extra commercium* (coisas fora do comércio).

Portanto, o princípio básico da troca poderá operar livremente em um Estado socialista, dentro dos limites permitidos. E a troca nem sempre precisará se desenvolver na sua forma direta. As mesmas bases que sempre sustentaram as trocas indiretas continuarão existindo em um Estado socialista, trazendo vantagens para aqueles que incorrerem nelas. Donde se segue que o Estado socialista também irá permitir o uso de um meio de troca universal, isto é, o dinheiro. Sua função será fundamentalmente a mesma, tanto na sociedade socialista quanto na competitiva; em ambas, ele serve como meio universal de troca.

No entanto, a significância do dinheiro em uma sociedade em que os meios de produção são controlados pelo Estado será diferente daquela em que os meios de produção são propriedade privada. Com efeito, a significância será incomparavelmente menor, uma vez que o material disponível para troca será mais limitado, já que as trocas estarão confinadas apenas aos bens de consumo. Ademais, exatamente pelo fato de os bens de produção jamais se tornarem objeto de troca, será impossível determinar seu valor monetário. Sob esse aspecto, o dinheiro jamais poderá determinar, em um Estado socialista, o valor dos bens de produção, da mesma forma que ele o faz em uma sociedade competitiva. No Socialismo, portanto, o cálculo em termos monetários será impossível.

A relação resultante desse sistema de trocas entre os camaradas não poderá ser desconsiderada pelos responsáveis pela administração e distribuição dos produtos. Eles terão de se basear nessas relações, quando forem distribuir bens *per capita* de acordo com seus valores de troca. Se, por exemplo, 1 charuto passar a valer o mesmo que 5 cigarros, será impossível para a administração fixar arbitrariamente o valor de 1 charuto como sendo igual a 3 cigarros e, então, utilizar essa igualdade como base para uma distribuição equânime de charutos e cigarros. Se os cupons de tabaco não puderem ser redimidos uniformemente para cada indivíduo, ou seja, uma parte em charutos e a outra parte em cigarros, e se alguns receberem apenas charutos e outros receberem apenas cigarros, seja porque essa é a vontade deles ou porque a repartição pública que gerencia as trocas nada pode fazer no momento, as condições do mercado de troca teriam, então, de ser monitoradas. Caso contrário, as pessoas adquirindo cigarros estariam em desvantagem, pois o indivíduo que obtivesse 1 charuto poderia trocá-lo por 5 cigarros, embora este estivesse artificialmente precificado em apenas 3 cigarros.

Logo, variações nas relações de troca entre os camaradas terão de acarretar variações correspondentes nas estimativas da burocracia quanto ao valor representativo dos diferentes bens de consumo. Sempre que houver uma variação, é porque surgiu uma disparidade entre as necessidades e as satisfações dos camaradas, o que significa que uma mercadoria está sendo mais fortemente desejada do que outra.

A administração terá de se esforçar para levar esse ponto em consideração também no que diz respeito à produção. Os bens que estiverem

em maior demanda terão de ser produzidos em maiores quantidades, ao passo que aqueles menos demandados terão de ter sua produção reduzida. Tal controle pode até ser possível, mas uma coisa terá de ser especificamente controlada: o indivíduo comum não poderá pesquisar por conta própria quanto vale seu cupom de tabaco, tanto em charutos quanto em cigarros. Pois, se ao camarada for dado o direito de escolher o que quer, então nada impedirá que a demanda por charutos e cigarros exceda a oferta, ou vice versa, isto é, que os charutos e os cigarros se acumulem nas repartições distribuidoras porque ninguém os quer. Em ambos os casos a oferta seria descasada da demanda.

Se for adotada a perspectiva da teoria do valor-trabalho, então o problema admitirá uma solução simples. O camarada será classificado de acordo com cada hora de trabalho, o que lhe habilitará a receber o produto equivalente às horas trabalhadas, menos a quantia deduzida para se atender os gastos obrigatórios da comunidade, como o sustento do incapaz, a educação etc.

Considerando-se, para fins de exemplo, que a quantia deduzida para se cobrir os gastos comunais seja o equivalente à metade do produto do trabalho, então cada hora trabalhada renderá efetivamente ao trabalhador uma quantia do produto equivalente a apenas meia hora de trabalho. Consequentemente, qualquer um que esteja em condições de oferecer o dobro das horas de trabalho poderá, então, adquirir esse produto por completo, tirando-o do mercado e utilizando-o para consumo próprio. Para deixar nosso problema mais claro, seria melhor se assumíssemos que o Estado impõe efetivamente um imposto sobre a renda dos trabalhadores. Desta forma, cada hora gasta a mais de trabalho daria a esse trabalhador o direito de obter para si uma quantia maior do bem produzido.

Entretanto, essa maneira de regular a distribuição seria obviamente impraticável, uma vez que o trabalho não é uma quantidade uniforme e homogênea. Há necessariamente uma diferença qualitativa entre os vários tipos de trabalho, o que leva a uma valoração distinta, de acordo com a diferença nas condições de demanda e oferta de seus produtos. Por exemplo, a oferta de obras-de-arte não pode ser aumentada, *ceteris paribus* (tudo ademais permane constante), sem que haja uma queda na qualidade do produto. Da mesma forma, não se pode permitir que o trabalhador que ofertou uma hora do mais simples tipo de trabalho tenha o direito de receber o produto originado de uma hora de trabalho bem mais qualificado. Assim, torna-se completamente impossível, em uma comunidade socialista, postular uma conexão entre a importância de qualquer tipo de trabalho para a comunidade e a maneira como será feita a distribuição do produto originado do processo comunal de produção.

A remuneração da mão-de-obra não pode se dar de outra forma que não seja arbitrária; ela não poderá se basear na valoração econômica do produto, como ocorre em uma sociedade competitiva, onde os meios de produção estão em mãos privadas, pois, como vimos, qualquer valoração desse tipo é impossível em uma comunidade socialista. A realidade econômica impõe limites claros ao poder que a comunidade tem para fixar a remuneração do trabalho arbitrariamente: em nenhuma circunstância a soma gasta com os salários poderá exceder a renda, em qualquer período de tempo.

Dentro desses limites observados, a comunidade poderá proceder como quiser. Ela poderá determinar que toda a mão-de-obra seja avaliada igualmente, de forma que cada hora de trabalho, independentemente de sua qualidade, acarrete a mesma remuneração; da mesma maneira, ela poderá levar em consideração apenas a qualidade do trabalho feito. Entretanto, em ambas as situações ela deverá reservar a si própria o poder de controlar a distribuição específica do produto do trabalho. Jamais será possível fazer com que aquele indivíduo que colocou uma hora de seu trabalho na produção também tenha o direito de consumir o produto de uma hora de trabalho (mesmo deixando de lado a questão da diferença na qualidade da mão-de-obra e dos produtos, e assumindo que seja possível medir a quantidade de trabalho despendida na fabricação de um determinado bem). Pois, além da mão-de-obra empregada, a produção de todos os bens econômicos impõe também custos materiais. Um bem que utilizou mais matéria-prima do que outro jamais poderá ser estimado como tendo o mesmo valor que este.

2. A natureza do cálculo econômico

Todo homem que, no decorrer de sua vida econômica, faz uma escolha entre satisfazer uma necessidade em detrimento de outra, está, por definição, fazendo um juízo de valor. Tais juízos de valor, assim que formulados, incluem inicialmente apenas a satisfação da necessidade em si; e, só após isso, é que o indivíduo irá recuar e começar a refletir mais objetivamente nos meios para se atingir tal objetivo, começando com os bens de ordem mais baixa e, então, indo em direção aos bens de ordem mais alta^[5].

Em geral, o homem que conhece sua própria mente está em posição de avaliar quaisquer bens de ordens mais baixas. E sob condições simples, é também possível que ele forme algum julgamento sobre a importância para ele de alguns bens de ordem mais alta. Mas, nas situações em que o cenário é mais complexo e há mais interconexões que não são facilmente discerníveis, meios mais sutis devem ser utilizados para se obter uma avaliação correta^[6] dos meios de produção. Por exemplo, não seria difícil para um agricultor em isolamento econômico fazer uma distinção entre a expansão de seu pasto e a expansão de sua atividade de caça. Nesse caso, os processos de produção envolvidos são relativamente pequenos, e os custos e a renda inerentes a cada processo podem ser facilmente mensurados. Mas a situação se torna bem diferente quando a escolha passa a ser entre a utilização de um rio para a obtenção de eletricidade ou a ampliação de uma mina de carvão ou a formulação de quaisquer outros planos para o melhor emprego da energia latente no carvão bruto. Nesse caso, o processo de produção é maior e mais indireto, sendo que cada etapa é mais longa; consequentemente, as condições necessárias para um empreendimento ter sucesso são diversas, o que significa que não se pode incorrer em avaliações vagas. Passa a ser necessário ter estimativas mais exatas, bem como algum julgamento das questões econômicas envolvidas.

Avaliações e valorações só podem ocorrer em termos de alguma unidade. Entretanto, é impossível haver alguma unidade que meça o valor subjetivo de cada bem. A utilidade marginal não postula qualquer unidade de valor, uma vez que é óbvio que o valor de duas unidades de um determinado bem é

necessariamente maior, mas menos que o dobro, do que o valor de apenas uma unidade. Juízos de valor não mensuram; eles meramente estabelecem graduações e escalas^[7]. Mesmo Robinson Crusoé, que tem de tomar uma decisão em um ambiente onde não há um juízo de valor pré-definido, o que significa que ele tem de construir um baseando-se em estimativas pouco exatas, não pode operar utilizando unicamente seus valores subjetivos; antes, ele precisa levar em consideração a capacidade intersubstitutiva dos bens para, então, formar suas estimativas.

Nessas circunstâncias, será impossível para ele avaliar todos os bens de acordo com uma unidade já pré-estabelecida. Ele tem de avaliar todos os elementos que devem ser levados em consideração na formação de suas estimativas, baseando-se naqueles bens econômicos que podem ser analisados por um juízo de valor mais óbvio, ou seja, os bens de ordens mais baixas, além do próprio custo do trabalho. Que isso só seja possível em condições muito simples é algo óbvio. Para o caso de processos de produção mais complicados e mais longos, tal procedimento não trará respostas.

Em uma economia de trocas voluntárias, a unidade comum de cálculo econômico é representada pelo valor objetivo de troca das mercadorias. Isso gera uma vantagem tripla. Em primeiro lugar, passa a ser possível basear o cálculo econômico de acordo com as valorações de todos os participantes da troca. O valor subjetivo que um dado bem tem para uma pessoa é um fenômeno puramente individual e, portanto, não pode ser imediatamente comparado ao valor subjetivo que esse mesmo bem tem para as outras pessoas. Isso só se torna possível quando se utiliza valores de troca, os quais surgem naturalmente da interação das valorações subjetivas de todos os indivíduos que participam da troca. Nesse caso, o cálculo baseado nos valores de troca fornece um controle sobre o método mais apropriado de se empregar os bens. Qualquer um que deseje fazer cálculos relacionados a algum complicado processo de produção irá imediatamente perceber se ele está agindo de maneira mais econômica que os concorrentes ou não; se ele descobrir, por meio das relações de troca predominantes no mercado, que não será capaz de produzir lucrativamente, isso significa que outros estão sabendo melhor como fazer um uso mais adequado desses bens de ordem alta. Por último, utilizar os valores de troca para se fazer cálculos econômicos é o que possibilita avaliar os bens de acordo com uma unidade de conta definida. E, para esse propósito, dado que os bens são mutuamente substituíveis de acordo com as relações de troca predominantes no mercado, qualquer bem existente pode ser escolhido. Em uma economia monetária, esse bem escolhido é o dinheiro.

O cálculo monetário tem seus limites. O dinheiro não é um parâmetro de valor, tampouco de preço. Nem o valor e nem o preço são mensurados em dinheiro. Valores e preços são meramente representados pelo dinheiro. O dinheiro transmite o valor, mas ele não mensura o valor. Não há uma medida para um valor econômico. Não há uma maneira objetiva de se medir um valor subjetivo. O dinheiro é um bem econômico e, como tal, não possui um valor estável, como tem sido ingênuo e erroneamente assumido. A relação de troca que há entre o dinheiro e outros bens está sujeita a constantes, quando não muito violentas flutuações, que podem se originar não só do lado dos bens econômicos, mas também do lado do dinheiro. Entretanto, essas flutuações

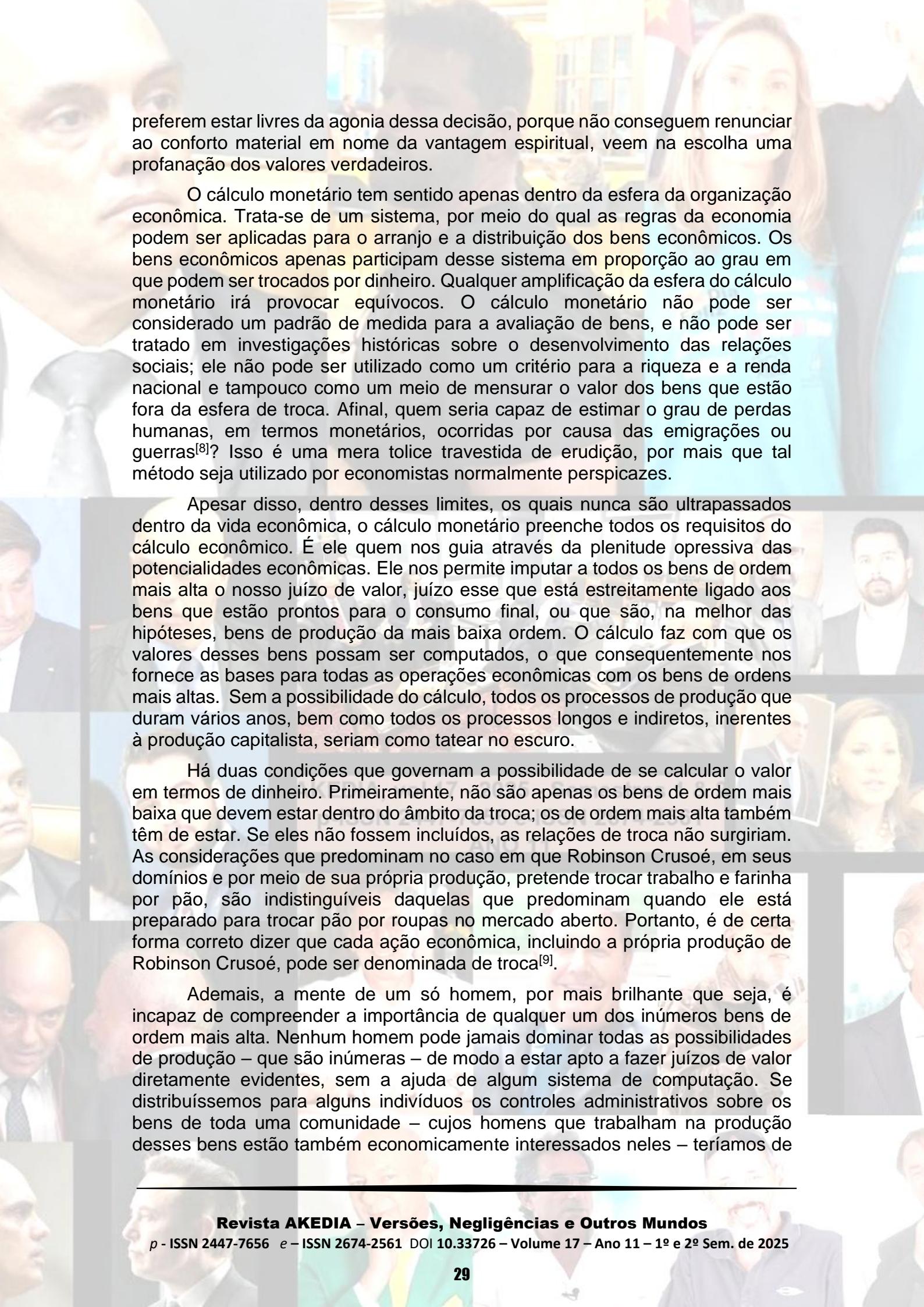
perturbam apenas minimamente os cálculos de valor, uma vez que, por causa das incessantes alterações que ocorrem nas outras variáveis econômicas, esses cálculos irão se referir a períodos de tempo comparativamente pequenos, períodos nos quais uma moeda "forte" irá sofrer apenas flutuações relativamente triviais em seu poder de compra.

A causa principal da inaptidão do cálculo monetário do valor não está no fato de o valor ser calculado em termos de um meio universal de troca, o dinheiro. Mas, no fato de que, nesse sistema, o cálculo se baseia no valor de troca e não no valor subjetivo que o uso de tal bem traz para um indivíduo. O cálculo monetário nunca poderá ser utilizado como medida para calcular o valor daqueles elementos que estão além do domínio das trocas. Se, e.g, um homem tivesse de calcular a lucratividade de se construir uma usina hidráulica, ele não seria capaz de incluir em seus cálculos os danos que tal esquema iria trazer à beleza das cachoeiras; o que ele poderia fazer seria prestar atenção à diminuição que poderia haver no fluxo de turistas ou coisas similares, os quais poderiam ser avaliados em termos monetários. E essas considerações podem ser um dos fatores que irão decidir se a construção deverá ser feita ou não.

Convencionou-se denominar tais elementos como "extra-econômicos". Isso talvez seja apropriado; não estamos preocupados com disputas acerca de terminologias. Não obstante, as considerações feitas dificilmente podem ser consideradas irracionais. Em qualquer lugar em que o homem considere significante a beleza de uma vizinhança ou de um prédio, a saúde, a felicidade e a satisfação da humanidade, a honra de indivíduos ou de nações, estas coisas, tanto quanto os fatores econômicos, são forças que motivam a conduta racional, mesmo onde elas não são substituíveis entre si no mercado, o que significa que elas não entram, portanto, nas relações de troca.

Que o cálculo monetário não possa abranger esses fatores é algo inerente à sua própria natureza; mas, para os propósitos de nossa vida econômica diária, isso não reduz a importância do cálculo monetário. Pois todos esses bens ideais são bens de ordens mais baixas, e podem, portanto, ser incluídos diretamente no âmbito de nossos julgamentos de valor. Assim, não há qualquer dificuldade em levá-los em consideração, ainda que eles tenham de permanecer fora da esfera dos valores monetários. O fato de eles não admitirem tal cômputo faz com que seja mais fácil – e não mais difícil – considerá-los nos aspectos diários de nossa vida. Assim que percebemos claramente o tanto que valorizamos a beleza, a saúde e o orgulho, certamente nada pode nos impedir de ter a devida consideração por eles. Aos espíritos sensíveis, pode parecer doloroso ter de equilibrar os bens espirituais com os materiais. Mas isso não é culpa do cálculo monetário; é algo totalmente inerente às coisas em si. Mesmo nos casos em que os juízos de valor podem ser estabelecidos diretamente sem qualquer cálculo monetário, a necessidade de escolher entre satisfação material ou espiritual não pode ser esquivada. Robinson Crusoé e o Estado socialista têm a mesma obrigação de fazer essa escolha.

Qualquer indivíduo que tenha uma noção genuína dos valores morais não padece qualquer dificuldade em se decidir entre a honra e o sustento. Ele sabe muito bem qual a sua obrigação. Se um homem não pode honrar seu pão, ele pode ao menos renunciar a seu pão em nome da honra. Somente aqueles que



preferem estar livres da agonia dessa decisão, porque não conseguem renunciar ao conforto material em nome da vantagem espiritual, veem na escolha uma profanação dos valores verdadeiros.

O cálculo monetário tem sentido apenas dentro da esfera da organização econômica. Trata-se de um sistema, por meio do qual as regras da economia podem ser aplicadas para o arranjo e a distribuição dos bens econômicos. Os bens econômicos apenas participam desse sistema em proporção ao grau em que podem ser trocados por dinheiro. Qualquer amplificação da esfera do cálculo monetário irá provocar equívocos. O cálculo monetário não pode ser considerado um padrão de medida para a avaliação de bens, e não pode ser tratado em investigações históricas sobre o desenvolvimento das relações sociais; ele não pode ser utilizado como um critério para a riqueza e a renda nacional e tampouco como um meio de mensurar o valor dos bens que estão fora da esfera de troca. Afinal, quem seria capaz de estimar o grau de perdas humanas, em termos monetários, ocorridas por causa das emigrações ou guerras^[8]? Isso é uma mera tolice travestida de erudição, por mais que tal método seja utilizado por economistas normalmente perspicazes.

Apesar disso, dentro desses limites, os quais nunca são ultrapassados dentro da vida econômica, o cálculo monetário preenche todos os requisitos do cálculo econômico. É ele quem nos guia através da plenitude opressiva das potencialidades econômicas. Ele nos permite imputar a todos os bens de ordem mais alta o nosso juízo de valor, juízo esse que está estreitamente ligado aos bens que estão prontos para o consumo final, ou que são, na melhor das hipóteses, bens de produção da mais baixa ordem. O cálculo faz com que os valores desses bens possam ser computados, o que consequentemente nos fornece as bases para todas as operações econômicas com os bens de ordens mais altas. Sem a possibilidade do cálculo, todos os processos de produção que duram vários anos, bem como todos os processos longos e indiretos, inerentes à produção capitalista, seriam como tatear no escuro.

Há duas condições que governam a possibilidade de se calcular o valor em termos de dinheiro. Primeiramente, não são apenas os bens de ordem mais baixa que devem estar dentro do âmbito da troca; os de ordem mais alta também têm de estar. Se eles não fossem incluídos, as relações de troca não surgiriam. As considerações que predominam no caso em que Robinson Crusoé, em seus domínios e por meio de sua própria produção, pretende trocar trabalho e farinha por pão, são indistinguíveis daquelas que predominam quando ele está preparado para trocar pão por roupas no mercado aberto. Portanto, é de certa forma correto dizer que cada ação econômica, incluindo a própria produção de Robinson Crusoé, pode ser denominada de troca^[9].

Ademais, a mente de um só homem, por mais brilhante que seja, é incapaz de compreender a importância de qualquer um dos inúmeros bens de ordem mais alta. Nenhum homem pode jamais dominar todas as possibilidades de produção – que são inúmeras – de modo a estar apto a fazer juízos de valor diretamente evidentes, sem a ajuda de algum sistema de computação. Se distribuíssemos para alguns indivíduos os controles administrativos sobre os bens de toda uma comunidade – cujos homens que trabalham na produção desses bens estão também economicamente interessados neles – teríamos de

ter algum tipo de divisão intelectual do trabalho, algo que não seria possível sem algum sistema que calculasse a produção.

A segunda condição é que existe de fato um meio de troca universalmente empregado, a saber: o dinheiro – que também executa a mesma função de meio de troca para os bens de produção. Se esse não fosse o caso, não seria possível reduzir todas as relações de troca a um denominador comum.

Somente sob condições muito simples é que a economia pode dispensar o cálculo monetário. Dentro dos limites estreitos de uma economia doméstica, e. g., na qual o pai pode supervisionar toda a conduta econômica, é possível determinar, mesmo sem fazer uso de auxílios avançados, qual a importância de algumas mudanças no processo de produção e, ainda assim, obter razoável precisão. Nesse caso, todo o processo se desenvolve sob um uso relativamente limitado do capital. Os processos indiretos de produção, típicos do Capitalismo, que se encaixam neste modelo são poucos: nesse caso, o que estaria sendo manufaturando seriam bens de consumo, ou, no máximo, bens de uma ordem mais alta que estão muito próximos dos bens de consumo. A divisão do trabalho está em seus estágios mais rudimentares: um único trabalhador controla a mão-de-obra daquilo que é, na realidade, um processo de produção completo de bens prontos para o consumo, do início ao fim. Tudo isso é diferente, entretanto, nas produções comunais. As experiências de um período remoto e antigo de produção simples não fornecem qualquer tipo de argumento para se estabelecer a possibilidade de um sistema econômico sem cálculo monetário.

Nos limites estreitos de uma economia doméstica fechada, é possível analisar completamente o processo de produção desde o início até o fim, e julgar durante todo o tempo qual procedimento vai produzir mais bens de consumo. Isso, entretanto, deixa de ser possível nas circunstâncias incomparavelmente mais intrincadas de nossa economia social. Assim, é evidente que, mesmo em uma sociedade socialista, 100.000 litros de vinho são preferíveis a 80.000; e não é difícil se decidir entre 100.000 litros de vinho ou 500 de azeite. Não é necessário sistema algum de cálculo para se estabelecer o seguinte fato: o elemento determinante é a mera vontade dos agentes econômicos envolvidos. Porém, uma vez que essa decisão tenha sido tomada, a verdadeira tarefa da orientação econômica racional está apenas começando, isto é, como colocar economicamente os meios a serviço dos fins. Isso só pode ser feito com algum tipo de cálculo econômico. A mente humana não é capaz de se orientar a si própria adequadamente ao longo de toda a atordoante massa de produtos intermediários, bem como dentre todas as potencialidades de produção, sem tal ajuda. Ela simplesmente se quedaria perplexa ante os problemas de gerenciamento e ambientação^[10].

É uma ilusão imaginar que, em um Estado socialista, o cálculo *in natura* pode substituir o cálculo monetário. O cálculo *in natura*, em uma economia sem trocas, pode abranger somente os bens de consumo; ele fracassa completamente quando tem de lidar com bens de ordem mais alta. E tão logo se abandone a idéia de preços monetários livremente estabelecidos para os bens de ordem mais alta, a racionalidade na produção se torna completamente impossível. Qualquer medida que nos afaste da propriedade privada dos meios

de produção e do uso do dinheiro, também nos afasta da racionalidade econômica.

É fácil negligenciar este fato quando consideramos que o grau de Socialismo genuíno à nossa volta constitui apenas uma ilha de Socialismo em meio a uma sociedade com trocas monetárias – e que ainda é uma sociedade livre, até certo ponto. De certo modo, podemos concordar com a afirmação dos socialista, a de que, em outros contextos, é totalmente insustentável e defendida apenas por motivos demagógicos, de que a estatização de empresas não representa de fato o Socialismo, uma vez que essas empresas são tão dependentes do sistema econômico e do livre comércio que as cercam, que não se poderia dizer que elas representam uma economia essencialmente socialista.

Aperfeiçoamentos técnicos estão sendo introduzidos em empresas estatais, porque tais aperfeiçoamentos foram adotados por empresas privadas similares – domésticas ou estrangeiras – com bons resultados, e também, porque as indústrias privadas que produzem os materiais para esses aperfeiçoamentos fomentam sua introdução. Nessas empresas, as vantagens da reorganização podem ser verificadas porque elas operam dentro da esfera de uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção e no sistema monetário de trocas, sendo assim, capazes de calcular e contabilizar. Essa situação, entretanto, não seria predominante no caso de empresas socialistas operando em um ambiente puramente socialista.

Sem o cálculo econômico não pode existir uma economia. Portanto, em um Estado socialista, no qual o cálculo econômico é impossível, não pode existir – no nosso sentido do termo – qualquer economia. Em questões triviais e secundárias, a conduta racional poderia ainda ser possível, mas em termos gerais, seria impossível falar de produção racional. Não haveria meios de se determinar o que seria racional; e, sendo assim, é óbvio que a produção jamais poderia ser guiada por meras considerações econômicas. O que isso significa – além dos efeitos sobre a oferta de mercadorias – está muito claro: a conduta racional estaria completamente divorciada de seu âmbito apropriado. Mas, será que de fato existe algo como 'conduta racional', ou, mais ainda, algo como 'racionalidade e lógica' dentro de nossas noções e reflexões? Historicamente, a racionalidade humana é um desenvolvimento da vida econômica. Poderia aquela prevalecer se divorciada desta? Se tal evento acontecesse, como seria?

Por algum tempo, a memória da experiência adquirida com a economia competitiva – que, afinal, é o sistema dominante há alguns milhares de anos – poderia adiar um pouco o completo colapso da economia. Os antigos métodos de procedimento poderiam ser mantidos, não por causa de sua racionalidade, mas porque apareciam já estarem consagrados pela tradição. Após algum tempo, esses métodos se tornariam irracionais, pois não mais seriam compatíveis com as novas condições. Eventualmente, por causa da reconstrução generalizada do pensamento econômico, eles sofreriam alterações que os tornariam de fato antieconômicos. A oferta de bens não mais prosseguiria anarquicamente por si só, como atualmente. Todas as transações com o propósito único de satisfazer as necessidades mútuas estariam sujeitas ao controle de uma autoridade suprema. Assim, em lugar de haver um método "anárquico" de produção, todos os recursos estariam entregues à produção

irracional de maquinarias despropositais. As engrenagens iriam girar, mas sem efeito algum.

Pode-se antecipar qual será a natureza da futura sociedade socialista. Haverá centenas de milhares de fábricas em operação. Poucas estarão produzindo bens prontos para seu uso final; na maioria dos casos, o que será manufaturado serão bens inacabados e bens de produção. Todas essas empresas serão inter-relacionadas. Cada bem passará por uma série de estágios de produção antes de estar pronto para uso. Entretanto, nesse ininterrupto, monótono e repetitivo processo, a administração estará sem quaisquer meios de avaliar a eficácia de sua produção. Ela nunca poderá determinar se um dado bem ficou ou não por um tempo desnecessariamente longo em sua linha de produção, ou se houve desperdício de trabalho e materiais durante a manufatura. Ademais, como poderá ela determinar qual dos inúmeros métodos de produção é o mais lucrativo? Na melhor das hipóteses, ela poderá apenas comparar a qualidade e a quantidade do produto final produzido, mas, somente em casos extremamente raros poderá comparar as despesas acarretadas pela produção.

Elá saberá, ou pensará que sabe, os fins a serem alcançados pela organização econômica, e terá de regular suas atividades correspondentemente, isto é, ela terá de atingir esses fins com o menor gasto possível. Elá terá de fazer suas estimativas na esperança de encontrar o método mais barato. Essa estimativa terá naturalmente de ser uma estimativa de valor. E, a esta altura, já está eminentemente claro – e não se faz necessário qualquer prova adicional – que tal estimativa não tem como ser de caráter técnico e tampouco pode se basear no valor objetivo do uso de bens e serviços.

Por outro lado, no sistema econômico de propriedade privada dos meios de produção, o sistema de estimativa se dá pelo cálculo de valor, e este é necessariamente empregado por cada membro independente de uma sociedade. Todos participam desse processo em uma via de mão dupla: de um lado, como consumidor; do outro, como produtor. Como consumidor, o indivíduo estabelece uma escala de valoração para os bens que estão prontos para o consumo final. Como produtor, ele arranja os bens de ordem mais alta de modo a gerarem o maior retorno possível na produção destes bens que os consumidores querem. Dessa forma, todos os bens de ordem mais alta são posicionados na escala de valorações de acordo com o estado atual das condições de produção e de acordo também com as necessidades sociais. Através da interação desses dois processos de valoração, os meios serão capazes de reger tanto o consumo quanto a produção, por todo o sistema econômico. Todo o sistema de precificação é um sistema de graduações, e tal sistema deriva do fato de que os homens sempre harmonizaram, e sempre harmonizarão, suas próprias necessidades com suas estimativas acerca dos fatos econômicos.

Tudo isso está necessariamente ausente em um Estado socialista. A administração pode até saber exatamente quais bens são os mais urgentemente necessitados, mas esse é somente um dos dois pré-requisitos necessários para o cálculo econômico. E, pela natureza do Socialismo, a administração terá de renunciar a esse outro pré-requisito – o da valoração dos meios de produção.

Elá pode chegar a estabelecer algum valor para a totalidade dos meios de produção; este valor será obviamente idêntico ao valor dado a todas as necessidades satisfeitas. Elá também poderá calcular o valor de qualquer meio de produção, estimando quais serão as consequências para a satisfação das necessidades, caso esses meios sejam retirados. Todavia, a administração não poderá fazer com que esse valor seja expresso uniformemente, na forma de um preço monetário, como o faz uma economia competitiva, onde todos os preços podem ser representados, por meio de uma expressão comum em termos de dinheiro. Em uma sociedade socialista, embora ela não tenha por necessidade que abolir todo o dinheiro, seria impossível utilizá-lo para expressar os preços dos fatores de produção (incluindo a mão-de-obra). O dinheiro não terá função alguma no cálculo econômico^[11].

Imagine a construção de uma nova ferrovia. O primeiro passo seria responder às seguintes questões: será que ela deve ser construída e, em caso positivo, quantas, dentre um número de trechos concebíveis, deveriam ser construídas? Em uma economia monetária e competitiva, essas dúvidas seriam resolvidas pelo cálculo monetário. A nova ferrovia iria baratear o transporte de alguns bens e seria possível calcular se tal redução de custos de transporte supera os custos envolvidos na construção e manutenção de uma outra ferrovia. Tudo isso só pode ser calculado em termos monetários. Não é possível chegar a alguma conclusão simplesmente contrabalanceando o consumo de equipamentos e o estoque de equipamentos. Quando passa a não ser possível expressar ferro, carvão, horas de trabalho e todos os tipos de materiais de construção, de máquinas e outras coisas necessárias para a construção e manutenção da ferrovia em termos de alguma unidade comum, então, não mais é possível fazer qualquer tipo de cálculo. A contabilização de despesas, em termos econômicos, somente é possível quando todos os bens e serviços podem ser aludidos em termos monetários. É fato que o cálculo monetário tem suas inconveniências, bem como sérios defeitos, mas certamente não temos nada melhor para colocar em seu lugar; e, para os propósitos práticos da vida, o cálculo monetário como o conhecemos, em um sistema monetário sólido, sempre será suficiente. Tivéssemos de aboli-lo, qualquer sistema econômico baseado no cálculo se tornaria absolutamente impossível.

A sociedade socialista saberia como se virar: provavelmente ela iria emitir algum Decreto, decidindo se tal construção deveria ou não ser realizada. Entretanto, essa decisão iria, na melhor das hipóteses, depender de estimativas vagas; ela jamais seria fundamentada em algum cálculo exato de valor.

O Estado estático pode dispensar o cálculo econômico, porque nele os mesmos eventos da vida econômica ocorrem repetidamente; e se pressupormos que o primeiro arranjo de uma economia socialista estática será baseado na condição final em que se encontrava a economia competitiva, podemos até conceber – de um ponto de vista econômico – um sistema de produção socialista racionalmente controlado. Mas isso é possível apenas conceitualmente. Por ora, deixaremos de lado o fato de que um Estado estático é algo impossível na vida real, uma vez que os dados econômicos estão em constante mudança. (A natureza estática da atividade econômica é apenas uma suposição teórica que não corresponde a nenhuma situação real, por mais necessária que possa ser

para o nosso raciocínio e para o aperfeiçoamento do nosso conhecimento econômico).

Ainda assim, é correto supor que a transição para o Socialismo irá – como consequência do nivelamento das diferenças de renda e dos reajustes no consumo, e consequentemente da produção – alterar todos os dados econômicos, de tal modo, que um elo com o estado final em que se encontrava a economia competitiva, seria algo impossível. Mas, aí, então, teríamos o espetáculo de uma ordem econômica socialista, sem a bússola do cálculo econômico, o que a faria se debater em meio a um vasto oceano de combinações econômicas possíveis e concebíveis.

Portanto, em um Estado socialista, cada mudança econômica se torna um empreendimento, cujo sucesso não pode nem ser estimado antecipadamente e nem ser determinado retroativamente. Há apenas movimentos cegos. O Socialismo é a abolição da racionalidade econômica.

3. O cálculo econômico na comunidade socialista

Mas, será que estamos realmente abordando as inevitáveis consequências da propriedade comunal dos meios de produção? Não há um meio através do qual algum tipo de cálculo econômico possa ser associado a um sistema socialista?

Em todas as grandes empresas, cada seção possui, de certa forma, uma independência em sua contabilidade. Cada seção é capaz de calcular e comparar os custos da mão-de-obra com os custos dos materiais, o que torna possível que cada grupo individual atinja um determinado equilíbrio e classifique, por meio de uma abordagem contábil, os resultados econômicos de sua atividade. Pode-se, assim, apurar qual foi o sucesso que cada seção em particular obteve, bem como tirar conclusões quanto à necessidade de haver reorganizações, cortes de despesas, abolição ou expansão de grupos existentes, ou até mesmo a criação de novos. Reconhecidamente, alguns erros são inevitáveis em tais cálculos. Eles surgem parcialmente em decorrência das dificuldades de se alocar as despesas gerais. Já, outros erros, surgem da necessidade de se calcular aquilo que, sob vários pontos de vista, não constitui dados rigorosamente determináveis – por exemplo, quando, ao se avaliar a lucratividade de um dado método de produção, calcula-se a depreciação das máquinas, baseando-se na hipótese de elas terem uma durabilidade já pré-determinada. Ainda assim, todos esses erros podem ser considerados ínfimos, de modo que eles não atrapalham o resultado líquido do cálculo. O que restar de incerto, vai entrar no cálculo da incerteza das condições futuras que, afinal, é uma característica inevitável da natureza dinâmica da vida econômica.

Seguindo-se essa lógica, pode ser tentador querer fazer, por meio de analogias, estimativas e valorações individuais para determinados grupos de produção no Estado socialista. Mas isso seria totalmente impossível, pois cada cálculo econômico para cada seção individual, da mesma empresa só pode ser feito se houver um livre mercado de formação de preços. E exatamente nas transações de mercado que os preços de mercado – a serem tomados como base para todos os cálculos – são formados para todos os tipos de bens e mão-

de-obra empregados. Onde não há um livre mercado, não há mecanismo de preços; e sem um mecanismo de preços, é impossível haver cálculo econômico.

Alguns podem imaginar que é possível uma situação, na qual a troca entre determinados ramos de negócios seja permitida, a fim de se obter o mecanismo que determina as relações de troca (preços) e, com isso, criar uma base para o cálculo econômico, mesmo na comunidade socialista. Dentro da estrutura de uma economia uniforme, na qual não há propriedade privada dos meios de produção, cada grupo trabalhista é constituído de maneira independente, porém, todos continuam subjugados e tendo de se comportar, de acordo com as diretrizes expedidas pelo supremo conselho econômico. Não obstante, cada grupo trabalhista iria ofertar serviços e bens materiais ao outro grupo somente em troca de algum pagamento, que teria de ser feito utilizando-se o meio geral de troca.

Grosso modo, quando se fala da completa socialização da economia, é dessa maneira que algumas pessoas imaginam como seria a organização da gerência socialista dos negócios. Mas ainda não chegamos ao ponto crucial. Relações de troca entre bens de produção somente podem ser estabelecidas se estiverem baseadas na propriedade privada dos meios de produção. Quando o "sindicato dos carvoeiros" fornece carvão ao "sindicato dos metalúrgicos", nenhum preço pode ser formado, exceto se ambos os sindicatos forem os donos dos meios de produção empregados em seus respectivos negócios. Isso não seria um Socialismo, mas, sim, um Sindicalismo ou um Capitalismo trabalhista.

Para aqueles teóricos socialistas que se fundamentam na teoria do valor trabalho, o problema, obviamente, é realmente muito simples. Segundo Engels:

Tão logo a sociedade se aposse dos meios de produção e ponha-os a produzir em sua forma diretamente socializada, o trabalho de cada indivíduo, por mais diferente que sua utilidade específica possa ser, se transforma, *a priori* e diretamente, em trabalho social. A quantidade de trabalho social investida em um produto não precisará, a partir de então, ser estabelecida indiretamente; a experiência diária imediatamente nos dirá quanto será necessário, na média. A sociedade poderá simplesmente calcular quantas horas de trabalho são empregadas em uma máquina a vapor, na colheita de um determinado volume de cereais e em 100 jardas de linho de uma dada qualidade... Certamente a sociedade também terá de saber quanto trabalho será necessário para produzir qualquer bem de consumo. Ela terá de arranjar seu plano de produção, de acordo com a disponibilidade de seus meios de produção – e, é claro, a força de trabalho cai nessa categoria. As utilidades dos vários bens de consumo, ponderadas entre si e em relação à quantidade de trabalho requerida para produzi-las irão, em última instância, determinar o plano. O povo irá simplificar tudo, sem a mediação do famigerado "valor"^[12].

Não é nossa tarefa aqui reafirmar as objeções críticas à teoria do valor-trabalho. Neste ponto, elas podem nos interessar, apenas na medida em que nos permitem julgar a possibilidade de fazer do trabalho a base dos cálculos econômicos em uma comunidade socialista.

À primeira vista, o cálculo, em termos do trabalho, também leva em consideração as condições naturais – isto é, não humanas – da produção. A lei dos retornos decrescentes já está incluída no conceito marxista do tempo de trabalho socialmente necessário, uma vez que a variação das condições naturais de produção altera o cálculo do trabalho. Por exemplo, se a demanda por uma mercadoria aumentar, e isso consequentemente fizer com que recursos naturais piores tenham de ser explorados, então, o tempo médio do trabalho socialmente necessário para a produção de uma unidade irá aumentar também. Se recursos naturais mais favoráveis forem descobertos, a quantidade de trabalho socialmente necessário irá diminuir^[13]. Essa consideração acerca das condições naturais de produção somente será válida se puder ser refletida na quantidade de trabalho socialmente necessário.

Mas é nesse aspecto que a valoração em termos do trabalho se mostra inadequada. Ela não leva em conta o emprego dos fatores materiais de produção. Suponhamos que a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário requerido para a produção de duas mercadorias, **P** & **Q**, seja de 10 horas cada. Além disso, além do trabalho requerido, a produção tanto de **P** quanto de **Q** exige o uso da matéria-prima **A**, sendo que uma unidade desta é produzida em uma hora de trabalho socialmente necessário; 2 unidades de **A** e 8 horas de trabalho são utilizadas na produção da **P**, e uma unidade de **A** e 9 horas de trabalho são utilizadas na produção de **Q**. Em termos de trabalho, **P** & **Q** parecem ser equivalentes, mas não são. Em termos de valor, **P** vale mais do que **Q**. Somente essa última desigualdade corresponde à essência e ao propósito do cálculo econômico. É verdade que este excedente – o fato de **P** valer mais do que **Q**, de acordo com o cálculo de valor, é um substrato material "fornecido pela natureza, sem qualquer adição humana"^[14]. Ainda assim, o fato de tal bem existir apenas em quantidades não-abundantes, o que necessariamente obriga um uso mais frugal, tem de ser levado em conta, de uma forma ou de outra, no cálculo do valor.

O segundo defeito do cálculo em termos de trabalho, é que tal método ignora as diferentes qualidades do trabalho. Para Marx, todo trabalho humano é economicamente do mesmo tipo, pois ele é sempre "o dispêndio produtivo do cérebro, dos músculos, dos nervos e das mãos humanas"^[15].

O trabalho qualificado nada mais é do que um trabalho simples que foi intensificado ou mesmo multiplicado. Destarte, uma quantidade pequena de trabalho qualificado é igual a uma quantidade grande de trabalho simples. A experiência mostra que o trabalho qualificado sempre poderá ser traduzido em termos de trabalho simples. Não importa que uma dada mercadoria seja o produto do trabalho mais altamente capacitado – seu valor sempre poderá ser equiparado ao valor daquela que é produto de um trabalho simples, de modo que ela representa meramente uma quantia definida de trabalho simples.

Böhm-Bawerk não está muito errado, quando diz que esse argumento é "um truque teórico espantosamente ingênuo"^[16]. Para julgarmos a visão de Marx, nem é preciso averiguarmos se existe uma medida fisiológica uniforme para todo o trabalho humano, seja ela física ou "mental". Pois é certo que existe entre os homens, graus variáveis de capacidade e destreza, o que faz com que os produtos do trabalho tenham qualidades variáveis. Ao decidirmos se é válido

fazer cálculos em termos de trabalho, o que deve ser verificado é se é possível ou não colocar diferentes tipos de trabalho sob um mesmo denominador comum sem que os consumidores façam qualquer valoração dos produtos gerados por cada trabalho. Porém, a prova que Marx tenta apresentar não logra êxito. A experiência, na verdade, mostra que os bens são consumidos em relações de troca sem que se considere se foram produzidos por trabalho simples ou complexo. E, apenas se fosse possível mostrar que o trabalho é a fonte do valor de troca desses bens, é que se poderia dizer que certas quantidades de trabalho simples são diretamente iguais a certas quantidades de trabalho complexo. Essa homogeneidade não apenas não é demonstrada, como na verdade ela é exatamente o que Marx estava tentando demonstrar, através desses mesmos argumentos.

O fato de que, em uma economia de troca, as taxas de substituição entre trabalho simples e complexo se manifestam em termos de salário em nada ajuda, na tentativa de se comprovar essa homogeneidade – um fato ao qual Marx não faz qualquer alusão nesse contexto. Esse processo de comparação é o resultado das transações de mercado; ele não as antecede, ele advém delas. O cálculo, em termos do trabalho, para funcionar igualmente bem, teria de criar uma proporção arbitrária que fizesse essa substituição entre o trabalho simples e o complexo. Mas isso o tornaria inútil como instrumento de organização econômica dos recursos.

Há muito, se supunha que a teoria do valor-trabalho era indispensável ao Socialismo, e que ela fornecia uma necessária base ética para a exigência da socialização dos meios de produção. Agora, já sabemos o erro que isso representa. Embora a maioria dos defensores do Socialismo tenha empregado essa concepção errônea – inclusive Marx – que, conquanto tenha adotado fundamentalmente outra visão, não estava completamente livre daquela – já está claro que os clamores políticos pela implantação da produção socializada não requerem e nem podem obter o suporte da teoria do valor-trabalho.

Outras pessoas que tenham idéias diferentes quanto à natureza e origem do valor econômico, também podem ser socialistas em seus sentimentos; entretanto, a teoria do valor-trabalho é inherentemente necessária aos defensores do modo socialista de produção, de uma maneira que não é exatamente a imaginada: em uma economia socialista, a produção só poderá parecer racionalmente realizável, se fizer uso de uma unidade de valor objetivamente reconhecível, a qual iria permitir o cálculo econômico em uma economia em que nem o dinheiro e nem as trocas estariam presentes. E apenas o trabalho pode concebivelmente ser considerado essa unidade de valor.

4. Responsabilidade e iniciativa em empresas comunais

O problema da responsabilidade e da iniciativa em empresas socialistas é estreitamente ligado ao problema do cálculo econômico. Trata-se de um fato universalmente aceito que, a exclusão da livre iniciativa e da responsabilidade individual, das quais depende o sucesso das empresas privadas, constitui a mais séria ameaça à organização econômica socialista^[17].

Grande parte dos socialistas silenciosamente ignora esse problema. Já outros acreditam que podem responder a este desafio fazendo uma alusão aos diretores-executivos das empresas. Não obstante, o fato de eles, os diretores-executivos, não serem realmente os proprietários dos meios de produção, as empresas sob seu comando prosperam. Logo, argumentam os socialistas, se a sociedade, em vez de os acionistas da empresa, se tornar a proprietária dos meios de produção, então, nada terá se alterado. Os diretores-executivos não trabalhariam menos satisfatoriamente para a sociedade do que trabalham para os acionistas.

É necessário aqui se fazer um comparativo entre dois grupos de empresas de sociedade anônima. No primeiro grupo, que consiste primordialmente de pequenas empresas, alguns poucos indivíduos se unem em um empreendimento comum que assume a forma jurídica de uma empresa. Normalmente, eles são os herdeiros dos fundadores da empresa, ou são ex-concorrentes que decidiram se fundir. Neste exemplo, o controle e a administração da empresa está nas mãos dos próprios acionistas ou de pelo menos alguns dos acionistas, que comandam a empresa de acordo com seus próprios interesses; ou nas mãos de acionistas intimamente relacionados, como esposas, filhos etc. São os próprios diretores, na condição de membros do conselho de administração, que exercem a influência decisiva na conduta dos negócios. Tal arranjo não é alterado caso parte do capital social esteja nas mãos de um consórcio financeiro ou de um banco. Neste caso, com efeito, a empresa só se diferencia de uma empresa comercial de capital aberto em sua forma jurídica.

A situação se torna bastante diferente para o caso de grandes empresas, nas quais apenas uma fatia dos acionistas – isto é, os grandes acionistas – participa do controle efetivo da empresa. E eles normalmente possuem tanto interesse na prosperidade da empresa quanto qualquer proprietário. Ainda assim, é perfeitamente possível que os interesses deles sejam diferentes dos interesses da vasta maioria dos pequenos acionistas, que são excluídos da administração, mesmo possuindo a maior fatia do capital social. Vários conflitos de interesse podem ocorrer entre acionistas e diretores, principalmente quando os negócios da empresa são geridos em prol destes últimos. Seja como for, está claro que os verdadeiros detentores do poder nas empresas gerem os negócios de acordo com seus próprios interesses, independentemente de se tais interesses coincidem com os dos acionistas ou não. No entanto, no longo prazo, é do interesse do administrador sério, que deseja uma carreira sólida – e que não está meramente empenhado em obter um lucro passageiro –, representar os interesses de seus acionistas em todas as situações e evitar manipulações que possam trazer-lhes prejuízos. Logo, o sucesso de uma empresa não depende meramente da adoção de motivos éticos. Os interesses econômicos são também essenciais.

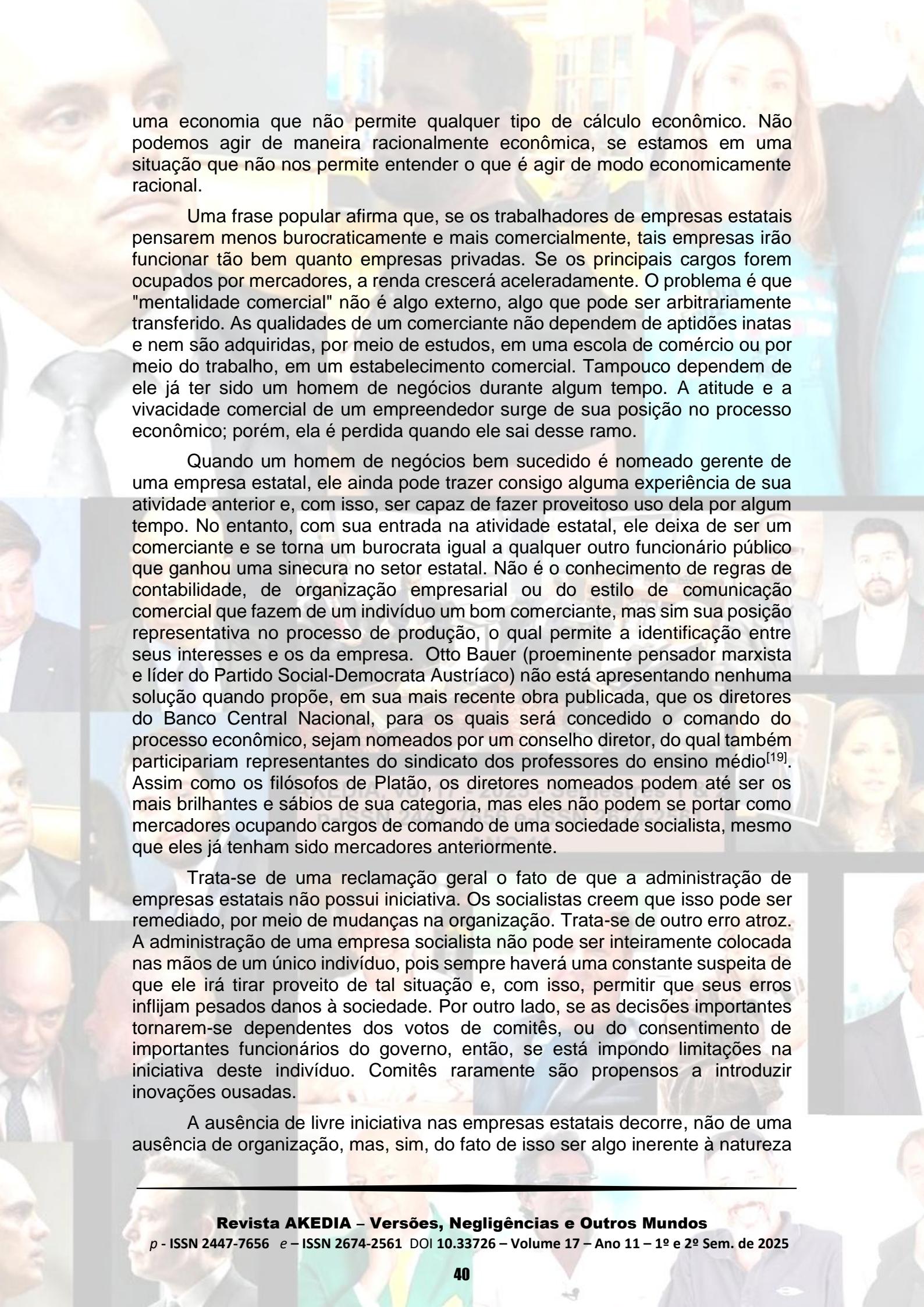
A situação se altera por completo quando uma empresa é estatizada. A motivação desaparece com a exclusão dos interesses materiais dos empreendedores privados; e se de algum modo as estatais prosperarem, isso se deve ao fato de elas estarem copiando "práticas de administração" de empresas privadas, ou ao fato de estarem constantemente sendo forçadas a

adotar reformas e inovações pelos empreendedores privados de quem elas compram instrumentos de produção e matéria-prima.

Dado que hoje estamos em uma posição que nos permite pesquisar décadas de empreendimentos estatais e socialistas, é algo amplamente reconhecido que não há meios de se adotar mecanismos de estímulo para reformar e aprimorar a produção em empresas socialistas, que elas não são capazes de se ajustar às constantes alterações na demanda, e que, em suma, elas são um membro morto em um organismo econômico. Todas as tentativas de dar vida a elas até hoje têm sido em vão. Supunha-se que uma reforma no sistema de remuneração poderia alcançar o objetivo desejado. Se os administradores destas empresas estivessem interessados nos seus rendimentos, imaginava-se que eles, então, estariam em uma posição comparável àquela do administrador de grandes empresas. Esse foi um erro fatal. Os administradores de grandes empresas estão ligados aos interesses das empresas que eles administram de uma maneira totalmente diferente daquela que impera em empresas estatais. Eles ou já são proprietários de uma considerável fatia das ações da empresa ou esperam se tornar no devido tempo. Ademais, eles estão na posição de obter lucros por meio de especulação das ações da empresa. Eles têm a perspectiva de legar seus cargos – ou ao menos, garantir parte de sua influência – para seus herdeiros. O tipo de administrador responsável pelo sucesso de empresas de sociedade anônima não se assemelha em nada ao de um complacente diretor-executivo semelhante a um funcionário público em sua mentalidade e experiência; ao contrário, tal administrador é necessariamente um gerente profissional, um empreendedor e homem de negócios que está ele próprio, na condição de acionista, interessado no bem da empresa. E é exatamente esse tipo de administrador que toda a estatização tem o objetivo de excluir.

Em um contexto socialista, de nada adianta recorrer a estes argumentos para garantir que uma ordem econômica construída sobre fundamentos socialistas terá sucesso. Todos os sistemas socialistas, inclusive aquele de Karl Marx e seus apoiadores ortodoxos, partem da suposição de que, em uma sociedade socialista, um conflito entre os interesses do indivíduo e do coletivo jamais poderá surgir. Todos irão agir com total interesse em dar o seu melhor, pois ele participa da produção de toda a atividade economia. A óbvia objeção de que o indivíduo está muito pouco preocupado em determinar se ele próprio é diligente e entusiástico, e que é da maior importância para ele que todos os outros o sejam, é algo completamente ignorado por eles. Quando muito, é insuficientemente abordado. Eles acreditam que podem construir uma economia socialista, tendo por base apenas o Imperativo Categórico. O quão suave é a intenção deles em proceder desta maneira, foi bem explicitado por Kautsky, quando ele diz: "Se o Socialismo é uma necessidade social, então, é a natureza humana, e não o Socialismo, quem deve se readjustar às necessidades, caso os dois venham a colidir"^[18]. Isso nada mais é do que uma absoluta quimera.

Porém, mesmo se por um momento concedermos que tais expectativas utópicas possam realmente se materializar, que cada indivíduo em uma sociedade socialista irá se empenhar com o mesmo fervor com que se empenha hoje em uma sociedade, na qual ele está sujeito à pressão da livre concorrência, ainda há o problema de se mensurar o resultado da atividade econômica em



uma economia que não permite qualquer tipo de cálculo econômico. Não podemos agir de maneira racionalmente econômica, se estamos em uma situação que não nos permite entender o que é agir de modo economicamente racional.

Uma frase popular afirma que, se os trabalhadores de empresas estatais pensarem menos burocraticamente e mais comercialmente, tais empresas irão funcionar tão bem quanto empresas privadas. Se os principais cargos forem ocupados por mercadores, a renda crescerá aceleradamente. O problema é que "mentalidade comercial" não é algo externo, algo que pode ser arbitrariamente transferido. As qualidades de um comerciante não dependem de aptidões inatas e nem são adquiridas, por meio de estudos, em uma escola de comércio ou por meio do trabalho, em um estabelecimento comercial. Tampouco dependem de ele já ter sido um homem de negócios durante algum tempo. A atitude e a vivacidade comercial de um empreendedor surge de sua posição no processo econômico; porém, ela é perdida quando ele sai desse ramo.

Quando um homem de negócios bem sucedido é nomeado gerente de uma empresa estatal, ele ainda pode trazer consigo alguma experiência de sua atividade anterior e, com isso, ser capaz de fazer proveitoso uso dela por algum tempo. No entanto, com sua entrada na atividade estatal, ele deixa de ser um comerciante e se torna um burocrata igual a qualquer outro funcionário público que ganhou uma sinecura no setor estatal. Não é o conhecimento de regras de contabilidade, de organização empresarial ou do estilo de comunicação comercial que fazem de um indivíduo um bom comerciante, mas sim sua posição representativa no processo de produção, o qual permite a identificação entre seus interesses e os da empresa. Otto Bauer (proeminente pensador marxista e líder do Partido Social-Democrata Austríaco) não está apresentando nenhuma solução quando propõe, em sua mais recente obra publicada, que os diretores do Banco Central Nacional, para os quais será concedido o comando do processo econômico, sejam nomeados por um conselho diretor, do qual também participariam representantes do sindicato dos professores do ensino médio^[19]. Assim como os filósofos de Platão, os diretores nomeados podem até ser os mais brilhantes e sábios de sua categoria, mas eles não podem se portar como mercadores ocupando cargos de comando de uma sociedade socialista, mesmo que eles já tenham sido mercadores anteriormente.

Trata-se de uma reclamação geral o fato de que a administração de empresas estatais não possui iniciativa. Os socialistas creem que isso pode ser remediado, por meio de mudanças na organização. Trata-se de outro erro atroz. A administração de uma empresa socialista não pode ser inteiramente colocada nas mãos de um único indivíduo, pois sempre haverá uma constante suspeita de que ele irá tirar proveito de tal situação e, com isso, permitir que seus erros inflijam pesados danos à sociedade. Por outro lado, se as decisões importantes tornarem-se dependentes dos votos de comitês, ou do consentimento de importantes funcionários do governo, então, se está impondo limitações na iniciativa deste indivíduo. Comitês raramente são propensos a introduzir inovações ousadas.

A ausência de livre iniciativa nas empresas estatais decorre, não de uma ausência de organização, mas, sim, do fato de isso ser algo inerente à natureza

desse tipo de organização. Não se pode permitir que um empregado tenha a liberdade de organizar livremente os fatores de produção, por mais alto que ele esteja no escalão da burocracia. A tentação para tirar vantagem da situação será enorme. Quanto mais acentuado for o seu interesse material na consecução de suas atribuições, menor será a possibilidade de a ele ser designada tal tarefa. Pois, na prática, ele poderá no máximo ser moralmente responsabilizado pelas perdas geradas. Ele não terá como restituir seus erros. Portanto, no Socialismo, as fraquezas éticas são justapostas às oportunidades de ganhos materiais.

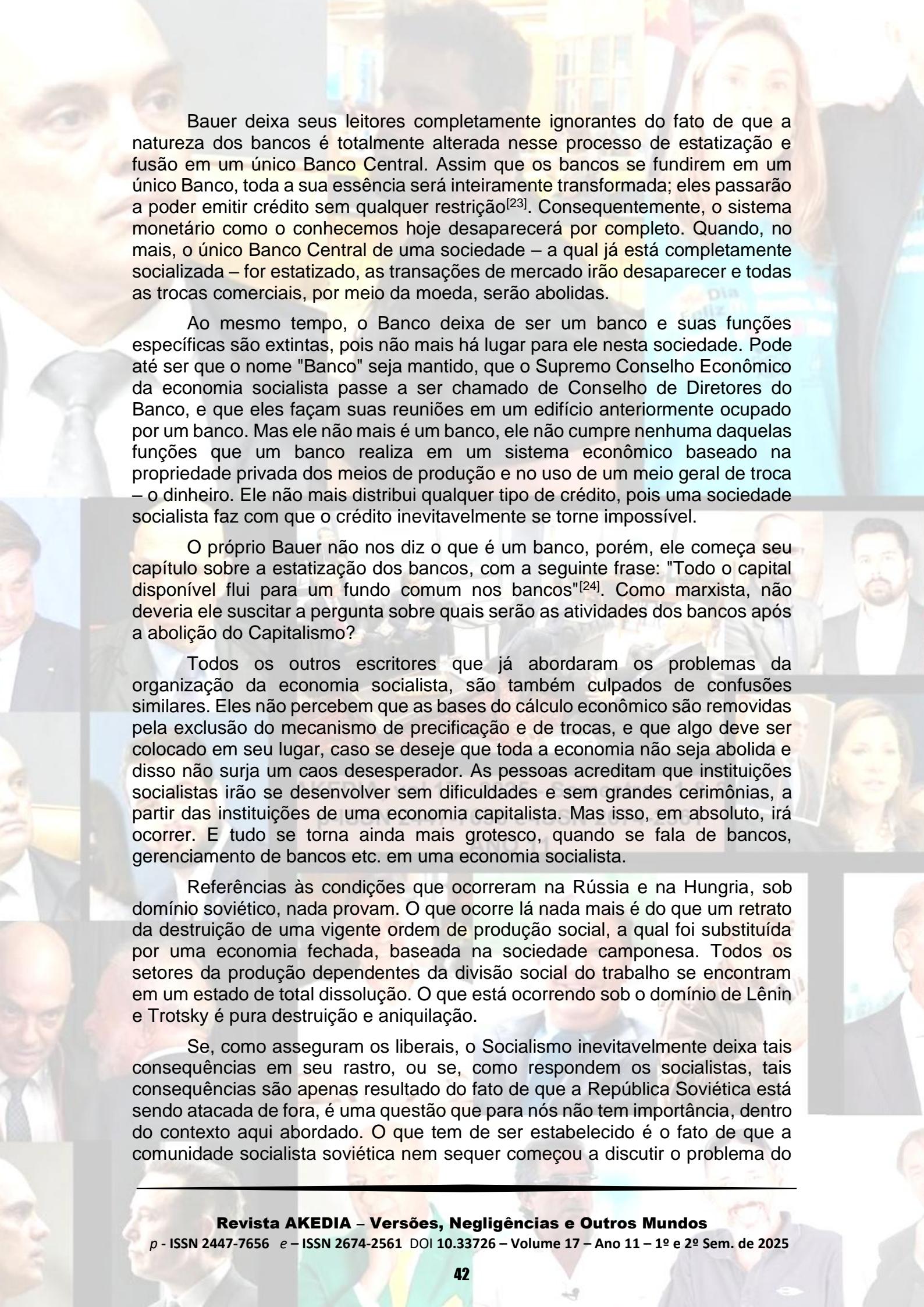
Já, sob um arranjo liberal, o dono da propriedade arcará ele próprio com a responsabilidade, pois ele será o principal atingido pelo prejuízo de ter conduzido seus negócios imprudentemente. É precisamente neste quesito que existe uma percuciente diferença entre o modo de produção liberal e o modo de produção socialista.

5. As mais recentes doutrinas socialistas e o problema do cálculo econômico

Desde que os recentes eventos ajudaram os partidos socialistas a obterem poder na Rússia, na Hungria, na Alemanha e na Áustria, teve como consequencia, a ideia de que a implementação de um programa socialista de estatização se tornasse uma questão atual^[20]. Assim, escritores marxistas começaram, eles próprios, a abordar com mais detalhes os problemas da regulação da economia socialista. Porém, mesmo hoje, eles ainda evitam a questão crucial, deixando que ela seja resolvida pelos "utopistas". Eles próprios preferem confinar sua atenção a tudo o que deve ser feito no futuro imediato. E é isso que eles sempre fizeram: estão eternamente elaborando programas sobre o caminho para o Socialismo e não sobre o Socialismo em si próprio. A única conclusão possível a ser obtida destes escritos, é que tais escritores não estão sequer conscientes do problema maior, que é exatamente o problema do cálculo econômico em uma sociedade socialista.

Para Otto Bauer, a estatização dos bancos é o último e decisivo passo rumo ao programa socialista de estatização. Se todos os bancos forem estatizados e amalgamados em um único Banco Central, então, seu conselho administrativo passará a ser "a suprema autoridade econômica, o principal órgão administrativo de toda a economia. Somente por meio da estatização dos bancos terá a sociedade o poder de regular sua mão-de-obra de acordo com um plano, e de distribuir seus recursos racionalmente entre os vários setores da produção de modo a adaptá-los às necessidades da nação"^[21].

Bauer não está discutindo os arranjos monetários que irão prevalecer na economia socialista após a conclusão da estatização dos bancos. Assim como outros marxistas, ele está tentando mostrar quão simples e óbvio será o processo de transição das atuais condições vigentes em uma economia capitalista para a futura ordem socialista. Segundo ele: "Basta transferir para os representantes da nação o poder que hoje é exercido pelos acionistas dos bancos, por meio dos Conselhos Administrativos que eles elegem"^[22], para que se possa estatizar os bancos e, com isso, assentar o último tijolo na construção do Socialismo.



Bauer deixa seus leitores completamente ignorantes do fato de que a natureza dos bancos é totalmente alterada nesse processo de estatização e fusão em um único Banco Central. Assim que os bancos se fundirem em um único Banco, toda a sua essência será inteiramente transformada; eles passarão a poder emitir crédito sem qualquer restrição^[23]. Consequentemente, o sistema monetário como o conhecemos hoje desaparecerá por completo. Quando, no mais, o único Banco Central de uma sociedade – a qual já está completamente socializada – for estatizado, as transações de mercado irão desaparecer e todas as trocas comerciais, por meio da moeda, serão abolidas.

Ao mesmo tempo, o Banco deixa de ser um banco e suas funções específicas são extintas, pois não mais há lugar para ele nesta sociedade. Pode até ser que o nome "Banco" seja mantido, que o Supremo Conselho Econômico da economia socialista passe a ser chamado de Conselho de Diretores do Banco, e que eles façam suas reuniões em um edifício anteriormente ocupado por um banco. Mas ele não mais é um banco, ele não cumpre nenhuma daquelas funções que um banco realiza em um sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e no uso de um meio geral de troca – o dinheiro. Ele não mais distribui qualquer tipo de crédito, pois uma sociedade socialista faz com que o crédito inevitavelmente se torne impossível.

O próprio Bauer não nos diz o que é um banco, porém, ele começa seu capítulo sobre a estatização dos bancos, com a seguinte frase: "Todo o capital disponível flui para um fundo comum nos bancos"^[24]. Como marxista, não deveria ele suscitar a pergunta sobre quais serão as atividades dos bancos após a abolição do Capitalismo?

Todos os outros escritores que já abordaram os problemas da organização da economia socialista, são também culpados de confusões similares. Eles não percebem que as bases do cálculo econômico são removidas pela exclusão do mecanismo de precificação e de trocas, e que algo deve ser colocado em seu lugar, caso se deseje que toda a economia não seja abolida e disso não surja um caos desesperador. As pessoas acreditam que instituições socialistas irão se desenvolver sem dificuldades e sem grandes cerimônias, a partir das instituições de uma economia capitalista. Mas isso, em absoluto, irá ocorrer. E tudo se torna ainda mais grotesco, quando se fala de bancos, gerenciamento de bancos etc. em uma economia socialista.

Referências às condições que ocorreram na Rússia e na Hungria, sob domínio soviético, nada provam. O que ocorre lá nada mais é do que um retrato da destruição de uma vigente ordem de produção social, a qual foi substituída por uma economia fechada, baseada na sociedade camponesa. Todos os setores da produção dependentes da divisão social do trabalho se encontram em um estado de total dissolução. O que está ocorrendo sob o domínio de Lênin e Trotsky é pura destruição e aniquilação.

Se, como asseguram os liberais, o Socialismo inevitavelmente deixa tais consequências em seu rastro, ou se, como respondem os socialistas, tais consequências são apenas resultado do fato de que a República Soviética está sendo atacada de fora, é uma questão que para nós não tem importância, dentro do contexto aqui abordado. O que tem de ser estabelecido é o fato de que a comunidade socialista soviética nem sequer começou a discutir o problema do

cálculo econômico, tampouco possui a intenção de fazê-lo. Pois nos lugares da Rússia Soviética, onde bens ainda são produzidos para serem vendidos no mercado – não obstante as proibições governamentais –, tais bens ainda são valorados em termos de dinheiro, pois ainda existe ali a propriedade privada dos meios de produção, e os bens são vendidos em troca de dinheiro. Nem mesmo o governo pode negar a necessidade, a qual ele próprio confirma, ao aumentar a quantidade de dinheiro em circulação, de manter um sistema monetário por um período de tempo suficiente para, no mínimo, efetuar o período de transição.

Que a essência do problema a ser enfrentado pela Rússia Soviética ainda não tenha vindo à luz, é algo perfeitamente comprovado pelas declarações de Lênin, contidas em seu ensaio *Die nächsten Aufgaben der Sowjetmacht*. Nas deliberações do ditador, há a recorrente ideia de que a mais urgente e imediata tarefa do Comunismo russo é "a organização das escriturações contábeis e o controle daquelas empresas das quais os capitalistas já foram expropriados, bem como de todas as outras empresas da economia"^[25].

Lênin continua longe de entender que há um problema inteiramente novo com o qual ele está lidando, problema esse que é impossível de ser solucionado, por meio dos instrumentos tradicionais da cultura "burguesa". Como um verdadeiro político, ele não se preocupa com as questões que vão um pouco mais além do seu nariz. Ele ainda se encontra rodeado de transações monetárias, e não percebe que, com a progressiva socialização, o dinheiro também irá necessariamente perder a sua função de meio de troca de uso geral, pois, com a abolição da propriedade privada, as trocas também desaparecerão.

A implicação contida naquela frase de Lênin, é a de que ele gostaria de reintroduzir na economia soviética, as técnicas contábeis "burguesas", as quais só podem ocorrer em um ambiente monetário. Consequentemente, ele também deseja fazer com que "especialistas burgueses" sejam novamente elevados a um estado de graça^[26]. De resto, Lênin é tão ignorante quanto Bauer, do fato de que, em uma economia socialista, as funções de um banco são inconcebíveis, considerando-se seu atual formato. Ele deseja ir ainda mais longe na "estatização dos bancos", implementando "uma transformação completa dos bancos, fazendo com que eles se tornem o ponto nodal do sistema socialista de contabilidade social"^[27].

As ideias de Lênin sobre o sistema econômico socialista, o qual ele está se esforçando para implementar sobre seu povo, são amplamente obscuras.

O Estado socialista só pode surgir como uma rede de comunas produtoras e consumidoras, as quais diligentemente registram sua produção e consumo, efetuam seu trabalho de maneira parcimoniosa, elevam a produtividade de sua mão-de-obra ininterruptamente e, assim, alcançam a possibilidade de reduzir as horas de trabalho para sete ou seis ou até menos horas por dia^[28] [...].

Cada vilarejo representa uma comuna produtora e consumidora, que tem o direito e a obrigação de aplicar a legislação geral soviética à sua própria maneira ('à sua própria maneira', não no sentido de sua violação, mas, sim, no sentido da variedade de suas formas de realização), e de solucionar à sua própria maneira o problema de como calcular a produção e a distribuição dos produtos^[29].

"As mais importantes comunas devem e irão servir como educadoras, professoras e líderes estimulantes para as mais atrasadas." Os sucessos das principais comunas têm de ser difundidos em todos os seus detalhes, para, assim servirem de bom exemplo. As comunas que "mostrarem bons resultados", devem ser imediatamente premiadas "com uma redução no dia de trabalho e com um aumento nos salários, e permitindo que se dê mais atenção a bens e valores culturais e estéticos"^[30].

Podemos deduzir que o ideal de Lênin é uma sociedade na qual os meios de produção não são de propriedade de alguns distritos ou municipalidade, e nem mesmo dos trabalhadores das empresas, mas sim de todo o público. Seu ideal é socialista e não sindicalista.

Tal contradição não precisa ser especialmente enfatizada para um marxista como Lênin – afinal, tal programa, embora não seja estranho para o Lênin teorista, é bastante estranho para o Lênin estadista, que é o líder da revolução sindicalista camponesa russa. No entanto, por ora, estamos nos concentrando no escritor Lênin, e podemos considerar seus ideais separadamente, sem nos deixarmos afetar pelo retrato da fria realidade.

De acordo com o Lênin teorista, cada grande empresa agrícola e industrial é um membro da grande comunidade do trabalho. Aqueles que são ativos nessa comunidade, têm o direito a um governo autônomo; eles exercem uma profunda influência na direção da produção e, de novo, na distribuição dos bens que lhes são especificados para consumo. No entanto, dado que a mão-de-obra é propriedade de toda a sociedade, e como seu produto também pertence à sociedade, a consequência é que os trabalhadores não controlam sua distribuição.

Logo, a pergunta torna-se inevitável: como o cálculo econômico será feito em uma comunidade socialista organizada desta forma? Lênin nos fornece uma resposta totalmente inadequada ao apelar novamente às estatísticas.

Temos de levar a estatística às massas e torná-la popular, de modo que a população ativa irá gradualmente aprender, por conta própria, a perceber quanto e qual tipo de trabalho tem de ser realizado, e quanto e qual tipo de recreação deve ser implementado, de modo que a comparação dos resultados industriais das comunas individuais se torne objeto de educação e interesse geral^[31].

Baseando-se nestas escassas alusões, é impossível concluir o que Lênin entende por estatística, e tampouco se ele está pensando em uma computação monetária ou *in natura*.

Em todo caso, temos de voltar ao que já foi dito sobre a impossibilidade de se determinar preços monetários dos bens de produção em uma economia socialista e sobre as dificuldades que impedem a valoração *in natura*^[32]. A estatística só seria aplicável ao cálculo econômico se ela pudesse ir além do cálculo *in natura*, cuja inadequação a esse propósito já foi demonstrada. Ela é naturalmente impossível de ser utilizada onde nenhuma relação de troca entre bens no processo de transação comercial é formada.

CONCLUSÃO

Os defensores de um sistema socialista de produção alegam preferência por tal sistema, em decorrência de sua suposta maior racionalidade em relação a uma economia constituída de forma a depender da propriedade privada dos meios de produção. Dentro do arcabouço do presente ensaio, não é necessário levar em consideração essa opinião, uma vez que ela recai na afirmação de que a atividade econômica racional necessariamente não pode ser perfeita, pois existem determinadas forças que impedem tal consumação.

Consequentemente, devemos nos concentrar apenas nas razões técnicas e econômicas dessa opinião. Os seguidores desta doutrina possuem uma confusa concepção de racionalidade técnica, a qual é vista como a antítese da racionalidade econômica, sobre a qual eles também não são muito claros. Eles têm o hábito de ignorar o fato de que "toda a racionalidade técnica da produção é idêntica a um baixo nível de gastos específicos no processo de produção"^[33]. Eles ignoram o fato de que o cálculo técnico não é suficiente para descobrir o "grau de conveniência geral e teleológica"^[34] de um evento; que ele só pode qualificar eventos individuais de acordo com a significância destes, mas que ele jamais pode nos guiar naqueles julgamentos que são exigidos pelo sistema econômico como um todo.

É somente em decorrência do fato de que considerações técnicas podem ser baseadas na lucratividade, que podemos superar a dificuldade que surge da complexidade das relações entre, de um lado, o poderoso sistema de produção vigente e, do outro, a demanda e a eficiência de empresas e unidades econômicas. Da mesma forma, é somente por causa de considerações técnicas para com a lucratividade, que podemos obter o retrato completo da situação em sua totalidade, algo essencial para uma atividade econômica racional^[35].

As teorias socialistas são dominadas por uma confusa concepção quanto à primazia do valor objetivo. Com efeito, no que tange à administração da economia, o valor objetivo irá adquirir significância para a economia, somente por meio da influência que ele deriva do valor subjetivo, o qual determina as relações de troca de bens econômicos. Uma segunda ideia confusa é inexplicavelmente incluída nessa primeira – a oposição entre o juízo de valor pessoal que um observador faz em relação à utilidade de determinados bens e o juízo de valor que todas as outras pessoas que participam nas transações econômicas também fazem desses bens.

Se um indivíduo considera "irracional" gastar muito dinheiro com cigarros, bebidas e prazeres similares, então, sem dúvida, ele está certo do ponto de vista de sua própria escala pessoal de valores. Porém, ao fazer tal julgamento, ele está ignorando o fato de que a economia é apenas um meio, e que, quaisquer que sejam suas considerações racionais que influenciam seu padrão de preferências, a escala de fins supremos é uma questão de conação (tendência consciente para atuar) e não de cognição.

O fato de que a atividade econômica racional é impossível em uma sociedade socialista não pode, obviamente, ser utilizado como um argumento a favor ou contra o Socialismo. Aquele que está disposto a adotar o Socialismo por

questões éticas e que sabe que a oferta de bens de consumo para os seres humanos sob um sistema de propriedade comum dos meios de produção será reduzida, ou aquele que é guiado por ideais ascéticos em seu desejo pelo Socialismo, não irá deixar seus esforços serem influenciados por tudo o que foi dito neste ensaio. Menos ainda serão influenciados aqueles socialistas "culturais" que, como Muckle, esperam que o Socialismo primariamente efetue "a dissolução da mais assustadora de todas as barbáries – a racionalidade capitalista"^[36]. Porém, aquele que espera que o Socialismo traga um sistema econômico racional, será forçado a reexaminar suas noções.

REFERÊNCIAS DISPOSTAS CF. METODOLOGIA DO ORIGINAL

- [1] Oskar Lange, "On the Economic Theory of Socialism," *Review of Economic Studies* (1936-37).
- [2] Enrico Barone, "li zministerio della produzione nello stato collettivista," *Giornale degli Economisti e Revista di Statistica*, vol 37 (1908).
- [3] Friedrich A. Hayek, "Socialist Calculation: the Competitive 'Solution,'" *Economica*, ns., vol. vii, no. 26 (1940).
- [4] Karl Kautsky, *The Social Revolution and On the Morrow of the Social Revolution* (London: Twentieth Century Press, 1907), Parte II, p.1.
- [5] [Por "ordem mais baixa", Mises se refere aos bens de consumo final, e por "ordem mais alta", àqueles utilizados na produção.]
- [6] Aplicando-se esse termo, é claro, apenas no sentido do agente que avalia, e não em um sentido objetivo e universalmente aplicável.
- [7] Franz Cuhel, *Zur Lehre von den Bedürfnissen* (Innsbruck: Wagner'sche Universitäts-Buchhandlung, 1907), pp.198 f.
- [8] Cf. Friedrich von Wieser, *Über den Ursprung und die Hauptgesetze des wirtschaftlichen Eertes* (Viena: A. Hölder, 1884), pp. 185 f.
- [9] Cf. Mises, *Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel* (Munich and Leipzig: Duncker & Humblot, 1912), p. 16, com as referências ali fornecidas. [Ver a tradução de H.E. Batson, *The Theory of Money and Credit* (Indianapolis: Liberty Classics, 1980), p. 52.]
- [10] Friedrich von Gottl-Ottlilienfeld, *Wirtschaft und technik* (*Grundriss der Sozialökonomik*, Seção II; Tübingen: J.C.B. Mohr, 1914), p. 216.
- [11] Esse fato também é reconhecido por Otto Neurath (*Durch die Kriegswirtschaft zur Naturalwirtschaft* [Munique: G.D.W. Callwey, 1919], pp. 216 f.). Ele defende a idéia de que toda economia completamente administrativa é, em última instância, uma economia natural. "A socialização", diz ele, "é, portanto, a busca pela economia natural". Neurath meramente ignora as insuperáveis dificuldades que seriam inerentes ao cálculo econômico em uma sociedade socialista.
- [12] Friedrich Engels, *Herrn Eugen Dührings Umwälzung des Wissenschaft*, 7th ed., pp. 335 f. [Traduzido por Emile Burns como *A Revolução Científica de Herr Eugen Dühring - Anti-Düring* (Londres: Lawrence & Wishart, 1943).]
- [13] Karl Marx, *Capital*, traduzido por Eden e Cedar Paul (Londres: Allen & Unwin, 1928), p. 9.
- [14] Karl Marx, *Capital*, traduzido por Eden e Cedar Paul (Londres: Allen & Unwin, 1928), p. 12.

- [15] Karl Marx, *Capital*, traduzido por Eden e Cedar Paul (Londres: Allen & Unwin, 1928), p. 13 et seq.
- [16] Cf. Eugen von Böhm-Bawerk, *Capital and Interest*, traduzido por William Smart (Londres e Nova York: Macmillan, 1890), p. 384.
- [17] Cf. Vorläufiger Bericht der Sozialisierungskommission über die Fragse der Sozialisierung des Kohlenbergbaues, concluído em 15 de fevereiro de 1919 (Berlin, 1919), p. 13.
- [18] Cf. Karl Kautsky, Prefácio de "Atlanticus" [Gustav Jaeckh], *Produktion und Konsum im Sozialstaat* (Stuttgart: J.H.W. Dietz, 1898), p. 14.
- [19] Cf. Otto Bauer, *Der Weg zum Sozialismus* (Vienna: Ignaz Brand, 1919), p. 25.
- [20] [O leitor deve ser lembrar que Mises está escrevendo em 1920]
- [21] Cf. Otto Bauer, *Der Weg zum Sozialismus* (Vienna: Ignaz Brand, 1919), p. 26 f.
- [22] Cf. Otto Bauer, *Der Weg zum Sozialismus* (Vienna: Ignaz Brand, 1919), p. 25.
- [23] Cf. Mises, *Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel* (Munich and Leipzig: Duncker & Humblot, 1912), p. 474 ff. [Ver a tradução para o inglês, de *The Theory of Money and Credit* (Indianapolis: Liberty Classics, 1980), p. 411 da edição de 1980.]
- [24] Cf. Otto Bauer, *Der Weg zum Sozialismus* (Vienna: Ignaz Brand, 1919), p. 24 f.
- [25] Cf. V. I. Lenin, *Die nächsten Aufgaben der Sowjetmacht* (Berlin: Wilmersdorf, 1919), pp. 12 f., 22ff. [English translation, *The Soviets at Work*]
- [26] Cf. V. I. Lenin, *Die nächsten Aufgaben der Sowjetmacht* (Berlin: Wilmersdorf, 1919), pp. 15. [English translation, *The Soviets at Work*.]
- [27] Cf. V.I. Lenin, *Die nächsten Aufgaben der Sowjetmacht* (Berlin: Wilmersdorf, 1919), pp. 21 and 26. [English translation, *The Soviets at Work*.] Ver também Bukharin, *Das Programm der Kommunisten* (Zurich: no pub., 1918), pp. 27 ff.
- [28] Cf. V. I. Lenin, *Die nächsten Aufgaben der Sowjetmacht* (Berlin: Wilmersdorf, 1919), pp. 24 f. [English translation, *The Soviets at Work*.]
- [29] Cf. V. I. Lenin, *Die nächsten Aufgaben der Sowjetmacht* (Berlin: Wilmersdorf, 1919), pp. 32. [English translation, *The Soviets at Work*.]
- [30] Cf. V. I. Lenin, *Die nächsten Aufgaben der Sowjetmacht* (Berlin: Wilmersdorf, 1919), pp. 33. [English translation, *The Soviets at Work*.]
- [31] Cf. V. I. Lenin, *Die nächsten Aufgaben der Sowjetmacht* (Berlin: Wilmersdorf, 1919), pp. 33. [English translation, *The Soviets at Work*.]
- [32] Neurath também imputa grande importância à estatística na concepção do plano econômico socialista. Otto Neurath (*Durch die Kriegswirtschaft zur Naturalwirtschaft* [Munich: G.D.W. Callwey, 1919], pp. 212 et seq.).
- [33] Friedrich von Gottl-Ottilienfeld, *Wirtschaft und technik* (Grundriss der Sozialökonomik, Section II; Tübingen: J.C.B. Mohr, 1914), p. 220.
- [34] Friedrich von Gottl-Ottilienfeld, *Wirtschaft und technik* (Grundriss der Sozialökonomik, Section II; Tübingen: J.C.B. Mohr, 1914), p. 219.
- [35] Friedrich von Gottl-Ottilienfeld, *Wirtschaft und technik* (Grundriss der Sozialökonomik, Section II; Tübingen: J.C.B. Mohr, 1914), p. 225.
- [36] Friedrich Muckle, *Das Kulturideal des Sozialismus* (Munich and Leipzig: Duncker & Humblot, 1919), p. 213. Por outro lado, Muckle exige o "mais alto grau de racionalização da vida econômica com o intuito de reduzir as horas de trabalho e permitir que o homem se recolha a uma ilha onde ele possa ouvir a melodia de seu ser."

A NAU, O HOMEM E O MUNDO – PARTICULARIDADES DE UMA LINGUÍSTICA EM CONSTRUÇÃO

'Stamos em pleno mar / era um sonho dantesco, um tombadilho
(*Navio Negreiro*. Castro Alves / Caetano Veloso, 1997)

English title: *THE SHIP, MAN AND THE WORLD – PARTICULARITIES OF A LINGUISTICS UNDER CONSTRUCTION*

 DOI NUMBER: 10.33726/akedia2447-7656v17a112025p48a61

PESSOA, Marcelo¹ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>
CONDE, Dirceu Cléber² –  <https://orcid.org/0000-0001-5141-5861>

RESUMO: O presente artigo se debruça em retomar um dos grandes dilemas da Linguística Moderna: o embate entre teoria e prática linguística. Metodologicamente, o texto se desenvolve por meio de uma revisão bibliográfica, realizada sobre acervos consultados em suportes físicos e digitais. O objetivo central da produção, é o de retomar esta dialética, apresentando alguns autores e correntes teóricas que em seu torno transitam. Justifica a realização dessa pesquisa, a recorrente necessidade de se ofertar ao meio acadêmico, possibilidades de leitura e de aplicação dos autores clássicos e contemporâneos na área da Linguística. O resultado obtido, é de um breve 'insulto' pragmático colocado à disposição dos estudos linguísticos, contribuindo para o fomento das discussões contemporâneas desta área do conhecimento. O principal aporte bibliográfico da pesquisa, repousa na obra *Linguística? Que é isso?* (FIORIN, 2023). O corpus de análise utilizado, foi o do enunciado de uma Prova do Programa de Pós-Graduação em Linguística, da USP, certame de 2024.

PALAVRAS-CHAVE: Produção e difusão do conhecimento, divulgação científica, Letras

ABSTRACT: This article focuses on one of the great dilemmas of modern linguistics: the clash between linguistic theory and practice. Methodologically, the text is developed through a bibliographical review, carried out in collections consulted on physical and digital media. The main objective of the production is to revisit this dialectic, presenting some authors and theoretical currents that revolve around it. This research is justified by the recurring need to provide the academic world with possibilities for reading and applying classic and contemporary authors in the field of linguistics. The result is a brief pragmatic 'insult' made available to linguistic studies, contributing to the promotion of contemporary discussions in this area of knowledge. The main bibliographical contribution of the research is the work *Linguistics? What is it?* (FIORIN, 2023). The corpus of analysis used was the wording of an exam from the Graduate Program in Linguistics at USP, in 2024.

KEYWORDS: Production and dissemination of knowledge, scientific dissemination, Letters

¹ Doutorando em Linguística, pela UFSCAR. Docente, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal. Pesquisa desenvolvida com o apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

² Docente da Universidade Federal de São Carlos. Coordenador do PPG – Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCAR e Orientador do Projeto.

INTRODUÇÃO – DIANTE DE UMA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Dentre as distintas abordagens que a Ciência Linguística Moderna passou a incorporar aos estudos linguístico-gramaticais (gramática normativa, gramática descritiva, gramática histórica e gramática comparada e. g.), desde os seus primeiros postulados, no Século XIX, optamos por destacar aqui, a ideia primordial que disso tudo se pode depreender como essência, ou seja, a mensagem a partir da qual se poderia definir a Linguística, por meio destas abordagens que, em última análise, ‘descrevem e explicam’ os fenômenos de linguagem humana. Portanto, a premissa composta pelos verbos ‘*Descrever & Explicar*’, posso dizer, seriam os termos científicos essenciais desta Ciência.

Deriva destes ‘dois verbos’, a definição de que o Linguista é sujeito que, *a priori*, adota uma postura descritiva/explícata perante as línguas (naturais, artificiais, artísticas, conlangs e .g.), ajustando-se perfeitamente ao postulado estipulado pela sua Ciência de origem. Logo, se a Linguística é a Ciência que ‘descreve e explica’ as línguas, o Linguista é, o ‘descritor e explicador’ delas.

Assim, a Linguística e o Linguista, por índole, se afastam de abordagens prescritivas sobre como a Língua deve ser estruturada e utilizada. Porém, ao mesmo tempo em que esta convicção se fortalece entre os linguistas, é consensual vermos entre os estudiosos contemporâneos, que as línguas humanas, em todos os níveis de análise, seriam, *a priori*, regidas por regras.

Nisso, vemos que há, nas duas afirmações, uma aparente contradição, colocando a premissa do ‘*Descrever & Explicar*’ quase que na contramão do que se tem convencionado denominar de Linguística Moderna. Quer dizer, como uma abordagem descritiva/explícata (isenta de apriorismo por parte do cientista) pode ser compatível com a visão de que as línguas humanas são regidas por regras, ainda que inatas (onde se pressupõe que os usuários das línguas ou o cientista interfeririam antecipada e decisivamente na linguagem ou no objeto de análise)? (Adaptado da *Prova de Conhecimentos Linguísticos* – Universidade do Estado de São Paulo, 03/05/24, Programa de Pós-Graduação em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

PERAMBULANDO ENTRE UMAS E OUTRAS TEORIAS

Aparentemente de viés Saussureano e de seus sucedâneos, convém lembrar que a contradição acima descrita já foi também preocupação de uma tradição de linguistas que os antecederam. Neste sentido, se pode discutir se tal dialética que sugere, dentre outros, um embate entre ‘espontaneidade & normatização’ linguística, reposaria já na Antiguidade de um Panini (BÖHTLINGK, 1998) ou de um Aristóteles (ARISTÓTELES, 1950), ou se, ao ser reposicionada noutros nichos mais contemporâneos, é que vieram a se fortalecer, visto que o mesmo mote reverberou após Panini e Aristóteles, em diversos estudiosos da Língua, como Varrão, Quintiliano, Donato, Prisciano:



A língua é apresentada de uma maneira idealizada, como o modo de expressão de autores consagrados do passado. [...] Por outro lado, a linguística contemporânea possui um outro sentido para o termo ‘gramática’. No âmbito dessa disciplina, ‘gramática’ corresponde *lato sensu* aos princípios e às regras que estruturam uma variedade linguística – não importando se ela é considerada prestigiada ou não. É o conjunto de regras e princípios que estruturam a competência inerente aos seres humanos para o uso de suas línguas (FORTES & BURGHINI, 2021, p. 09).

Mas, se sim ou não, se atada a uma tradição curta ou alongada de intuição linguística ou de regramento na linguagem (cf. excerto acima), convém indagar: donde nos permitimos afirmar que tais questões na **INTRODUÇÃO** podem ser tão ‘recentes’ quanto ‘longínquas’? Abaixo, vemos que:

O século XIX, em Linguística, caracterizou-se pelos estudos comparativistas e históricos da língua. Esses estudos [...] trataram, pela primeira vez, a linguagem em si mesma e por si mesma, sem abordá-la em função de outros projetos, ou seja, sem subordiná-la ao estudo da retórica, da lógica, da poética ou da filosofia (MUSSALIM, 2008, p. 27).

Além disso, devido sobretudo ao remotismo quase exótico de Panini, face à cultura ocidental, e também de seu objeto de estudos (o Sânskrito, igualmente remoto), é conveniente pormos em tela, a seguinte alegação que já foi feita sobre a relevância da descrição linguística que ele, Panini, teria feito em seu tempo, numa sua gramática sânscrita, intitulada *Aṣṭādhyāyī*:

Temos aí algo de extraordinário, uma descrição linguística puramente formal que data, segundo a estimativa mais prudente, do século IV antes de nossa Era. Panini, este gramático indiano, tomou a língua sânscrita como objeto. Não tem nenhuma palavra de especulação filosófica, mas somente uma análise formal dos elementos constituintes da língua (palavras, frases, relações entre palavras etc.). Este texto é extremamente pesado, de uma densidade inacreditável [...] já se mostra aí o ancestral das pesquisas científicas de hoje (BENVENISTE, 1989, p. 30).

Isto é, o que todos estes e aqueles (**estes**: FORTES & BURGHINI, 2021, p. 09; e, **aqueles**: MUSSALIM, 2008, p. 27) eventualmente têm feito ao longo do tempo, segundo a abordagem que aqui nos interessa evidenciar, é inserirem-se no entremeio distintivo entre ‘teoria & prática’ linguística, balizando os estudos linguísticos na seara da gramática histórica com as melhores práticas de isenção de que podiam (*tal a prática elogiada em BENVENISTE, 1989, p. 30*).

As particularidades da ‘Língua & Fala’ instituíram, sob o crivo de Saussure (2012), essa mesma dicotomia que, se nos enunciados dados até aqui, se expressam por meio do paralelismo ‘espontaneidade *versus* regramento’, e também pela contradição entre ‘isenção & interferência’, vemos que emerge, em Saussure, esse mesmo paradigma na dualidade (‘Língua & Fala’; ‘indivíduo & sociedade’) que ele evoca, colocando em polos opostos e interdependentes, a ‘singularidade do sujeito’ e o advento ‘plural da coletividade’ que, unidos indissociavelmente, produzem a diversidade complexa formadora da linguagem humana – ‘sujeito & sociedade’:

Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala por todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (SAUSSURE, 2012, p. 45).

Do mesmo modo, podem ser ressalvadas as proporções de um denominado ‘espírito de cada tempo’, bem como levado em consideração o alcance técnico próprio de cada autor, quer seja ele um *Panini* (o descendente

de Paní), um *Aristotélis, gios tou Nikómachou ton Stageíron* (Aristóteles, filho de Nicômaco de Estagira, nascido em Estagira), um *Marcus Terentius Varro Reatinus* (Varrão), uma *Marcus Fabius Quintilianus* (Quintiliano), um *Aelius Donatus* (Donato), um *Priscianus Caesariensis* (Prisciano), um *Ferdinand de Saussure* (Saussure), um *William David Labov* (Labov) ou um *Avram Noam Chomsky* (Chomsky) *et alli*.

Consequentemente, se podemos recorrer a tantos autores e mesmo autoras para discutir idêntico fenômeno linguístico, também podemos considerar esta ou aquela abordagem de estudo como válidas (gramática normativa, gramática descritiva, gramática histórica e gramática comparada, o pragmatismo, os jogos de linguagem etc.) sobre este ou aquele objeto linguístico (línguas naturais, artificiais, artísticas, conlangs etc.).

O que se quer dizer no parágrafo anterior, é que, autores e métodos podem ter variado ao longo do tempo, mas, aparentemente, o horizonte dicotômico suscitado pelos pilares da Linguística tem sido continuamente recuperado e mantido em debate pela Ciência Linguística Moderna. Nesta contemporaneidade assim delineada, portanto, tal binômio (a questão-problema da **INTRODUÇÃO**) se interpõe ao leitor de vários modos: ora, pelo viés de uma ‘espontaneidade *versus* normatização’, ora pela oposição entre ‘teoria e prática’, ora pelos binômios ‘Língua & Fala’ / ‘indivíduo & coletivo’ *inter alia*.

Convém destacar que tais preocupações não só são legítimas, sob o ponto de vista da Ciência Linguística, como realinham, numa mesma hipótese de evolução histórica da Linguística, todos os estudiosos até aqui mencionados, agora agrupados neste ponto do texto, sob o prisma da sobreposição de seus contextos biográficos, o que nos permite lançar uma rápida visada sobre a localização e ‘caminhar’ desse ‘espírito de cada tempo’: Panini (**520-460 a. C.**), Aristóteles (**384-322 a. C.**), Varrão (**116-27 a. C.**), Quintiliano (**35-96 d. C.**), Donato (**315-380 d. C.**), Prisciano (**470-530 d. C.**), Saussure (**1857-1913**), Labov (**1927-2024**) e Chomsky (**1928- com 96 anos, em 2025**):

[...] entende-se que a visão chomskyana [de língua] é biológica [...]. Daí, segue que a tarefa do cientista da linguagem seria descrever e explicar como funcionam as mais diferentes línguas naturais do mundo [...], com vistas a entender o que se postula como ‘gramática universal’. [...] de acordo com essa teoria, a língua é um conhecimento abstrato, [...] ou seja, não precisamos, quando crianças, ouvir todas as sentenças possíveis de nossa língua materna para que nos tornemos absolutamente competentes em sua gramática e, portanto, capazes de produzir qualquer sentença nela possível. **[Por sua vez]** O pensamento laboviano [concebe a língua como] não biológica, mas social. Tudo o que podemos chamar ‘ferramentas linguísticas’ (palavras, frases etc.) é empregado com funções que [...] se explicam não só em termos linguísticos, mas também em termos sociais (grifo meu em negrito) (MENDES, 2023, *apud* FIORIN, 2023, p. 112).

É fato que Saussure entendia que ‘Língua’ e ‘Fala’ preencheriam, na comunicação humana, condições simultaneamente sociais e estruturais, consolidadas na faculdade da Linguagem, combinando-se nesta última, tanto questões voltadas ao regramento das Línguas Naturais, quanto as imprecisões e imprevisibilidades da fala. Cabem neste contexto, como já dissemos, tanto as idiossincrasias do indivíduo quanto a pluralidade da coletividade.

No cerne deste entendimento, interpomos a seguir, um fragmento de Roman Jakobson, que nos parece sintetizar as dissidências vistas nos dois polos de nossa dialética, dicotomia a qual vimos serem expressas neste *paper*, por meio dos mais distintos segmentos de estudiosos até aqui expostos, em termos como: ‘Espontaneidade *versus* regramento’; ‘Descrever *versus* Explicar’; ‘Língua & Fala’; ‘indivíduo & sociedade’; ‘singularidade do sujeito *versus* plural da coletividade’; ‘teoria & prática’; ‘biológico *versus* social’. Assim, vemos que:

Embora existam leis universais que governam os sistemas fonológicos e gramaticais **[frontalmente vemos se posicionarem, aqui, as línguas ágrafas diante de línguas gráficas]**, dificilmente encontraremos leis gerais de mudanças linguísticas. Poderemos no máximo observar certas tendências, estabelecer o maior ou menor grau de probabilidade de diversas mudanças **[neste segmento, vemos claramente o embate entre ‘espontaneidade *versus* regramento’]**. Para que uma mudança seja possível, a única condição é que não chegue a um estado que contradiga as leis estruturais gerais (grifos meus em negrito) (JAKOBSON, 2010, p. 34).

Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que a Ciência Linguística se interessa pelas regras gerais implícitas na linguagem humana, também institui como parte de sua erudição científica, abordagens que se dedicam ao voluntarismo linguístico, isto é, aos estudos da “epifania das palavras” (vide FIORIN, 2023, *Linguística, que é isso?*). Assim, tal epistemologia não se voltaria necessária e exclusivamente às regras, mas às condições de uso real das línguas – a regra não seria um *a priori*, rígido, mas fruto de apreensões empíricas, captadas e descritas nas condições reais de uso da Língua.

Dentro dessa aparente contradição, que tal como temos enfatizado, se expressa de vários modos, tais como ‘Descrever versus Explicar’; ‘espontaneidade & normatização’; ‘Língua & Fala’; ‘indivíduo & sociedade’; ‘singularidade do sujeito versus plural da coletividade’; ‘teoria & prática’; ‘biológico versus social’, é de se suspeitar que aparentemente tais modelos não se entenderiam muito bem, ou que, pelo menos, não teriam inicialmente os mesmos alvos de atenção.

Assim, propondo um desfecho para o debate que abrimos em nossa **INTRODUÇÃO**, vemos que, dentro do que se convencionou denominar de Linguística Moderna (seara que adota por objetos de análise, prioritariamente, a Língua, ou a Linguagem, ou a Competência, ou a Variação, ou a Mudança ou o Uso, combinados ou isoladamente), se podem buscar meios para aproximar as práticas teóricas face aos atos de realização comunicativa efetiva, prestando um grande serviço ao terreno da linguagem: e é isso que faremos a seguir.

EXPERIMENTANDO TEORIAS E OBJETOS

Dentre as diversas abordagens que podem ser adotadas para a compreensão de objetos de estudos linguísticos, temos a Pragmática. Em linhas gerais, esta vertente de estudos cuida de analisar os objetivos da comunicação e o contexto em que os enunciados ocorrem. Sabe-se que a compreensão desta ou daquela mensagem, segundo esta abordagem, depende necessariamente não apenas do nível de domínio de tópicos específicos de

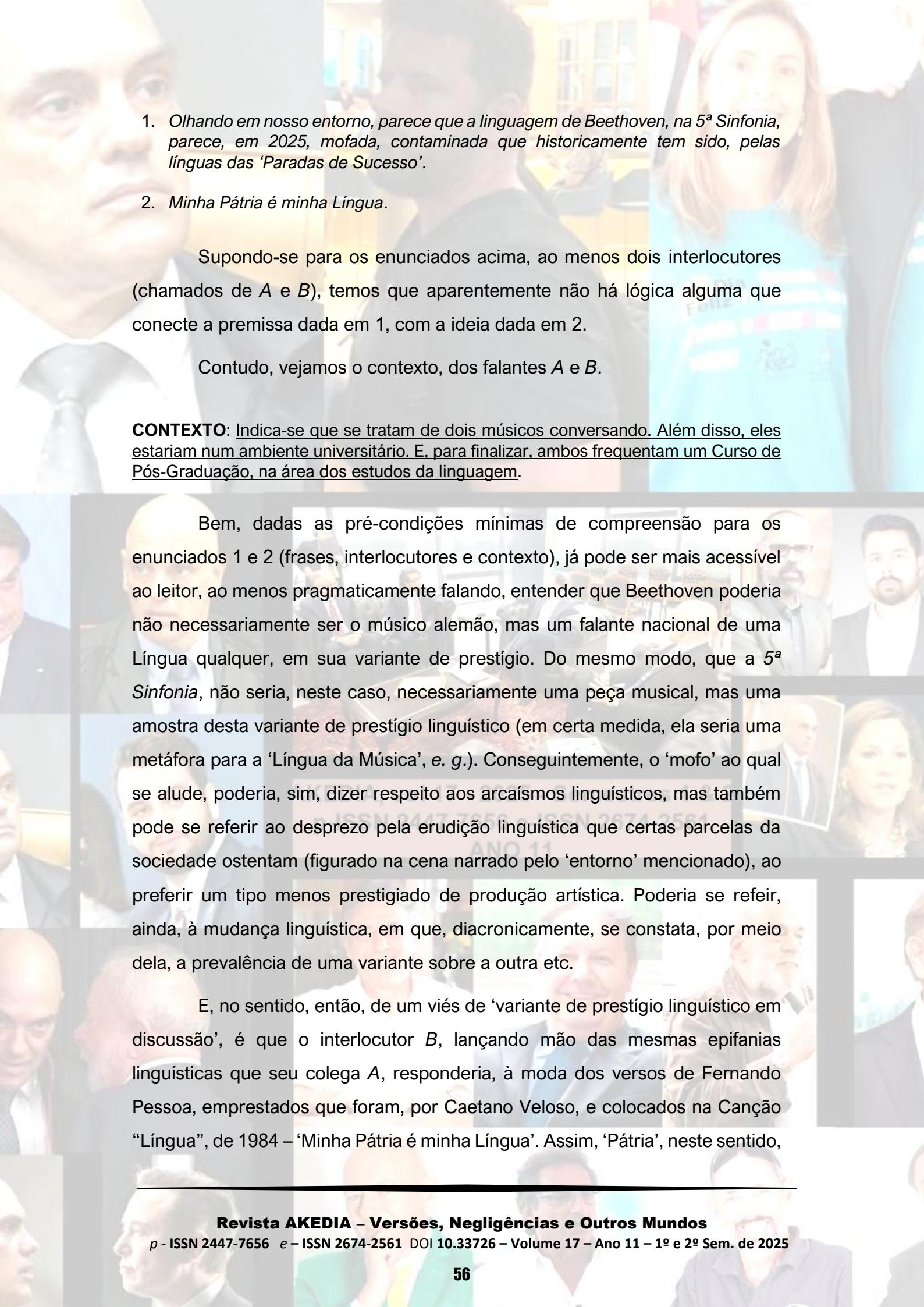
linguagem padrão e não padrão que detenham os interlocutores, mas também do cabedal e da combinação de conhecimentos linguísticos e extralinguísticos:

Nossos diálogos, normalmente, não consistem em uma sucessão de observações desconectadas, e não seria racional se assim fossem. Fundamentalmente, eles são, pelo menos até um certo ponto, esforços cooperativos, e cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita [o exemplo dado a seguir, elevará esta premissa a um grau elevado de ‘exagero’, a fim de facilitar a compreensão sobre esta ideia extralinguística de cooperação entre cada participante]. Este propósito ou direção pode ser fixado desde o início (por exemplo, pela proposição inicial de uma questão para discussão) ou pode evoluir durante o diálogo; pode ser claramente definido ou ser bastante indefinido a ponto de deixar aos participantes considerável liberdade (como numa conversação casual). Mas, a cada estágio, alguns movimentos conversacionais possíveis seriam excluídos como inadequados. Podemos formular, então, um princípio muito geral que se esperaria (*ceteris paribus [todas as outras coisas sendo iguais]*) que os participantes observassem: Faça sua contribuição conversacional tal qual como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado [o contexto]. Pode-se denominar este princípio de “Princípio de Cooperação” (grifos meus em negrito) (GRICE, 1982, p. 86).

Seguindo, portanto, na esteira dos postulados de Grice sobre o Pragmatismo, pinçamos de seu todo, o denominado ‘Princípio de Cooperação’.

Este recorte se ajusta ao que pretendemos demonstrar, desde a nossa **INTRODUÇÃO**. Isto é, na medida em que a comunicação e os enunciados propriamente ditos, para serem compreendidos, requisitem dos partícipes dos atos comunicacionais, algum grau de cooperação entre os inúmeros ‘contextos enunciativos’ entre si, se pressupõe que nessa interação, segundo o que lemos em Grice (acima), ocorra pequenas possibilidades de ruptura com os padrões de comunicação tidos como ‘mais ou menos adequados’, privilegiando-se a compreensão e não a apresentação dos enunciados em si.

Desse modo, entende-se que, por meio de etapas de cooperação, os interlocutores podem contribuir reciprocamente para a compreensão de certos atos de comunicação, tais como os dois fragmentos seguintes:

- 
1. *Olhando em nosso entorno, parece que a linguagem de Beethoven, na 5ª Sinfonia, parece, em 2025, mofada, contaminada que historicamente tem sido, pelas línguas das 'Paradas de Sucesso'.*
 2. *Minha Pátria é minha Língua.*

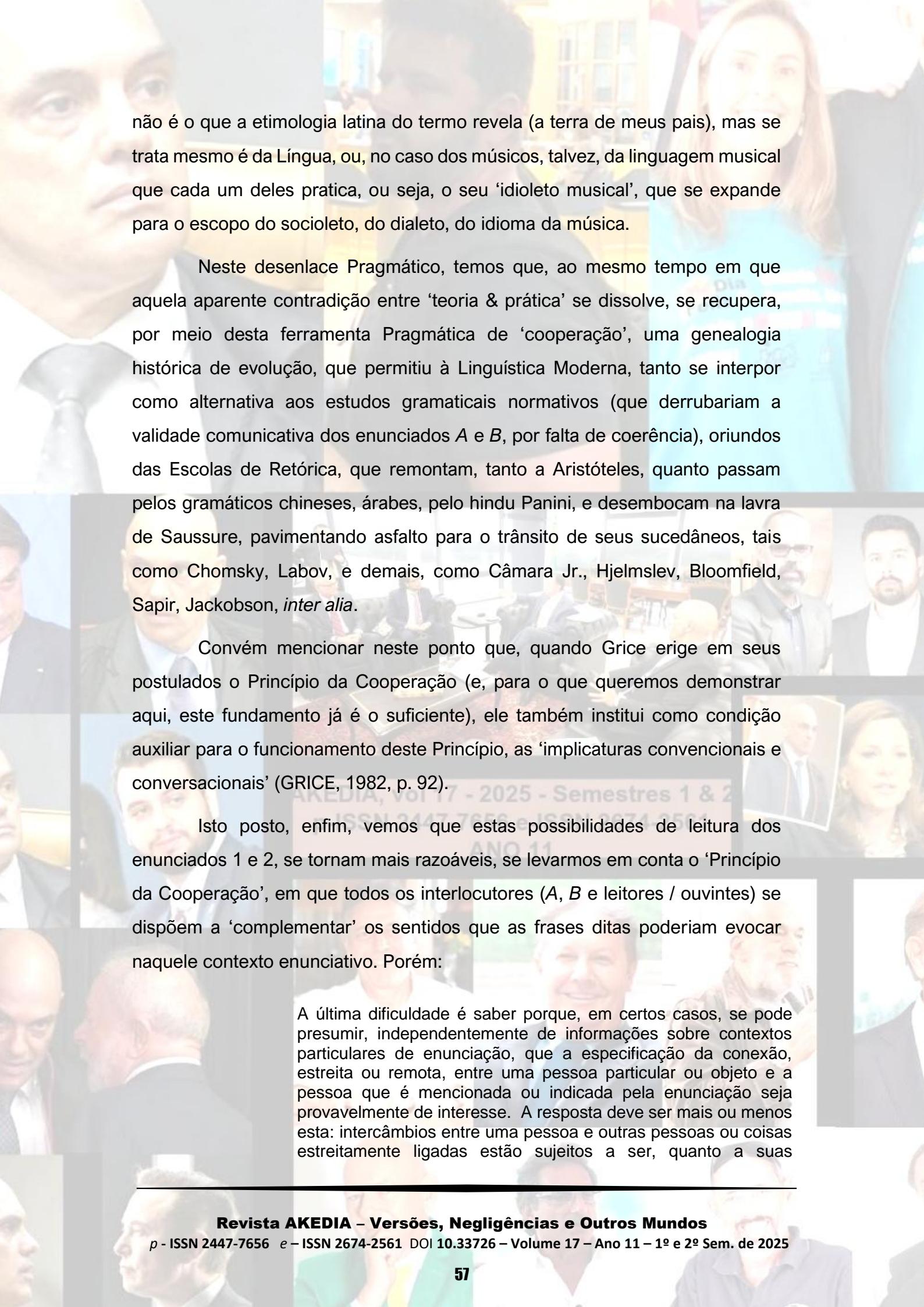
Supondo-se para os enunciados acima, ao menos dois interlocutores (chamados de *A* e *B*), temos que aparentemente não há lógica alguma que conecte a premissa dada em 1, com a ideia dada em 2.

Contudo, vejamos o contexto, dos falantes *A* e *B*.

CONTEXTO: Indica-se que se tratam de dois músicos conversando. Além disso, eles estariam num ambiente universitário. E, para finalizar, ambos frequentam um Curso de Pós-Graduação, na área dos estudos da linguagem.

Bem, dadas as pré-condições mínimas de compreensão para os enunciados 1 e 2 (frases, interlocutores e contexto), já pode ser mais acessível ao leitor, ao menos pragmaticamente falando, entender que Beethoven poderia não necessariamente ser o músico alemão, mas um falante nacional de uma Língua qualquer, em sua variante de prestígio. Do mesmo modo, que a 5ª Sinfonia, não seria, neste caso, necessariamente uma peça musical, mas uma amostra desta variante de prestígio linguístico (em certa medida, ela seria uma metáfora para a 'Língua da Música', e. g.). Conseguintemente, o 'mofo' ao qual se alude, poderia, sim, dizer respeito aos arcaísmos linguísticos, mas também pode se referir ao desprezo pela erudição linguística que certas parcelas da sociedade ostentam (figurado na cena narrado pelo 'entorno' mencionado), ao preferir um tipo menos prestigiado de produção artística. Poderia se refeir, ainda, à mudança linguística, em que, diacronicamente, se constata, por meio dela, a prevalência de uma variante sobre a outra etc.

E, no sentido, então, de um viés de 'variante de prestígio linguístico em discussão', é que o interlocutor *B*, lançando mão das mesmas epifanias linguísticas que seu colega *A*, responderia, à moda dos versos de Fernando Pessoa, emprestados que foram, por Caetano Veloso, e colocados na Canção "Língua", de 1984 – 'Minha Pátria é minha Língua'. Assim, 'Pátria', neste sentido,



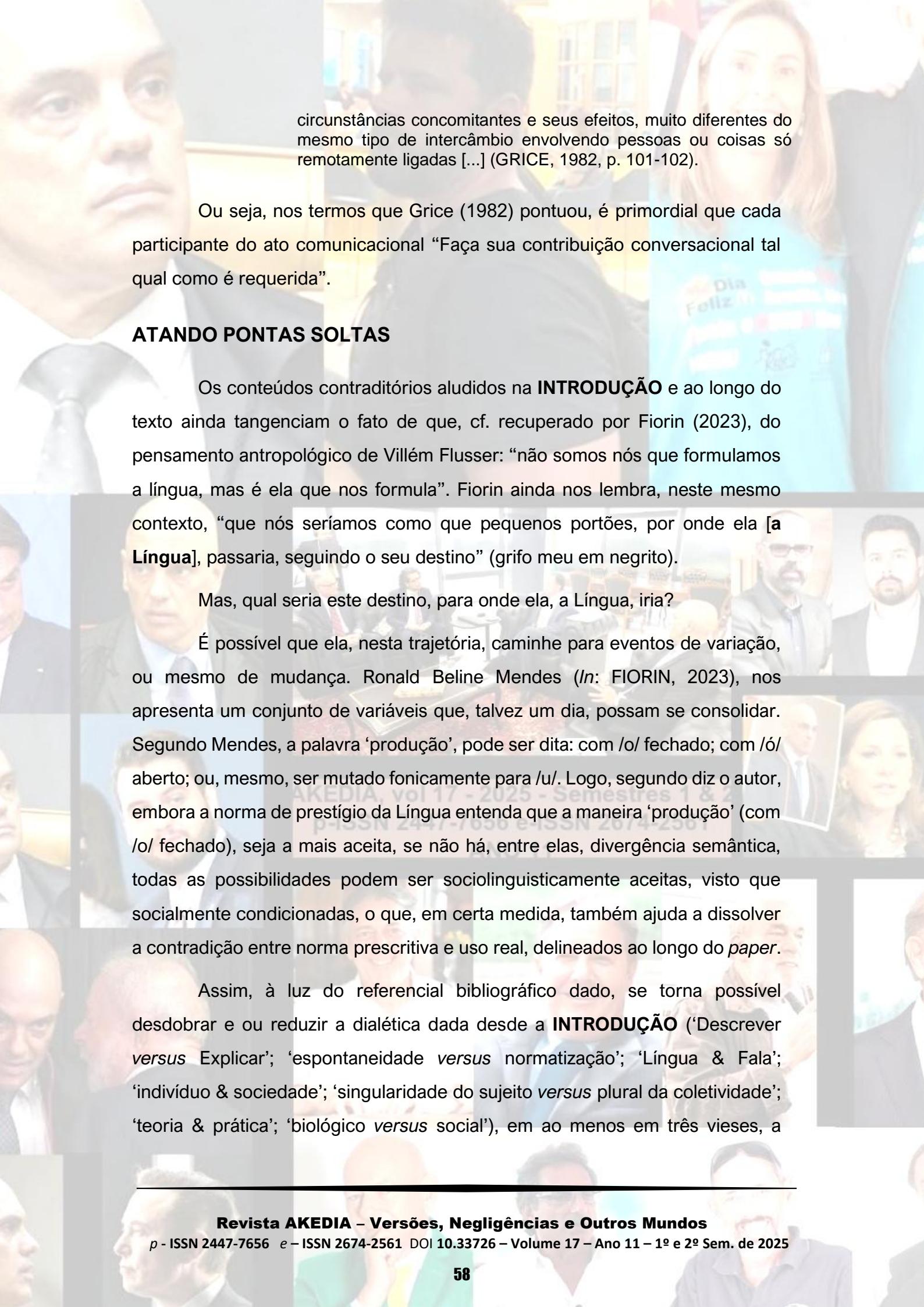
não é o que a etimologia latina do termo revela (a terra de meus pais), mas se trata mesmo é da Língua, ou, no caso dos músicos, talvez, da linguagem musical que cada um deles pratica, ou seja, o seu 'ídioleto musical', que se expande para o escopo do socioleto, do dialeto, do idioma da música.

Neste desenlace Pragmático, temos que, ao mesmo tempo em que aquela aparente contradição entre 'teoria & prática' se dissolve, se recupera, por meio desta ferramenta Pragmática de 'cooperação', uma genealogia histórica de evolução, que permitiu à Linguística Moderna, tanto se interpor como alternativa aos estudos gramaticais normativos (que derrubariam a validade comunicativa dos enunciados *A* e *B*, por falta de coerência), oriundos das Escolas de Retórica, que remontam, tanto a Aristóteles, quanto passam pelos gramáticos chineses, árabes, pelo hindu Panini, e desembocam na lavra de Saussure, pavimentando asfalto para o trânsito de seus sucedâneos, tais como Chomsky, Labov, e demais, como Câmara Jr., Hjelmslev, Bloomfield, Sapir, Jackobson, *inter alia*.

Convém mencionar neste ponto que, quando Grice erige em seus postulados o Princípio da Cooperação (e, para o que queremos demonstrar aqui, este fundamento já é o suficiente), ele também institui como condição auxiliar para o funcionamento deste Princípio, as 'implicaturas convencionais e conversacionais' (GRICE, 1982, p. 92).

Isto posto, enfim, vemos que estas possibilidades de leitura dos enunciados 1 e 2, se tornam mais razoáveis, se levarmos em conta o 'Princípio da Cooperação', em que todos os interlocutores (*A*, *B* e leitores / ouvintes) se dispõem a 'complementar' os sentidos que as frases ditas poderiam evocar naquele contexto enunciativo. Porém:

A última dificuldade é saber porque, em certos casos, se pode presumir, independentemente de informações sobre contextos particulares de enunciação, que a especificação da conexão, estreita ou remota, entre uma pessoa particular ou objeto e a pessoa que é mencionada ou indicada pela enunciação seja provavelmente de interesse. A resposta deve ser mais ou menos esta: intercâmbios entre uma pessoa e outras pessoas ou coisas estreitamente ligadas estão sujeitos a ser, quanto a suas



circunstâncias concomitantes e seus efeitos, muito diferentes do mesmo tipo de intercâmbio envolvendo pessoas ou coisas só remotamente ligadas [...] (GRICE, 1982, p. 101-102).

Ou seja, nos termos que Grice (1982) pontuou, é primordial que cada participante do ato comunicacional “Faça sua contribuição conversacional tal qual como é requerida”.

ATANDO PONTAS SOLTAS

Os conteúdos contraditórios aludidos na **INTRODUÇÃO** e ao longo do texto ainda tangenciam o fato de que, cf. recuperado por Fiorin (2023), do pensamento antropológico de Villém Flusser: “não somos nós que formulamos a língua, mas é ela que nos formula”. Fiorin ainda nos lembra, neste mesmo contexto, “que nós seríamos como que pequenos portões, por onde ela [a **Língua**], passaria, seguindo o seu destino” (grifo meu em negrito).

Mas, qual seria este destino, para onde ela, a Língua, iria?

É possível que ela, nesta trajetória, caminhe para eventos de variação, ou mesmo de mudança. Ronald Beline Mendes (*In: FIORIN, 2023*), nos apresenta um conjunto de variáveis que, talvez um dia, possam se consolidar. Segundo Mendes, a palavra ‘produção’, pode ser dita: com /o/ fechado; com /ó/ aberto; ou, mesmo, ser mutado fonicamente para /u/. Logo, segundo diz o autor, embora a norma de prestígio da Língua entenda que a maneira ‘produção’ (com /o/ fechado), seja a mais aceita, se não há, entre elas, divergência semântica, todas as possibilidades podem ser sociolinguisticamente aceitas, visto que socialmente condicionadas, o que, em certa medida, também ajuda a dissolver a contradição entre norma prescritiva e uso real, delineados ao longo do *paper*.

Assim, à luz do referencial bibliográfico dado, se torna possível desdobrar e ou reduzir a dialética dada desde a **INTRODUÇÃO** (‘Descrever versus Explicar’; ‘espontaneidade versus normatização’; ‘Língua & Fala’; ‘indivíduo & sociedade’; ‘singularidade do sujeito versus plural da coletividade’; ‘teoria & prática’; ‘biológico versus social’), em ao menos em três vieses, a

saber:

- a) a Linguística se afasta de posturas que determinam regras de uso para as Línguas;
- b) as Línguas são regidas por regras, que não, obviamente, ditadas pela Ciência Linguística; e,
- c) explicar os eventos linguísticos não significa acondiciona-los em ‘caixas teóricas’.

O que ‘a’, ‘b’ e ‘c’ nos apresentam, em suma, é que até um certo tempo, dentre os vários linguistas os quais nosso *paper* evoca, havia um consenso de que eles, isto é, de que a “A grande maioria dos linguistas tinha se voltado resolutamente para a contemplação de seus próprios idioletos” (LABOV, “Padrões Sociolinguísticos”. *In: FIORIN, 2023, p. 111*).

O que quer dizer, que os linguistas daqueles tempos, estavam mais voltados a confirmar as próprias convicções (as suas respectivas ‘caixas teóricas), as quais se fortaleciam na mesma velocidade e proporção em que se validavam uns aos outros reciprocamente, em fluxo contínuo e sem refutação.

Cada segmento teórico em destaque neste Artigo, tem atuado, à sua maneira, propondo aos cientistas, modelos de descrição sincrônica dos fonemas, dos morfemas, das palavras, das frases, dos discursos (WHITNEY, 2010), explicando as prevalências diacrônicas, identificando os idioletos, compreendendo a formação de socioletos, localizando a ocorrência dos dialetos e, finalmente, nos idiomas propriamente ditos, delimitando variáveis de prestígio padrão, de prestígio encoberto, de prestígio comunal que eventualmente existam, dentre tais contextos.

O que ‘a’, ‘b’ e ‘c’ ainda nos informam, é que, ao lado dos estudos linguísticos, se definiram, tanto os seus objetos teóricos, já acima aludidos, quanto foram determinados os horizontes de abordagens auxiliares de tais objetos. Nesta condição, estariam a Semântica, a Pragmática, a Sintaxe, a Estilística, a Fonética, a Fonologia. E, ao nosso ver, pensando a Língua como um sistema Complexo, Dinâmico e Adaptativo (VIOTTI, 2023. *In: FIORIN, 2023*), entendemos que poderia ser, por meio da Pragmática, que a contradição alvo do início deste texto melhor se desfaria.

Em suma, vemos que as premissas ‘a’, ‘b’, e ‘c’, conforme delimitadas anteriormente, estão presentes no texto, bem como aparecem debatidas ao longo da evolução linguística.

É possível que exista discordância quanto aos argumentos aqui utilizados, a exemplo do que vemos em Fiorin (2023), em que os Autores de Capítulos encartados na obra, discordam abertamente não só entre si, mas, também, de um ou outro argumento oriundo da fortuna crítica que eles utilizam. Porém, lembramos que é assim que se tornou possível a superação de conceitos na Linguística Moderna, face aos antigos linguistas, suas teorias e seus métodos.

CONCLUSÕES

Por sua vez, enquanto Saussure propôs a possibilidade de uma Linguística que pudesse se dedicar, tanto ao campo estrutural das regras gramaticais de prestígio quanto ao terreno das realizações e usos diafásicos, Chomsky apresentou ao mundo o gerativismo linguístico, mais facilmente descritível em modelos experimentais. Na mesma senda, Labov legou-nos os estudos de Língua tidos como fatos ‘socialmente condicionados’, portanto, mais propensos a influências diastráticas, diatópicas, econômicas, étnicas, fatos sociais que naturalmente prescindem de regramentos linguísticos *stricto sensu*.

Vemos que a Língua poderia se dirigir para outros portos. Em *Language*, de 1949, Edward Sapir nos lembra que a Língua é uma nau à deriva, que em sua viagem rumo ao desconhecido e ao imprevisível, inevitavelmente termina por se afastar do cais da Norma, e segue o seu caminho no mundo, à revelia de todos nós.

Assim, portanto, já que “Stamos em pleno mar”, voltamos ao nosso título: a *Nau, o Homem e o Mundo*, materializando num breve tentativa metalinguística, os (des)encontros possíveis entre a ‘teoria e a prática’ de uma Língua – esta é a Linguagem *per se*, em mais alto grau de eficácia.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Les réfutations sophistiques. Nouvelle traduction et notes par J. Tricot.* Paris, J. Vrin, 1950.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral.* Campinas: Pontes, 1989, v. 2.
- BÖHTLINGK, Otto. *Panini's Grammatik.* Reimpressão, 1998 – ISBN 3-87548-198-4, 1887.
- FIORIN, J. L. (org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2023.
- GRICE, Herbert Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos metodológicos da Linguística.* Campinas: Edição do Autor, 1982. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1792767/mod_resource/content/1/L%C3%B3gica%20e%20conversa%C3%A7%C3%A3o%20.pdf, p. 81-103.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação.* São Paulo: Cultrix, 2010.
- MENDES, Ronald Beline. Língua e variação. In: FIORIN, J. L. (org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2023, p. 111-135.
- MUSSALIM, Fernanda. *Linguística I.* Curitiba: lesde Brasil, 2008.
- PANINI. *The Ashtadhyayi of Panini: Translated Into English (Classic Reprint).* AMAZON, 2018.
- SANTOS, Fausto dos. *Filosofia aristotélica da linguagem.* Chapecó: ARGOS, 2002, p. 79-115.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral.* São Paulo: Cultrix, 2012.
- VIOTTI, Evani. Mudança linguística. In: FIORIN, J. L. (org.). *Linguística? Que é isso?* SP: Contexto, 2023, p. 137-179.
- WHITNEY, William Dwight. *A vida da linguagem.* Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

AKEDIA, vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2
p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561
ANO 11

TERCEIRO MANDATO DO PRESIDENTE LULA: UMA REPRISE DO SEGUNDO GOVERNO DILMA (2014-2016) NA ECONOMIA?

English title: *PRESIDENT LULA'S THIRD TERM: A RERUN OF THE SECOND DILMA ADMINISTRATION (2014-2016) IN THE ECONOMY?*

doi: DOI NUMBER: 10.33726/akedia2447-7656v17a112025p62a80

CARVALHO, Celso Almeida de¹

RESUMO: A Presidente Dilma Rousseff, eleita para o segundo mandato, de 2014 a 2016, sofreu processo de *impeachment*, em decorrência de um conjunto de medidas desastrosas na condução da economia, fato que desencadeou uma inflação descontrolada, acima do centro da meta, desaceleração da economia, baixo ritmo de crescimento, fragilização dos indicadores fiscais, tudo isso, aliado ao desequilíbrio externo, alta dos preços dos alimentos e da cesta básica, *deficits* fiscais crescentes nas contas públicas, descontrole dos gastos, queda das receitas, somados ao isolamento político, perda de apoio no Congresso e escândalos de corrupção: resultado – uma forte recessão econômica jamais vista no país. Este estudo tem por objetivo, analisar, de modo comparativo, o terceiro mandato do Presidente Lula com o segundo governo da Presidente Dilma Rousseff (2014-2016), no contexto da economia. Para o estudo, se utilizou como metodologia uma revisão de literatura, visando responder à seguinte questão de pesquisa: 'O terceiro mandato do Presidente Lula apresenta as mesmas configurações, características e modelo do segundo governo Dilma (2014-2016) na economia?'. Como resultado, viu-se que se fez nítido que o atual governo Lula, em seu terceiro mandato, está repetindo o mesmo modelo econômico utilizado no governo de Dilma. Um modelo que aposta no consumo interno, controle dos preços e intervencionismo, gastar mais do que arrecada e uso de programas sociais populistas que são, na verdade, a marca registrada do PT (Partido dos Trabalhadores). A hipótese de estudo para que se chegue a este resultado, é que tal modelo econômico pode estar ultrapassado, questão que o governo parece ignorar, face ao novo cenário econômico mundial. Contudo, o atual governo Lula não é o governo de Dilma Rousseff, e não guardam semelhanças, possuem estilos políticos e estratégias diferentes. O Presidente ainda conserva carisma, articulação política e um certo capital político.

PALAVRAS-CHAVE: Política fiscal, recessão, investimento público, economia brasileira, desenvolvimento econômico, política econômica

ABSTRACT: President Dilma Rousseff, elected for a second term from 2014 to 2016, was impeached as a result of a series of disastrous measures in the management of the economy, which led to uncontrolled inflation, above the center of the target, a slowdown in the economy, low growth rates, weakening of fiscal indicators, all this, combined with external imbalance, rising food prices and the basic food basket, growing fiscal deficits in public accounts, lack of control over spending, falling revenues, added to political isolation, loss of support in Congress and corruption scandals: the result - a severe economic recession never before seen in the country. The aim of this study is to comparatively analyze President Lula's third term in office with President Dilma Rousseff's second administration (2014-2016) in the context of the economy. For the study, a literature review was used as methodology, aiming to answer the following research question: 'Does President Lula's third term present the same configurations, characteristics and model as the second Dilma government (2014-2016) in the economy?'. As a result, it has become clear that the current Lula government, in its third term, is repeating the same economic model used in Dilma's government. A model that relies on domestic consumption, price controls and interventionism, spending more than it takes in and the use of populist social programs that are, in fact, the hallmark of the PT (Workers' Party). The study hypothesizes that this economic model may be outdated, which the government seems to be ignoring in the face of the new global economic scenario. However, the current Lula government is not the Dilma Rousseff government, and they have no similarities; they have different political styles and strategies. The President still retains charisma, political articulation and a certain amount of political capital.

KEYWORDS: Fiscal policy, recession, public investment, Brazilian economy, economic development, economic policy

¹ Graduado em ADMINISTRAÇÃO pela FEB – Fundação Educacional de Barretos (2001). Agente Autônomo de Investimentos autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Docente do Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.

INTRODUÇÃO

O berço do poder no Brasil foi a Monarquia, passando pelas República Velha e Nova, até nossos dias atuais de Presidencialismo. Tivemos Presidentes com inclinações ditatoriais fascistas, como foi o caso de Getúlio Vargas, vários Presidentes militares, até o movimento de eleições diretas, de 1989, que possibilitou a ascensão de governantes com viés de esquerda, bem como o florescimento do movimento políticos de direita o país (CAMPOS, 2024).

Entretanto, independentemente do viés político de esquerda ou direita, o país apresenta uma forte característica arraigada na governança brasileira, pautada em uma política populista, um elemento comum nos países latinos, dado à sua composição étnica cultural, política e histórica (FAUSTO, 2016).

Após a década de 1990, mesmo com o surgimento de movimento político de direita no país, a ala política de esquerda, com propostas políticas de governo populista, começa a emergir no cenário político brasileiro com maior proeminência (CAMPOS, 2024).

Foi justamente essa característica populista que levou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a se tornar o primeiro Presidente de esquerda no país, de 2003–2006, sendo reeleito para um segundo mandato, de 2007-2010, deixando o cargo com uma aprovação recorde, superior a 80% de avaliação positiva (CURADO, NASCIMENTO, 2015; CAMPOS, 2024).

As principais marcas do governo Lula foram a manutenção da estabilidade econômica, a retomada do crescimento do país e a redução da pobreza e da desigualdade social.

E, para alcançar tais marcas, o governo Lula implementou um conjunto de Programas populistas, como o ‘Bolsa Família’, o ‘Fome Zero’, o ‘Universidade Para Todos – ProUni’, o ‘Primeiro Emprego’, o de ‘Aceleração do Crescimento – PAC’, e o ‘Minha Casa, Minha Vida’, dentre outros.

Esses Programas populistas deram visibilidade, força política suficiente além da alta popularidade e taxa de aprovação ao Governo Lula para que este conseguisse sedimentar o caminho para eleição de sua sucessora, a então Ministra, Dilma Rousseff, eleita para dois mandatos, sendo o primeiro, de 2011 a

2014, e o segundo, de 2014 a 2016, quando sofreu um processo de *impeachment*.

Também de viés de esquerda, populista e filiada ao mesmo partido do Presidente Lula, Dilma dá continuidade às mesmas políticas e Programas, seguindo a mesma linha de governança e gestão, com poucas mudanças (ANDRADE, 2021).

Contudo, é no segundo mandato do governo Dilma Rousseff, período da história brasileira que se estendeu, de 1º de janeiro de 2014 a 31 de agosto de 2016, que a situação econômica e política de seu mandato entorna, com inflação descontrolada, acima do centro da meta, desaceleração da economia, com baixo ritmo de crescimento, fragilização dos indicadores fiscais e desequilíbrio externo, com o peso de fatores externos, alta dos preços dos alimentos e da cesta básica, *deficits* fiscais crescentes nas contas públicas, descontrole dos gastos, queda das receitas, tudo aliado ao isolamento político, perda de apoio no Congresso e um conjunto de escândalos de corrupção, fatos que desencadeiam em seu *impeachment*, em 31 de agosto de 2016.

Curiosamente, o atual terceiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enfrenta um cenário bastante semelhante, tanto na economia quanto na política, face ao que Dilma enfrentou em seu segundo mandato.

Diante do exposto, este estudo visa a responder à seguinte questão de pesquisa: 'O terceiro mandato do Presidente Lula apresenta as mesmas configurações, características e modelo do segundo governo Dilma (2014-2016) na economia?'.

O objetivo deste estudo, em suma, é o de analisar, de modo comparativo, o terceiro mandato do Presidente Lula, com o segundo governo da Presidente Dilma Rousseff (2014-2016), no que tange à esfera econômica.

Para tanto, este Artigo foi dividido em duas partes, sendo a primeira parte, a que traz um diagnóstico detalhado do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff e, a segunda parte, a que descreve o atual governo no cenário econômico e compara as semelhanças entre ambos.

DIAGNÓSTICO DO SEGUNDO MANDATO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

1. O cenário econômico no Governo Dilma Rousseff

Quando a Presidente Dilma Rousseff assumiu a presidência, o Brasil apresentava indicadores macroeconômicos satisfatórios, ou seja, ela recebeu o país, das mãos do Presidente Lula, com uma situação confortável, no que se refere aos principais indicadores macroeconômicos, apesar dos impactos da crise de 2008, e da paulatina recuperação internacional. Com o forte crescimento registrado em 2010, e bons resultados do mercado de trabalho, com uma baixa taxa de desemprego e estabilidade dos preços.

O governo Dilma se beneficiou, por algum tempo e de modo positivo, de algumas variáveis externas na economia brasileira, como a entrada de capitais estrangeiros em volumes significativos, vindos por meio dos Investimentos Diretos Externos (IDE) e das *commodities*, vendidas no mercado internacional, especialmente as agropecuárias, que recuperaram seus valores, após as quedas verificadas no contexto da crise financeira internacional.

Houve, com isso, um início de crescimento econômico, impulsionado pelo consumo interno e pelas reduções de impostos.

Porém, a piora dos resultados econômicos, no governo Dilma (2011-2014), foi fruto de um amplo conjunto de fatores, relacionado à continuidade do baixo crescimento nos países desenvolvidos, especialmente na Europa, condição que adiciona a isto, o fato da economia brasileira ainda ser uma instância relativamente fechada, na qual as exportações estão longe de constituir o elemento mais importante da demanda agregada.

Assim, o choque externo não afetou de modo grave, o nível de demanda agregada, e vê-se que nossas exportações não possuem uma participação tão expressiva em nosso PIB, mas, mesmo assim, o país enfrentou estagnação e inflação, a partir de 2012, com políticas controversas, como a redução das tarifas de energia (CHERNAVSKY, DWECK, TEIXEIRA, 2021).

O governo também apresentou o Plano Brasil Maior (PBM), com um novo desenho das políticas industrial, científica e de comércio exterior, que pretendia, entre outras metas, elevar o gasto com investimento fixo, de 18,4% do PIB, em 2010, para 22,4%, em 2014. Nesse ano, infelizmente, a taxa efetiva de investimento ficou em 18,1% do PIB, abaixo, portanto, da taxa observada, em 2010 (IPEA, 2014).

Por ser um governo populista, Dilma investiu na ampliação de Programas como o ProUni, o Fies, e criação do Pronatec, visando a educação técnica e aprovação da Lei de Cotas, reservando vagas nas universidades para estudantes de escolas públicas, negros, pardos e indígenas.

Enquanto isso, na economia, criou-se um ambiente de incertezas e, como os investimentos privados não reagiram como o esperado, o descompasso entre oferta e demanda surtiu efeitos negativos.

A piora do saldo em transações correntes, fruto da desaceleração da economia mundial e da concomitante queda na demanda por produtos brasileiros no mercado internacional, desencadearam a redução do *superávit* primário do governo, que já era esperada, visto que decorrente da combinação da redução da atividade, com a ampliação de gastos e a renúncia de impostos associadas à política fiscal anticíclica (CURADO, NASCIMENTO, 2015).

Apesar das críticas pontuais sobre a execução das políticas fiscal, monetária e creditícia no contexto da crise, o resultado final é que elas contribuíram para a retomada do crescimento, em 2010, e ajudaram na superação da fase mais aguda da crise global, de setembro de 2008 (CHERNAVSKY, DWECK, TEIXEIRA, 2021).

Mas, a partir de 2012, o cenário interno começou a se deteriorar. A economia brasileira apresentou sinais de estagnação, com o PIB crescendo a taxas menores do que o esperado. A inflação se tornou uma preocupação crescente, levando o Banco Central – BC a adotar medidas de contenção monetária. As políticas de intervenção no setor elétrico, visando à redução das tarifas de energia, e a tentativa de controlar os preços dos combustíveis, foram controversas e resultaram em críticas de economistas e do setor privado (IPEA, 2024).

No governo Dilma, entre 2011 e 2013, a taxa média de crescimento do PIB, foi de pouco mais de 2% ao ano, e declinou ao pílio 0,1%, em 2014 (IBGE, 2015). Com a piora drástica dos resultados fiscais, o governo central registrou *deficit* primário, em seu último ano. O setor externo também apresentou uma evolução bastante desfavorável. Em 2013, o *deficit* em transações correntes atingiu US\$ 81,7 bilhões (BANCO CENTRAL, 2014).

O governo Dilma propôs uma nova matriz econômica sob a liderança de Guido Mantega, do Ministério da Fazenda, uma política estatista e desenvolvimentista, que ampliou os gastos públicos, apoiado, também, pela expansão dos Programas sociais. Entre 2010 e 2014, o resultado foi uma queda no crescimento econômico, enfrentada no país, nas taxas de competitividade mundial e na balança comercial que, em 2012, registrou uma queda de 34,75%, em relação ao ano anterior, o pior desempenho em uma década (CURADO, NASCIMENTO, 2015).

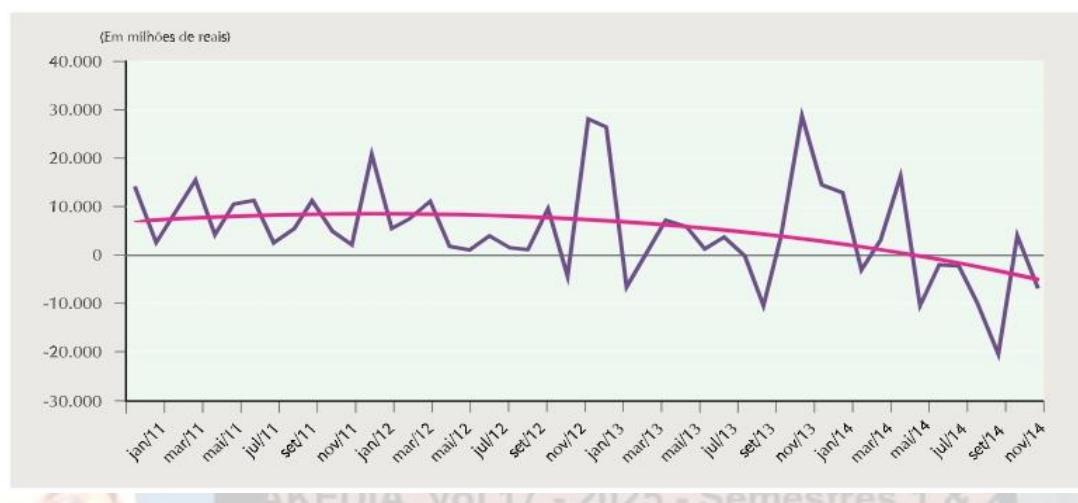
Inerte a isso, o governo manteve praticamente inalterada a política de ampliação de gastos, mesmo com um panorama de crescimento reduzido do PIB, levando a uma piora dos resultados do governo central. A política monetária do governo flexibilizou o regime de metas, reduzindo as taxas de juros, em um quadro de inflação acima do centro da meta. Essas políticas visavam manter a expansão da demanda agregada para promover a recuperação do ritmo de crescimento do produto. Entretanto, os resultados foram o baixo crescimento e a pressão inflacionária, denunciando o fracasso dessa política, fragilizando mais ainda economia (CURADO, NASCIMENTO, 2015).

O Ministério da Fazenda, sob o comando de Guido Mantega, acreditou que as políticas fiscais de caráter anticíclico, associadas a um conjunto de intervenções no sistema econômico, poderiam manter o ciclo de crescimento do PIB, indefinidamente. As políticas de caráter anticíclico foram utilizadas de forma correta, no contexto da crise financeira global de 2008, e apresentaram seu efeito positivo. Porém, acreditar que sustentariam o ritmo de crescimento da economia brasileira ao longo do tempo, foi um erro (CHERNAVSKY, DWECK, TEIXEIRA, 2021).

O governo Dilma ampliou o caráter expansionista da política fiscal. Em um painel de redução do crescimento econômico, a receita total do governo central (em relação ao PIB) foi mantida praticamente inalterada. Aliada à ampliação das despesas do governo central, de 17,5% do PIB, em 2011, para 18,9%, em 2013. O efeito desta política foi reduzir o *superavit* primário, de 2,3%, para 1,9% do PIB entre estes anos, o pior resultado registrado na série, entre 2003 e 2013, com exceção do resultado de 2009, ano em que a crise financeira e as políticas fiscais empreendidas levaram a um *superavit* primário, de 1,2% do PIB (CURADO, NASCIMENTO, 2015; IPEA, 2024).

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a evolução do resultado primário do governo central, para o período do governo Dilma.

Gráfico 1: A evolução do resultado primário do governo central para o período do governo Dilma



A piora da situação fiscal evidente, especialmente preocupante, a partir de 2014, ano em que os *deficits* primários passaram a se constituir em regra. A tendência de redução do *superavit* primário persistiu, ao longo de todo o governo Dilma. Em 2011, o governo central gerou um *superavit* primário, de R\$ 93,5 bilhões, caindo para R\$ 88,3 e R\$ 76,9 bilhões nos anos seguintes.

As estatísticas, para 2014, foram ainda piores, alcançando valores negativos de R\$ 32,53 bilhões. A elevação de gastos sem a devida correspondência na elevação das receitas, em um cenário de desaceleração do crescimento econômico era a fórmula exata para um desastre.

Com relação à questão fiscal no governo Dilma, deve-se compreender dois aspectos: um, de natureza ‘estrutural’; e, outro, de caráter ‘conjuntural’.

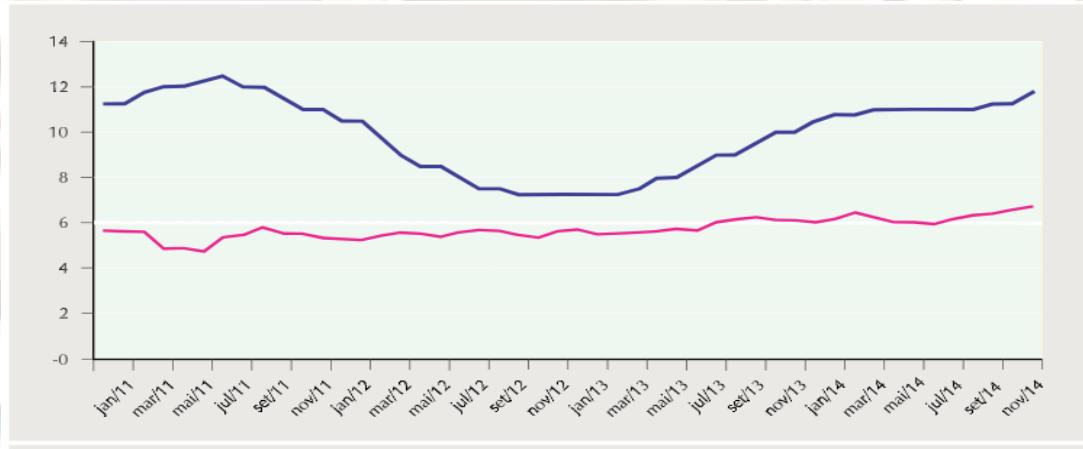
A questão estrutural está relacionada à política fiscal, herdada por Dilma, dos dois governos Lula. A política fiscal de Lula promoveu o equilíbrio num contexto de expansão do PIB, com mais gastos, por um lado, e mais arrecadação, por outro. Todavia, esta estratégia só garante seu equilíbrio fiscal se a economia permanecer crescendo (BRITO, 2014).

Se uma redução do crescimento for mantida, a estrutura de gastos fatalmente piorará o resultado fiscal. E foi isto que ocorreu na gestão Dilma. Além disso, os gestores da política fiscal estavam convencidos do sucesso das medidas empreendidas no contexto da crise financeira, e deram-lhe continuidade, porém, a política fiscal não funcionou como o esperado e o crescimento econômico previsto não correspondeu sistematicamente ao observado. As razões para o fracasso residem nas políticas monetária e cambial.

No regime de metas, a política monetária, especialmente a determinação da taxa de juros básica – é o principal instrumento para o controle da inflação. Quando a expectativa de inflação supera a meta definida, cabe ao BC elevar a taxa de juros (CURADO, NASCIMENTO, 2015; IPEA, 2024). Esta elevação, ao reduzir o nível de demanda e promover a entrada de capital e a consequente valorização da moeda nacional, reduz a pressão inflacionária. A resultante disso, dá-se por uma menor demanda por bens e serviços, menor pressão sobre os produtores.

Da mesma forma, a valorização da moeda reduz o valor dos bens finais e insumos importados, o que também contribui para a convergência entre meta e inflação efetiva. Contudo, para além desse mecanismo, o regime de metas de inflação possui um elemento mais importante do que o mero controle, via taxa de juros. Sua grande vantagem, é que, ao longo do tempo – caso o mercado perceba que o foco da política monetária seja, de fato, atingir a meta estabelecida – esta meta transforma-se em baliza para as expectativas inflacionárias (CURADO, NASCIMENTO, 2015; IPEA, 2024) – ver Gráfico 2:

Gráfico 2: Taxa Selic/COPOM e Expectativa de inflação no Governo Dilma 2011-2014



Fonte Banco Central do Brasil

Como o governo Dilma não compreendeu que a taxa de crescimento sustentada do país, ou seja, aquela que é possível manter por vários anos consecutivos, seria de cerca de 2% anuais, alguns planos se frustraram. Visando criar um ambiente temporário de ‘felicidade’ que elegesse a sua candidata à sucessão, o então Presidente Lula adotou uma série de medidas de estímulo, levando o PIB a crescer 7,5%, índice comparável ao da China, em 2010, garantindo um otimismo geral culminando no sucesso eleitoral do PT nas urnas (BRITO, 2014).

Ao chegar ao poder, Dilma tentou repetir o mesmo milagre econômico promovido por Lula, mas, o que conseguiu, foi uma inflação de 11%, no ano de 2015, estourando a conta corrente e as contas externas com sucessivas reduções da taxa básica de juros, já no início do governo – as premissas do fim estavam lançadas (BRITO, 2014).

Por outro lado, a dívida bruta brasileira, crescente no governo Dilma, também estava relacionada aos repasses do Tesouro ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que fornecia crédito barato às empresas, gerando perdas e, após a disparada do dólar, com os leilões de contratos de swaps cambiais, usados para conter a desvalorização do real e dar estabilidade ao mercado, todo o contexto piorou (IPEA, 2024).

Dilma aumentou os gastos do governo e ‘comprometeu totalmente as contas públicas’, para tentar estimular a demanda privada, no que ela concluiu:

"A prova é que a gente perdeu o grau de investimento: a trajetória de dívida/PIB é explosiva".

Dilma pensou que isso era uma coisa temporária e não permanente, e que bastaria para ela fazer o que Lula fizera para elegê-la, que o país cresceria a uma taxa de 7,5%, todos os anos, o que, sem dúvida, foi um grande equívoco. A nossa taxa sustentável não passa da média de 2%. Se o país cresce 7,5% num ano, é mais recorrente que tal índice não se repita nos anos seguintes.

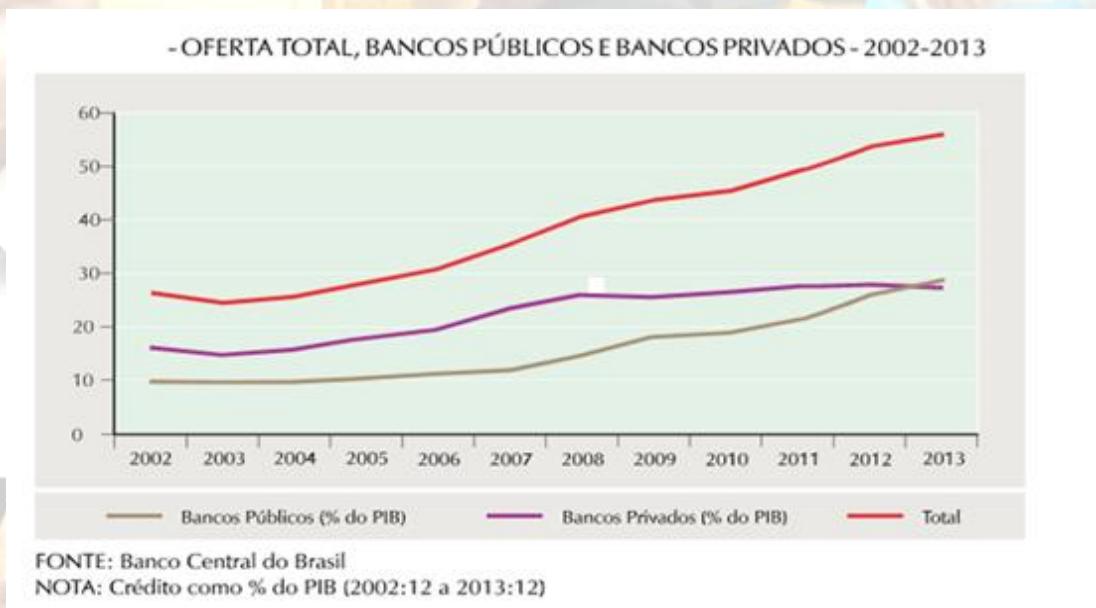
A redução da Taxa Selic, em um contexto de manutenção de expectativas acima da meta, foi um erro, considerando-se o regime de controle de inflação adotado pelo país. Ao realizar a contenção dos preços administrativos da energia elétrica e derivados de petróleo, levando a uma deflação de 2,0%, ao passo que os da gasolina caíram 19%, continuou nos anos de 2012 e 2013, o que foi fundamental para garantir a inflação dentro do limite superior da meta, definida de 6,5%.

Em 2012, a alta acumulada foi de 6,37% para os preços livres, e de 3,59% para os administrados. Em 2013, a política foi ainda mais clara. Os preços livres acumularam alta de 7,06%, contra apenas 1,54% dos administrados. Porém, esta conta, além de não fechar, iria cobrar seus custos em algum momento – e cobrou (CHERNAVSKY, DWECK, TEIXEIRA, 2021).

Atrelado a todo este cenário, o governo estimulava o consumo interno, com uma farta e forte expansão da oferta de crédito no mercado doméstico, irrigada sobretudo pelos bancos públicos à iniciativa privada. Em dezembro de 2002, a oferta de crédito correspondia a 26,1% do PIB, e em dezembro de 2013, chegou a 56%, com a ampliação do peso do crédito ofertado pelos bancos públicos no crédito total.

Em 2013, pela primeira vez na história recente, a oferta de crédito dos bancos públicos superou a do sistema privado nacional e estrangeiro, chegando a 51,2% do total. Este movimento do crescimento da importância dos bancos públicos, na oferta de crédito, é sintoma de problemas na economia, pois denuncia que, mesmo após a retomada do crescimento em

2010, os bancos privados não recuperaram a confiança na economia brasileira (CURADO, NASCIMENTO, 2015; IPEA, 2024) (Ver, abaixo, GRÁFICO 3):



Em 2013, os protestos motivados pelo aumento das tarifas de transporte público, foram um ponto de inflexão e se espalharam pelo país rapidamente, evidenciando a insatisfação com os serviços públicos, corrupção e gastos com a Copa do Mundo, no ano de 2014.

Como se não bastasse, houve uma recessão severa, alta da inflação e déficits fiscais crescentes, com tentativas frustradas de ajuste fiscal e aumento do desemprego, agravando a crise econômica. Mesmo com a crise econômica, o governo tentou manter investimentos em Programas educacionais, mas, cortes no Pronatec e Fies, somados a dificuldades financeiras, geraram críticas e frustrações.

Ao final de seu mandato, contudo, a economia enfrentava inflação acima do centro da meta, baixo ritmo de crescimento, fragilização dos indicadores fiscais e desequilíbrio externo. Sem desconsiderar ou superestimar o peso de fatores externos.

O esgotamento do modelo de crescimento do produto, unido a uma flexibilização malsucedida do regime de metas de inflação, culminou com a deterioração da confiança na economia (MENDONÇA, RESENDE, 2021).

O CENÁRIO POLÍTICO NO 2º GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Com um Congresso Nacional fragmentado e hostil, Dilma perdeu o apoio político, mesmo após ter sido eleita com as maiores coalizões partidárias da história. Tal reconfiguração dificultou a aprovação de reformas importantes, originando críticas de sua própria base aliada, devido à gestão econômica e à falta de diálogo, no que Dilma se tornou uma estadista isolada, já que não possuía articulação política necessária.

A relação com o Legislativo foi marcada por negociações complexas e pela necessidade de formar coalizões instáveis. Dilma apresentou erros de articulação institucional, com grande inflexibilidade e resistência à mudança dos rumos, deixando a juntura com o Congresso na mão de articuladores que enfrentaram dificuldades. Dilma errou em suas negociações com o Planalto, teimando em modificar pautas inviáveis de serem levadas adiante, o que levou ao desgaste de seu mandato (BRITO, 2016).

Seu modelo da ‘nova matriz econômica’, com um conjunto de medidas econômicas, tipicamente intervencionistas, levou ao colapso das contas públicas e a uma recessão profunda, que agravou os desafios para seu governo, gerados pela sua visão estatista do problema e das soluções, alimentando incertezas no horizonte (BRITO, 2016).

Diante de todos esses elementos, o segundo mandato foi politicamente turbulento, com a Operação Lava Jato revelando um vasto esquema de corrupção que enfraqueceu o governo, levando à perda de apoio no Congresso, agravando a crise política. Como se não bastasse, o PT e siglas aliadas foram abatidas pelo escândalo revelado pela operação Lava Jato.

A Operação Lava Jato expôs um esquema de corrupção, envolvendo a Petrobras e políticos, incluindo aliados de Dilma, o que enfraqueceu seu governo e criou um ambiente de desconfiança, apesar de Dilma não ter sido diretamente implicada.

As manobras ou artifícios contábeis feitos por Dilma, para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gasto e receita e a

assinatura de Decretos de suplementação orçamentária, sem a autorização do Congresso, foram um dos reflexos da crise econômica que afetava o país e expressavam a dificuldade do governo em fechar as contas públicas, em um momento de baixíssimo crescimento (VILLAVERDE, 2017).

O *impeachment* de Dilma Rousseff, iniciado em 2015, foi baseado em acusações de 'pedaladas fiscais' e Decretos sem autorização legislativa, resultando em seu afastamento e destituição, em agosto de 2016, num processo polarizado e de legitimidade controversa (VILLAVERDE, 2017).

Principais pontos que contribuíram para a queda do governo Dilma Rousseff, em seu segundo mandato:

- Recessão na economia brasileira;
- Encolhimento significativo do PIB;
- Aumento da inflação com níveis acima do centro da meta estabelecida pelo Banco Central;
- Deterioração das finanças públicas;
- *Deficits* fiscais crescentes;
- Aumento da dívida pública; e,
- Ministério da Fazenda e Banco Central sob o comando de Mantega e Tombini cometeram erros que custou caro ao governo.

Para tentar conter tal situação, o governo tentou implementar um ajuste fiscal, com cortes de gastos e aumento de impostos, mas enfrentou forte resistência, tanto no Congresso quanto entre a população, a qual já estava ressentida com a queda do poder de compra e o aumento do desemprego (CURADO, NASCIMENTO, 2015)

No ambiente político, tais tempos foram ainda mais turbulentos que o primeiro. A Presidente enfrentou uma oposição crescente e uma base aliada cada vez mais fragmentada. A Operação Lava Jato, que investigava um vasto esquema de corrupção, envolvendo a PETROBRÁS, políticos e empresários, trouxe à tona denúncias que enfraqueceram ainda mais o governo e abalaram a confiança pública nas instituições. Dilma teve dificuldade em aprovar medidas no Congresso e viu sua base de apoio erodir rapidamente.

O ATUAL TERCEIRO MANDATO GOVERNO LULA

O Presidente Lula foi eleito em 2022, sob uma intensa campanha populista, com promessas de isenções do imposto de renda para quem ganhasse até R\$5.000,00, passagens áreas a R\$ 200,00, melhoria de vida para a população de baixa renda e mais um montante de promessas lançadas em meio a um país polarizado, fragmentado após uma Pandemia, inúmeras mortes por COVID19 e muito sofrimento: seu discurso populista convenceu pela emoção, lhe conferindo o terceiro mandato, porém, sem uma vida fácil no Congresso e no Senado.

O atual terceiro mandato do governo Lula já é considerado, por muitos, uma reprise do segundo mandato de Dilma Rousseff, em inúmeros aspectos relacionados à economia e na política.

O atual Presidente recebeu o país após uma Pandemia, fragilizado financeiramente, com recessão internacional, desaceleração da economia Chinesa, e com um teto de gastos instituído pelo Ministro da Fazenda anterior, com uma discussão de Reforma da Previdência, recebendo as contas públicas do último mandatário, o do Presidente Jair Messias Bolsonaro, com um *superavit* de R\$ 54 bilhões (o equivalente a 0,5% do PIB).

Porém, iniciou o mandato com um ‘Centrão’ político ávido por poder, composto por parlamentares que almejam mais influência no governo, algo que o PT rejeita veementemente e, tal atitude, pode deixar o governo engessado para aprovar pautas de seu interesse.

Assim como Dilma, Lula possui uma base parlamentar frágil, tornando sua governabilidade um desafio constante, fazendo com que o Presidente dependa da liberação contínua de emendas para aprovar suas pautas de interesse. Assim como no governo Dilma, a presença de pautas-bomba gera uma pressão adicional sobre o Orçamento, dificultando o equilíbrio fiscal e o cumprimento de metas econômicas.

Apesar de Lula colecionar algumas vitórias, tais como a aprovação da Reforma Tributária, tem um *deficit* bilionário, sendo um dos maiores dos

últimos 15 anos. As Estatais federais têm as contas no vermelho e devem fechar o ano de 2025 com um *deficit* perto de 3,3 bilhões de reais.

Várias empresas, como os Correios, que apresentavam lucro no governo anterior, estão com *deficit* (RIBAS, 2024).

Na Previdência, a fila de espera do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS já alcança 1,7 milhão de pedidos em espera, com um tempo médio para a concessão do benefício, que aumentou para 41 dias: no começo, o governo prometia zerar tal fila (RIBAS, 2024).

A alta do dólar viveu uma sequência de recordes, ultrapassando R\$6,30 reais, no início do ano de 2025, o que impacta fortemente o preço de produtos importados. Afeta, ainda, os preços das *commodities*, como soja e milho, que ficam mais competitivos no mercado externo, o que reduz a oferta interna, gerando inflação. Com os juros incidindo sobre a dívida pública, e um endividamento muito maior, crescendo de forma mais acelerada.

A taxa de juros real (acima da inflação), com a dívida bruta, está perto de 80% do PIB (Produto Interno Bruto), portanto, não há como o país ter um crescimento econômico de 3% do PIB, com o juro real na faixa de 7% ao ano, a inflação em alta, o dólar nas alturas e a Bolsa de Valores com fuga de investidores.

É inevitável que haja uma queda na economia, com um impacto significativo sobre o nível de atividade. Ou o governo reduz os gastos e gera *superavits* primários, para estabilizar ou até baixar a inflação com o tempo, ou reduz a relação dívida/PIB, por meio do aumento da inflação, porque todo o estoque da dívida, que não é indexado à variação média dos preços, acaba perdendo valor (RIBAS, 2024).

Neste momento, o Governo Lula não sinaliza uma recessão no horizonte, como ocorreu no governo Dilma, momento em que o país enfrentou uma retração profunda na atividade econômica, a maior de todos os tempos, com queda acumulada de 7% no PIB, em 2015 e 2016, o que acabou agravando o problema (FUCS, 2024).

Assim, a aposta na fórmula de estímulo da econômica interna, ofertando

crédito à população para estimular o consumo, tende a ser a mesma. Mas, diferente do governo Dilma, elevou-se a Taxa Selic, assim que se viram os dados da inflação (MENDONÇA, RESENDE, 2024).

Aliado a este contexto, temos as recentes pesquisas, que ilustram uma desaprovação recorde do governo, chegando a 53%, o que evidencia uma deterioração do capital político, dificultando uma pretensa reeleição de Lula, em 2026 (CURVELLO, 2025).

Nossa economia ainda não afundou, ao contrário do período sob o governo de Dilma, a economia ainda não atingiu níveis tão críticos sob a gestão de Lula, embora enfrente desafios significativos que já afastaram investidores. A recessão brutal e a inflação explosiva de Dilma parecem distantes, devido às reformas aprovadas nos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) (RIBAS, 2024).

Porém, se o governo continuar gastando sem limites, sem um teto de gastos, e a inflação dispare e corroendo o salário do trabalhador, isso ameaça diretamente sua governabilidade.

O poder da Câmara dos Deputados cresceu consideravelmente desde o período de Dilma, nos governos Temer e Bolsonaro, além do atual. Os deputados exercem uma influência ainda maior sobre a pauta de votações e sobre fatias do Orçamento da União, contudo, enfrentam a pressão do Centrão (RIBAS, 2024).

Diferentemente de Dilma, que não fazia 'corpo a corpo' nas ruas, Lula trava uma batalha por aprovação popular nas ruas, em meio a um ambiente absolutamente polarizado, onde, no momento, a oposição (Direita) está em vantagem nas ruas e redes sociais, principalmente nas mídias sociais, ambiente que o PT e Lula não dominam e desconhecem. Enquanto os líderes de Direita conseguem mobilizar apoio popular nas redes sociais e nas ruas, de forma bem superior do que os governistas, explorando a fragilidades da popularidade e do atual governo (RIBAS, 2024).

CONCLUSÃO

Tanto Lula quanto Dilma demonstram erros na articulação política e resistem em mudar os rumos, deixando a articulação com o Congresso na mão de articuladores que enfrentam dificuldades. Os dois governos apresentam erros de negociação pelo Planalto, somados à teimosia do Presidente em modificar pautas que são inviáveis de serem levadas adiante (FUCS, 2024).

Mesmo após o sepultamento da Lava Jato, novos fatos envolvendo falta de transparência e má gestão de governos petistas voltaram a incomodar e se tornam uma sombra sob a gestão de Lula que, a todo momento, é sinalizado como corrupto. A mesma sombra de corrupção pairou sob o governo de Dilma (MENDONÇA, RESENDE, 2024).

O atual governo Lula segue a mesma receita do governo Dilma, com o aumento dos gastos, o uso de estatais, o controle de preços, conjunto de medidas econômicas tipicamente intervencionistas, porém, acrescenta-se a isso, o aumento substancial de impostos, visando aumentar a arrecadação. E, ainda mais, mesmo os dados sobre desemprego e inflação do IBGE apresentando números estáveis, a população tem uma percepção completamente diferente da realidade, sentindo que a inflação parece mais alta do que tem sido divulgada e o custo de vida tem aumentado e, consequentemente, a moeda tem se desvalorizado (RIBAS, 2024).

Isso se explica, em parte, pelo fato dos partidos de esquerda, mesmo quando populistas, uma vez no poder, não são adeptos da livre economia, que é ligada à direita e ao Capitalismo. Portanto, são adeptos do controle do Estado, do intervencionismo estatal em todas as áreas da sociedade, e como resultado, temos um engessamento da máquina pública, um aumento da burocracia, uma menor eficiência do Estado, maior invasão na vida dos indivíduos: tal posicionamento se traduz perfeitamente na economia (BRESSER-PEREIRA, 2017; ANDRADE, 2021; WARD; GUGLIELMO, 2024).

É nítido que o atual governo Lula, em seu terceiro mandato, está repetindo o mesmo modelo econômico utilizado no governo de Dilma. Um modelo que aposta no consumo interno, controle dos preços e

intervencionismo, gastar mais do que arrecada e uso de Programas sociais populistas, que são, na verdade, a marca registrada do PT. É um modelo econômico ultrapassado: estamos repetindo uma história já experienciada, porém, num novo cenário econômico mundial.

Apesar do Presidente Lula enfrentar uma alta desaprovação, inflação elevada, alta do custo de vida e do preço dos alimentos, deterioração das contas públicas, prejuízo nas estatais, vemos novamente as sombras da corrupção que rondam constantemente o governo e seus membros.

Há diferenças entre Lula e Dilma. Lula não é Dilma e, apesar de pertencerem ao mesmo partido, Lula e Dilma têm histórias distintas, estilos políticos e estratégias diferentes. O Presidente ainda se nutre de uma *persona* carismática, articulada, com um certo capital político, mesmo que deteriorado, enquanto Dilma foi dragada pelas crises, condição gerada por falta de jogo de cintura, articulação política mais eficaz e falta de experiência (FUCS, 2024).

Mesmo assim, o país está longe de chegar ao nível de recessão econômica que chegou durante o governo Dilma, e, por isso, talvez seja possível que o atual governo não sofra *impeachment* e termine o mandato, mesmo com a popularidade em baixa.

AKEDIA, vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2
p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561
ANO 11

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Daniela. Populism from above and below: the path to regression in Brazil. In: *Authoritarian Populism and the Rural World*. Routledge, 2021. p. 338-364.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: dez. 2024.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The two forms of capitalism: developmentalism and economic liberalism. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 4, p. 680-703, 2017.
- BRITO, Adriano. *Em 3 pontos: Por que o governo Dilma não deu certo?*. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160416_porque_deu_errado_ab. Acesso em 20 de dezembro de 2024.
- CURVELLO, Ana Carolina. *Desaprovação de Lula sobe para 51,4% com péssima avaliação na economia*. 2025. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/desaprovação-de-lula-sobe-para-514-com-pessima-avaliacao-na-economia/>>. Acesso em 10 de fev de 2025.
- CAMPOS, Tiago Soares. *Compêndio de História do Brasil – Volume 3: República*. São Paulo: Cosenza, 2024."
- CURADO, Marcelo Luiz; NASCIMENTO, Gabrieli Muchalak. O Governo Dilma: da euforia ao desencanto. *Revista paranaense de desenvolvimento*, v. 36, n. 128, p. 33-48, 2015.
- CHERNAVSKY, Emilio; DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. *Economia e Sociedade*, v. 29, n. 3, p. 811-834, 2020.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2016.
- FUCS, José. *Quadro fiscal com Lula 3 está bem pior do que com Dilma 2', diz ex-diretor do BC*. 2024. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/situacao-fiscal-com-lula-3-esta-bem-pior-do-que-com-dilma-2-diz-ex-diretor-do-bc/?srltid=AfmBOoo7G2H8vyTiPoNoFEnZm61JJ08IPj1x9Nc3LF6i1rBOW8bUPnGq>>. Acesso em 15 de janeiro 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2024.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata pesquisa por tema. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: dez. 2024.
- MENDONÇA, Daniel de; RESENDE, Erica Simone Almeida. A especificidade do Populismo de Esquerda. *História* (São Paulo), v. 40, p. e2021061, 2021.
- RIBAS, Silvio. *Caminho do impeachment? 5 semelhanças e diferenças entre as brigas de Lula x Lira e Dilma x Cunha*. 2024. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/caminho-do-impeachment-5-semelhancas-e-diferencias-entre-as-brigas-de-lula-x-lira-e-dilma-x-cunha/>>. Acesso em 29 de janeiro de 2025.
- VILLAVERDE, João. *Perigosas pedaladas: Os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo Dilma Rousseff*. Geração Editorial, 2017.
- WARD, Bradley; GUGLIELMO, Marco. People, class, democracy: re-mapping left populism from populist social democracy to popular socialism. *Journal of Political Ideologies*, p. 1-22, 2024.

PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO NUM REINO GOVERNADO POR LEÕES

English title: *THE GENERATIVE PATH OF MEANING IN A KINGDOM RULED BY LIONS*

doi: DOI NUMBER: 10.33726/akedia2447-7656v17a112025p81a99

PESSOA, Marcelo¹ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Justifica a produção deste estudo, a necessidade de se atender às exigências para aprovação, em uma das etapas de um curso doutoral, em Linguística, realizado na UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos), vinculando-se este exame, à disciplina “Abordagens Críticas do Texto Literário”, cursada fora de sede, na UNESP, Ibilce, São José do Rio Preto. O objetivo neste *paper*, é o de realizar a aplicação do ‘Mapa das Funções’, de Vladimir Iakovlevitch Propp – 1895-1970 (Mapa de Propp anexado após as **REFERÊNCIAS**), numa produção cinematográfica dos Estúdios Disney (EUA, 1994), denominada “O Rei Leão I” (WIKIPEDIA, 2025). Metodologicamente, o estudo se realiza por meio de uma revisão bibliográfica, em que os autores agrupados neste Artigo, estabelecem interconexões com a temática proposta, e não exatamente com a vertente teórica Estruturalista de Propp. Os resultados obtidos neste contexto são bem satisfatórios, na medida em que quase a totalidade das 31 funções de Propp encontram correspondência na narrativa. O principal aporte bibliográfico, incide na obra *Morfologia do Conto Maravilhoso* (PROPP, 2010).

PALAVRAS-CHAVE: Propp, Rei Leão I, Percurso Gerativo de Sentido

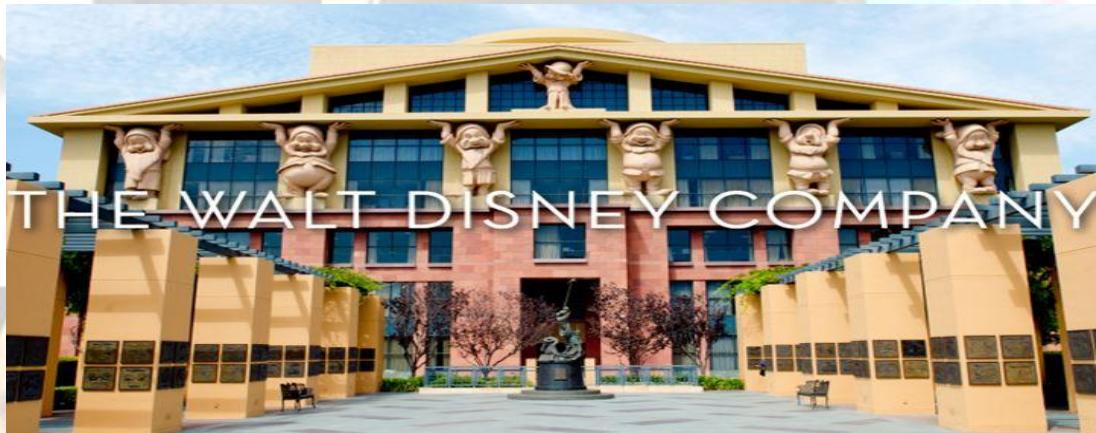
ABSTRACT: The reason for producing this study was the need to meet the requirements for passing one of the stages of a doctoral course in Linguistics, held at UFSCAR (Federal University of São Carlos), linking this exam to the subject “Critical Approaches to the Literary Text”, taken off-site at UNESP, Ibilce, São José do Rio Preto. The aim of this paper is to apply the ‘Map of Functions’ by Vladimir Iakovlevich Propp – 1895-1970 (Propp’s Map attached after the **REFERENCES**) to a Disney Studios film production (USA, 1994) called “The Lion King I” (WIKIPEDIA, 2025). Methodologically, the study is carried out by means of a bibliographical review, in which the authors grouped in this article establish interconnections with the proposed theme, and not exactly with Propp’s structuralist theoretical approach. The results obtained in this context are very satisfactory, in that almost all of the 31 Propp’s functions are found in the narrative. The main bibliographical contribution is the work *Morphology of the Marvelous Tale* (PROPP, 2010).

KEYWORDS: Propp, Lion King I, Generative Path of Meaning

¹ Doutorando em Linguística, pela UFSCAR. Docente, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal. Pesquisa desenvolvida com o apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

A Disney Brothers Cartoon Studio, corporação criada em 1923, por Walter Elias Disney – 1901-1966 (conhecido somente como Walt Disney), e seu irmão Roy Oliver – 1893-1971, teve sua sede inicial fincada no bairro de Hollywood, endereço localizado na região central do Condado de Los Angeles, Califórnia (CA / EUA). Abaixo, imagem da atual sede, em Burbank, CA / EUA:



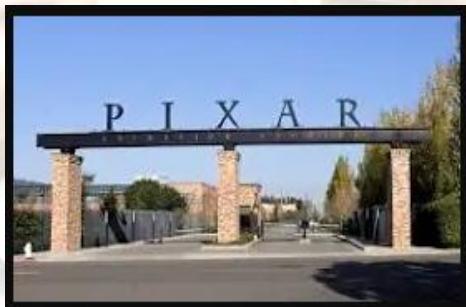
A primeira produção fílmica em animação, da então reconhecida Disney, foi a película de longa duração, intitulada “Branca de Neve e os Sete Anões” (1937). E, desde aqueles dias, hoje, em 2025, o total da produção artística da Disney já ultrapassa a casa das dezenas, beirando à centena.

Desta longa trajetória, de um lado, convém pinçar, ao menos, dois eventos importantes para a construção desta pesquisa. Em primeiro lugar, a) O filme animado, “O Rei Leão I”, lançado em 1994, teve uma série de desdobramentos², contudo, apesar desta lista de novos filmes, muciais, teatro

² I – “O Rei Leão I” (1994): Filme original, que narra a história do reino de Mufasa, abrindo margem para a história do reinado de Simba, seu filho, formatando seu destino como rei e a sua luta contra o tio Scar; II – “O Rei Leão 2 – O Reino de Simba” (1998): Põe em destaque, a vida de Kiara, filha de Simba e Nala, e a luta contra a rainha Zira; III – “O Rei Leão 3 – Hakuna Matata” (2004): Filme que se concentra na história de Timão e Pumba, mostrando como eles se conheceram; IV – “O Rei Leão” (2019): *Remake*, feito em *live-action*, que recria a história do filme original, utilizando atores humanos e efeitos visuais; V – “Mufasa: O Rei Leão” (2024): Filme que explora a história de Mufasa, ainda antes de se tornar rei, focando em sua jornada com seu irmão adotivo, Scar. Estariam fora dessa lista, o seriado VI – “A Guarda do Leão” (2016-2019): Animação que se passa após os eventos do filme original, seguindo Kion, filho mais novo de Simba e Nala, e sua guarda de animais. Fora, também, está a série de VII TV “Timão & Pumba” (1995), que conta as aventuras do Suricato e do Javali. Além das séries mencionadas, há uma VIII – versão do filme especialmente criada para a América Latina que, sem data certa, teve algumas cenas e músicas trocadas para o contexto latino a que se destinava. Há registros, também, da realização de

e remakes, a melhor versão para a aplicação do Mapa das Funções de Propp (PROPP, 2010), é, de fato, a original, de 1994.

O segundo evento importante a se colocar em evidência, é o de que : b)



“O Rei Leão I” foi o último desenho animado Disney, produzido ainda à mão livre, por inúmeros desenhistas profissionais, condição que lentamente foi abandonada pela Disney, culminando tal distanciamento ou reengenharia do parque industrial dos

Estúdios Disney, com a compra da Pixar Studios, em 2006 (sede: Emeryville, Califórnia – EUA), e a consequente imersão ao mundo das produções digitais.

Por outro lado, convém lembrar que o *corpus* acima descrito, será posto à luz do Estruturalismo, embora dialogue esta vertente, também, com o Formalismo Russo (EIKHENBAUM, 1976). No Estruturalismo de Propp (na foto), vemos um arcabouço mais apto ao estudo aqui executado, visto que seu aporte se debruça em compreender a realidade social e cultural, propondo como premissa a ideia de que os eventos da vida humana podem também ser compreendidos por meio da interdependência entre suas partes isoladas, bem como, pela conexão moldada a partir de suas estruturas internas. Já, no Formalismo, nem todos estes enlaces seriam possíveis:



Desde o início, a nova corrente se caracteriza por uma recusa categórica às interpretações externaliterárias do texto. A filosofia, a sociologia, a psicologia etc., não poderiam servir de ponto de partida para a abordagem da obra literária. Ela poderia conter esta ou aquela filosofia, refletir esta ou aquela opinião política, mas, do ponto de vista do estudo literário, o que importava era o priom, ou processo, isto é, o princípio da organização da obra como produto estético, jamais um fator externo (EIKHENBAUM, 1976, p. IX).

É esta teoria com Propp, uma prática metodológica de estudos que busca identificar as estruturas que sustentam as interações humanas, a cultura e a sociedade como um todo.

musicais e teatralização do enredo leonino da Disney, com destaque para o **IX** – musical que se realiza em Nova Iorque, na Broadway, desde 1997.

REI LEÃO I – O ESTUDO EM SI

Uma das cenas mais lembradas de “O Rei Leão I”, pode ser, sem sombra de dúvidas, a da tela inicial, que se desenrola com duração perto de 04min:



Corte - Abertura - O 'Falo' - O 'Sacerdote' - O 'Harém' (1994)

Nela, são apresentados ao público, os personagens centrais da trama, um belo nascer do sol, uma música inesquecível ([Circle Of Life](#)) e todo o esplendor da savana africana, ambientação esta que tanto nos pode remeter a um certo exotismo geográfico, quanto a alguma familiaridade tropical, face à semelhança do cenário evocado por Disney, com paisagens possíveis no território brasileiro:



(Foto do litoral de Santa Catarina – SC, BRA, FACEBOOK, 10/01/2025. Disponível em <https://web.facebook.com/groups/70693653538577/posts/1660494378178495/?rdc=1&rdr#>)

Apesar da convergência visual entre as duas cenas acima, convém destacar que o alvo de nosso texto incide não na analogia entre elas, mas na sobreposição do que vemos no filme com o que, por meio das funções de Propp, se deseja validar.

Para Propp, praticamente todos os tipos de ‘conto maravilhoso’ (contos de magia, contos de fada, fábulas, contos de heróis lendários etc.), têm a

recorrência de um grupo de 7 personagens típicos: 1) Heroi; 2) Agressor; 3) Doador; 4) Auxiliar; 5) Princesa e seus pais; 6) Mandante; e, 7) Falso heroi.

Neste Artigo, consideramos para esta análise, apenas o “O Rei Leão I” (1994), independentemente de suas versões, adaptações e *remakes*. Sendo assim, o que temos é que, em 1) **Heroi** – se consolidam Mufasa / Simba, ambos compartilhando este papel. A condição principal de 2) **Agressor** – certamente caberia às hienas ou mesmo ao irmão do Rei, Scar. No papel de 3) **Doador** – o macaco Rafiki, que oferta ao Príncipe filhote Simba, o Sacramento do Batismo, na cena inicial e, depois, ao já adulto Simba, lhe oferta argumentos que o ajudam na recuperação de sua ‘realeza perdida’. Daí, na figura de 4) **Auxiliar** – temos Timão e Pumba, que, ao encontrarem o filhote Simba à beira da morte no deserto, após ele ter conseguido fugir das hienas, o ajudam a sobreviver e a se esconder física e mentalmente do seu passado (o vídeo linkado à foto é dublado em Português europeu:



(Foto retirada do YOUTUBE, 28/05/2025. Disponível em https://youtu.be/d7_W24xQJKY)

Na condição de 5) **Princesa e seus pais** – tem-se que, na toca do Rei, vivem Mufasa, com sete leoas, sendo que uma delas, a de nome Sarabi, é a mãe de Simba (ver cena abaixo): todos convivem nesse subentendido harém de Mufasa. Ali também coabita uma pequena leoa, de nome Nala, filhote de alguma leoa do mesmo bando e provavelmente, também cria de Mufasa, uma vez que ele é o macho dominante da alcateia:



(Foto retirada do YOUTUBE, 28/05/2025. Disponível em https://youtu.be/MF0Of6_DE9I)

Ela, Nala (que não aparece na cena acima), será a futura esposa de Simba, consagrando-se nisso, um evento de incesto, fato não previsto nas funções de Propp.

Na função 6) **Mandante** – pode-se afirmar que aparece nesta posição, somente Scar, o qual não só foi o responsável pela debandada de guinus, matando Mufasa, como também ordena às hienas que matem Simba, após o episódio da mesma debandada de Guinus. E, na posição 7) **Falso heroi** – Scar poderia ocupar, também, este desonrado posto, uma vez que ele, por meio de dissimulações, conquista o apreço e cumplicidade do então filhote Simba, e o conduz para a quase morte, primeiro, armando-lhe uma cilada no cemitério dos elefantes, ficando, Simba e Nala, encurralados pelas hienas, sendo salvos pela intervenção de Mufasa e, depois da morte do Rei, ordena que as hienas o persigam até a morte: elas não conseguiram seu propósito.

Na sequência destes personagens típicos, Propp nos fala de uma '**Situação Inicial**', que não diz respeito a Personagens, mas se destina à descrição dos personagens, ao posicionamento geográfico, o local em que a história será contada. Isto se comporta, mais ou menos como o que vemos em livros escritos e histórias orais, cujo início se apresenta em termos, tais como: 'Era uma vez, há muito tempo atrás'; ou, 'Num reino, tão, tão, tão distante' etc.

Logo, o que vemos na cena de abertura de "O Rei Leão I", é que nela se reproduz o mesmo procedimento de narração, que, se ao invés de texto imagético somente, também fosse escrito ou falado, poderia ser assim disposto: 'Era uma vez, em algum lugar do continente africano, um reino próspero, em cujo o Rei Mufasa, num belo amanhecer, convocou seus súditos para lhes apresentar o Príncipe Herdeiro: Simba'.

É somente após estes dois pressupostos, o dos '7 Personagens típicos' e o da 'Situação Inicial', que Propp nos informa o escopo da primeira de suas funções, a de número "**1 – Afastamento**: o heroi ou outra personagem se afasta de casa ou do local de proteção".

Há em "O Rei Leão I", ao menos duas cenas em que tal distanciamento acontece. Primeiro, quando Simba e Nala (filhotes) decidem explorar o

território do reino, se dirigindo ao cemitério dos elefantes, momento este em que acontece a emboscada das hienas, orchestrada por Scar. Noutro momento, vemos novamente Simba e Nala, na mesma função 1, já adultos, realizando conduta semelhante aos tempos de filhotes e, de certo modo, opostas entre si. Por parte de Simba, filhote, ele se distancia do reino dos leões, quando fugiu de casa e da ‘culpa’, por acreditar ter sido o responsável pela morte do próprio Pai, enganado que fora por Scar, seu Tio.

Da parte de Nala, devido à morte de Mufasa e a tomada do trono feita por Scar, a fatura de recursos do reino escasseou, obrigando as leoas a irem a lugares cada vez mais distantes para obter caça para alimentar a alcateia. E foi numa destas buscas por alimento, que Nala reencontra Simba, vivendo ele que estava, no mundo de Rakuna Matata, ao lado de Timão (o Suricato) e Pumba (o Javali) – ver foto abaixo (o vídeo linkado a ela é dublado em francês):



(Foto retirada do site DISNEY+, 28/05/2025. Disponível em <https://www.disney.com.br/novidades/as-5-cenas-de-o-rei-leao-que-marcaram-sua-infancia>)

Depois disso, a um só tempo, temos um combo de duas funções: a função “2 – Proibição – ao herói é feita alguma proibição: não vá ali, é perigoso;



não empunhe esta espada etc”; e, a função “3 – Transgressão – a proibição é transgredida (normalmente é neste momento em que o ‘Agressor’ do herói é revelado). E, de fato, tal Proibição acontece logo cedo na história, quando Mufasa apresenta para Simba toda a extensão do reino que ele iria herdar.

Nisso, mediante a uma curiosidade manifesta de Simba sobre o local afastado do reino que dava pra enxergar, dali de onde estavam, no cume mais elevado da Toca do Rei, soube que seria para lá que os elefantes se dirigiam para morrer. Mufasa foi categórico: 'não vá ali, Simba' – conselho em vão.

E, como se nota no filme, é exatamente para lá que Simba e Nala irão, após aconselhamentos duvidosos do Tio Scar, que, secretamente, lhes arma uma armadilha de morte junto às hienas. Nisto, vemos a **Transgressão** e a revelação de Scar / hienas com o papel de **Agressor** do heroi.

Na etapa seguinte, outro conjunto de funções: a **"4 – Interrogação** – o agressor passa a obter informações sobre o heroi"; a **"5 – Informação** – o agressor recebe as informações que deseja e arquiteta seu plano de agressão"; e, a **"6 – Engano ou logro** – o agressor tenta enganar o heroi ou aquele personagem que será a sua vítima (vítima dele, do agressor):



(Foto retirada do site [recreio.com.br](https://recreio.com.br/noticias/entretenimento/disney-confirma-teoria-macabra-sobre-o-rei-leao.phtml) , 28/05/2025. Disponível em <https://recreio.com.br/noticias/entretenimento/disney-confirma-teoria-macabra-sobre-o-rei-leao.phtml>)

Este pode ser o momento em que o Tio Scar (foto da cena, acima), em conversas reservadas com Simba, não só toma ciência da ousadia e dos interesses de aventura do filhote Simba (Função 4), como utiliza isso para dar início aos seus planos de destruição do Rei Mufasa, do herdeiro Simba, e mesmo dos súditos daquele reino (Função 5).

Scar, durante as conversas, ilude Simba, encorajando-o a ir, sim, ao cemitério dos elefantes (local que Mufasa proibira Simba de visitar), do mesmo modo que o referido Scar, mais adiante, irá emitir falsos argumentos que farão o pequeno Simba acreditar que ele, Simba, teria sido, de fato, o responsável pela morte do próprio pai, o Rei Mufasa, condição que faz Simba querer fugir do reino, deixando sua vida e seu passado para trás de si (Função 6).

É nesse ponto que a próxima função se estabelece: “**7 – Cumplicidade involuntária** – a vítima ou o heroi se engana ou se deixa enganar e assim e assim o agressor se apodera do objeto-valor que desejava para si”.

Isto é, Simba, primeiro e sem perceber, se torna cúmplice, ao ser enganado pelo Tio Scar, persuadido de que seria uma boa ideia visitar o cemitério dos elefantes; em segundo lugar, Simba é ludibriado pelo Tio Scar, que o convence que ele, Simba, de alguma forma, teria sido mesmo o causador da morte do Rei; e, terceiro, o próprio Simba, ao ser salvo da morte por Timão e Pumba, se deixa enganar pela ilusão de alegria eterna e esquecimento do passado, o que aparentemente seria possível naquele reino de Rakuna Matata:



(Foto retirada do site [recreio.com.br](https://recreio.com.br/noticias/entretenimento/o-rei-leao-morte-de-mufasa-seria-ainda-mais-aterrorizante-em-versao-descartada.php) , 28/05/2025. Disponível em <https://recreio.com.br/noticias/entretenimento/o-rei-leao-morte-de-mufasa-seria-ainda-mais-aterrorizante-em-versao-descartada.php>)

E, enquanto isso tudo se passa, Scar, enfim, se apoderou do reino, agora acéfalo de Mufasa, exatamente como desde o início o quisera (Função 7).

Na função “**8 – Dano** – o agressor destroi um patrimônio, maltrata a família ou os amigos do heroi – estabelece-se o conflito”. Neste quesito, Scar foi um grande especialista. Ele organizou o afastamento do herdeiro de seu reino, destruiu os recursos naturais do entorno da Pedra do Rei, agrediu Zazu (a ave real), insultou as leoas, e arrumou dissidências até mesmo entre seus aliados: as hienas. Ou seja, o reinado de Scar estava fadado a terminar mal.

A função “**9 – Mediação ou Pedido de auxílio** – o heroi é informado sobre o dano sofrido”, ocorre, tanto com Nala, que em uma de suas caçadas em terrenos distantes do reino, reencontra Simba, quanto com Rafiki, o sacerdote real que, recebe pelo vento, a mensagem de que Simba ainda vivia:





(Foto retirada do YOUTUBE, 28/05/2025. Disponível em <https://youtu.be/vUvW2KNc7Uw>)

As funções “10 – **Missão reparadora** – o herói decide agir”; “11 – **Partida** – o herói deixa a sua casa ou o seu exílio”; “12 – **Prova de qualificação** – o herói sofre provas, tem de lutar, decifrar enigmas, adquirir armas, invadir prisões”; “13 – **Reação do herói** – o herói aceita ou renega o objeto ou a ajuda oferecida pelo doador”; “14 – **Transmissão** – O objeto mágico é colocado à disposição do herói”; e, “15 – **Viagem do herói** – o herói é transportado para onde está o objeto valor a ser restaurado”, são, talvez, as mais potentes da narrativa:



(Foto retirada do YOUTUBE, 28/05/2025. Disponível em <https://youtu.be/zHMGs2hAf-Y>)

Simba, após ser informado do que acontecia na Pedra do Rei, e de ter tido uma experiência quase transcendental junto ao sacerdote Rafiki, com direito à apreciação do Mito de Narciso, inclusive (Função 14), aceita os conselhos do mago (Função 13), decide partir de Rakuna Matata (Função 15), retornar ao reino (Funções 10 e 11) e lutar pelo que herdou (Função 12).

A função “16 – **Combate** – prova principal – confronto direto entre o agressor e o herói”; “17 – **Marca** – o herói recebe um corte, uma punhalada”;

“18 – O agressor é derrotado”, incidem logo após o retorno de Simba à Pedra do Rei. Em sua chegada, ele passa por uma série de ‘batalhas’ morais junto ao seu grupo de leões, tendo de provar sua inocência face à até então culpa de ter sido ou não responsável pela morte de Mufasa.

Durante a luta com Scar, seu Tio e também Agressor de todo o reino (Função 16), Scar lança brasas e cinzas sobre os olhos de Simba (Função 17), porém, apesar da trapaça e da maior experiência em combates, [Scar sai derrotado](#) (Função 18).

Numa cena poderosa, Simba sobe à Pedra do Rei, tal qual seu pai fizera anos antes, momento marcado no começo do filme (**Função 19 – Reparação** – o dano é reparado, desfeito):



(Foto retirada do YOUTUBE, 28/05/2025. Disponível em <https://youtu.be/5Vcl6SYPexo>)

Enquanto que a função **“20 – Regresso** – o heroi retorna para o esconderijo, para o exílio ou foge” não acontece no “Rei Leão I”, as funções **“21 – Perseguição** – o heroi é perseguido pelo agressor ou pelo mandante” e **“22 – Salvação** – o heroi é socorrido ou salvo pelo auxiliar, pelo doador ou por outra personagem” se referem a eventos que já foram mencionados em outras etapas da análise.

Agora, temos o momento em que Simba é aconselhado a fugir do reino, tendo em vista que seu Tio, Scar, após ter tido sucesso na trama de morte de seu próprio irmão e Rei, tenta imputar a culpa da morte de Mufasa na mente de Simba:



(Foto disponível em <https://www.culturagenial.com/filme-o-rei-leao/>)

Saindo em fuga, movido pela suposta culpa face à morte de Mufasa, Simba é perseguido pelos 'capangas' de Scar: as hienas (antes, na Função 6 e, agora, na Função 21). Elas não obtém êxito na empreita assassina e persecutória: Simba escapa e, quando jazia desfalecido, no deserto, à beira da morte, foi encontrado por Timão e Pumba, que o salvam do destino praticamente certo (vimos isso antes, com o Personagem 4 – Auxiliar e, agora, com a Função 22). Simba passa, então, a residir com eles, em Rakuna Matata.

Propp, a partir da função 23, pondera que boa parte dos contos maravilhosos terminam na fase anterior, na função 22. Ou seja, nos diz o autor, que de 23 a 31, tais funções podem ou não aparecer, especialmente em certas narrativas, como novelas, filmes, lendas.

Assim, seremos um pouco mais breves a partir daqui, na descrição das cenas e na sua correlação com as funções restantes, sem o compromisso de encontrar as funções ainda faltantes em "O Rei Leão I".

A função “23 – Chegada incógnita”, pode ter acontecido no filme de Disney, na medida em que Simba viaja de Rakuna Matata para a Pedra do Rei, se juntando com seus amigos, a fim de elaborar meios de despitir a vigilância de Scar e retomar seu trono.

A função “24 – Pretensões falsas – um falso heroi se apresenta”, é outra que não aparece na narrativa ora investigada.

A função “25 – Tarefa difícil – prova glorificante”, já foi mencionada noutras funções: 12, 16 e 17.

A função “26 – Tarefa cumprida” já teve seu objeto anotado, ao menos uma vez, na função 19.

A função “27 – Reconhecimento – O heroi é reconhecido graças à marca que recebeu em combate”, é função que ou não acontece, ou ocorre parcialmente, no momento em que Sarabi, mãe de Simba, o vê na Pedra do Rei, antes do julgamento começar. Sarabi olha para o filho e pensou, por um momento, estar diante de Mufasa, devido à semelhança entre um e outro.

A função “28 – Descoberta – o falso heroi é desmascarado”, é outra que ou não acontece, ou ocorre parcialmente, no momento em que o julgamento de Simba termina e Scar confessa ter sido ele o arquiteto da morte de Mufasa. Na sequência, o mesmo Scar é desmascarado diante de suas aliadas, as hienas, que descobrem que ele as consideravam ‘inimigas’. Elas descobrem desse ‘outro lado’ de Scar, e elas mesmas o matam.

A função “29 – Transfiguração – o heroi recebe ua nova aparência”, não acontece no filme.

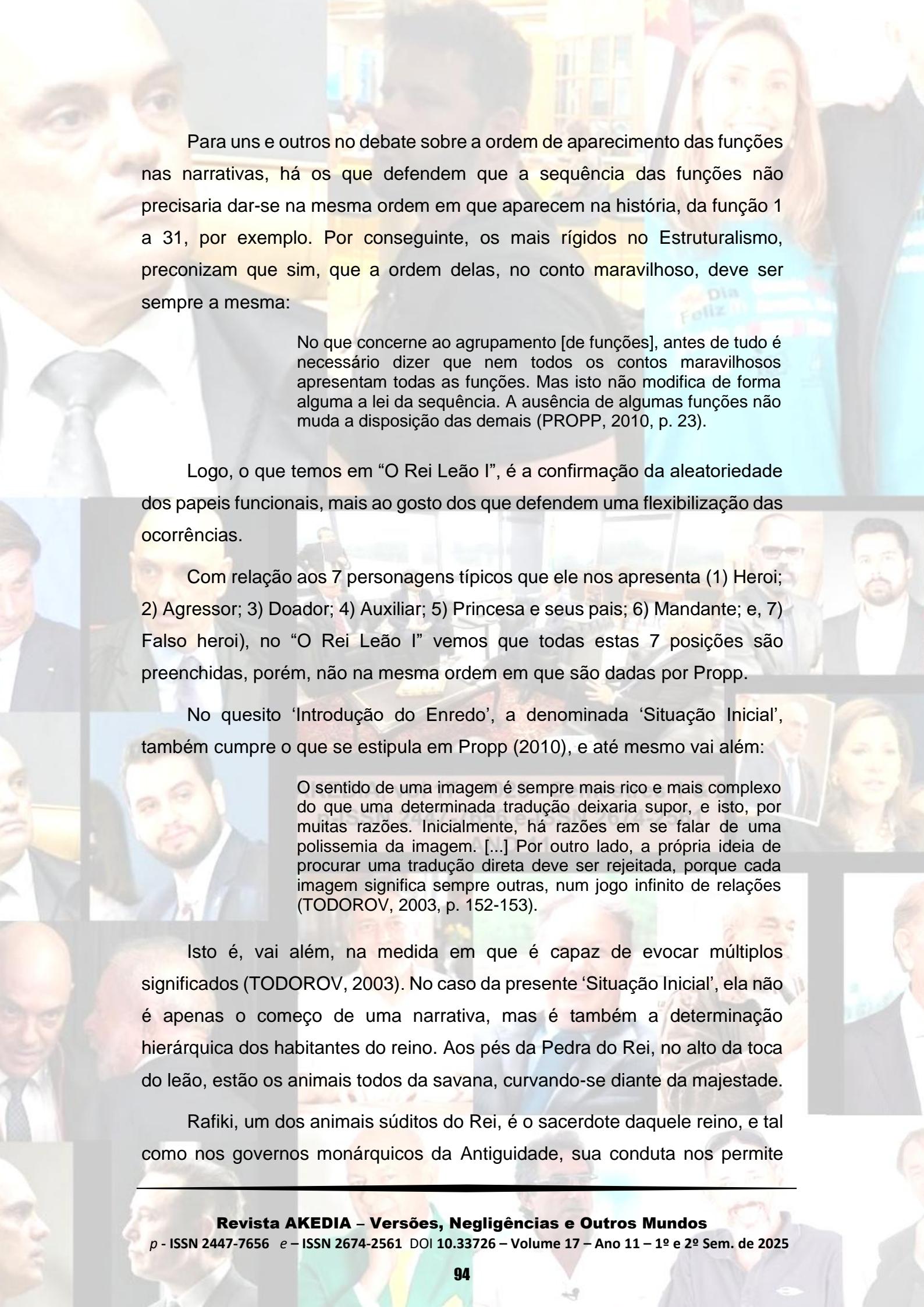
A função “30 – o falso heroi o o agressor é punido”, ou se consuma com a morte de Scar, na função 28, ou com sua derrota durante a luta com Simba, citada nas funções 16 e 18.

A função “31 – Recompensa – o heroi se casa e sobe ao trono, recebe um premio valioso etc.”, pode ter acontecido ou não, ainda na função 19.

CONCLUSÃO

Propp (2010) nos fala que um mesmo personagem pode ocupar várias funções durante a história, e revela também que a ausência de uma outra função não é impeditiva para que a lógica da leitura funcional se invalide, ao mesmo tempo em que nos apresenta uma série de posicionamentos relativos à sequência com que as funções ocorrem no conto maravilhoso:

Podemos dar agora uma definição de heroi mais exata que a anteriormente exposta. O heroi do conto de magia pode ser tanto o personagem que sofre a ação do antagonista-agressor (ou que sofre uma carência), no momento e que se tece uma intriga, como também o personagem que aceita reparar a desgraça ou atender às necessidades de outro personagem. No decorrer da ação, o heroi é o personagem possuidor de um objeto mágico (ou de um auxiliar mágico), que o utiliza ou que se serve dele (PROPP, 2010, p. 48).



Para uns e outros no debate sobre a ordem de aparecimento das funções nas narrativas, há os que defendem que a sequência das funções não precisaria dar-se na mesma ordem em que aparecem na história, da função 1 a 31, por exemplo. Por conseguinte, os mais rígidos no Estruturalismo, preconizam que sim, que a ordem delas, no conto maravilhoso, deve ser sempre a mesma:

No que concerne ao agrupamento [de funções], antes de tudo é necessário dizer que nem todos os contos maravilhosos apresentam todas as funções. Mas isto não modifica de forma alguma a lei da sequência. A ausência de algumas funções não muda a disposição das demais (PROPP, 2010, p. 23).

Logo, o que temos em “O Rei Leão I”, é a confirmação da aleatoriedade dos papéis funcionais, mais ao gosto dos que defendem uma flexibilização das ocorrências.

Com relação aos 7 personagens típicos que ele nos apresenta (1) Heroi; 2) Agressor; 3) Doador; 4) Auxiliar; 5) Princesa e seus pais; 6) Mandante; e, 7) Falso heroi), no “O Rei Leão I” vemos que todas estas 7 posições são preenchidas, porém, não na mesma ordem em que são dadas por Propp.

No quesito ‘Introdução do Enredo’, a denominada ‘Situação Inicial’, também cumpre o que se estipula em Propp (2010), e até mesmo vai além:

O sentido de uma imagem é sempre mais rico e mais complexo do que uma determinada tradução deixaria supor, e isto, por muitas razões. Inicialmente, há razões em se falar de uma polissemia da imagem. [...] Por outro lado, a própria ideia de procurar uma tradução direta deve ser rejeitada, porque cada imagem significa sempre outras, num jogo infinito de relações (TODOROV, 2003, p. 152-153).

Isto é, vai além, na medida em que é capaz de evocar múltiplos significados (TODOROV, 2003). No caso da presente ‘Situação Inicial’, ela não é apenas o começo de uma narrativa, mas é também a determinação hierárquica dos habitantes do reino. Aos pés da Pedra do Rei, no alto da toca do leão, estão os animais todos da savana, curvando-se diante da majestade.

Rafiki, um dos animais súditos do Rei, é o sacerdote daquele reino, e tal como nos governos monárquicos da Antiguidade, sua conduta nos permite

recuperar os tempos em que o poder político e o clerical compartilhavam as posições mais elevadas de poder no Estado. Tanto é assim, que Rafiki é o único que não se curva diante da presença do Rei Mufasa.

Como se menciona em Todorov, acima, uma “imagem significa sempre outras”, num jogo infinito de relações”. Neste sentido, portanto, é que, ainda na cena inicial da película, as imagens mostradas deixam para o nível de percepção subliminar, ideias como a do Estado Monárquico que existe ali, não se mencionando o fato de Mufasa viver na toca do leão com um harém, que Simba e Nala são irmãos e que, ao se casarem, cometem o incesto, tampouco se revelam os inúmeros símbolos fálicos presentes e eloquentes nesta “Situação Inicial”, do mesmo modo que a palavra ‘[sex](#)’ já foi várias vezes flagradas na versão original.

Podemos afirmar, que tais dissimulações podem estar a serviço de uma espécie de ‘engano’ da percepção consciente, ou que:

O simulacro assim edificado não restitui o mundo tal qual o tomou, e é nisso que o Estruturalismo é importante. Primeiramente, ele manifesta uma categoria nova do objeto, que não é nem o real nem o racional, mas o funcional, jutando-se assim a todo um complexo científico que se está desenvolvendo em torno das pesquisas sobre informação. Em seguida, e sobretudo, traz à luz o processo propriamente humano pelo qual os homens dão sentido às coisas (BARTHES, 2003, p. 54).

E, a partir do que lemos Barthes (2003), crê-se que a mensagem imposta no nosso título se apresenta. Isto é, o modo com que “os homens dão sentido às coisas”, nada mais é do que o PGS – Percurso Gerativo de Sentido, condição em que nos apegamos à narrativa de Walt Disney, com um certo desespero de sabê-la por inteiro, tentando, de algum modo, nos assegurar de que algo importante, implícito, ou não tão bem discutido no filme, possa, enfim, nos esclarecer, nos redimir, aliviar a angústia ou nos abençoar com a paz intelectual eterna.

No início de nosso texto, fiz uma lista com várias versões, desdobramentos, adaptações e reedições vinculadas ao temário do ‘Rei

Leão'. Mencionei a existência de uma versão, não 'computada' pela filomografia, uma que fora especialmente criada para a América Latina.

Eu possuía no meu acervo fílmico, uma cópia desta raridade, em formato VHS. Hoje, em 2025, o filme se deteriorou. O aparelho que o reproduziria não existe mais – o videocassete. Contudo, me lembro de alguns detalhes sobre tal versão.

Uma minúcia interessante, é o de que parte do fundo musical de 1994 foi alterado para as produções musicais caribenhas. Outro ponto a se mencionar, prende-se ao momento em que Mufasa ensina Simba a caçar. Na versão original, de 1994, Simba se atira sobre o seu alvo – o pássaro Zazu –, e o derruba da pedra onde houvera pousado. A mesma cena, na configuração latina, tem a virilidade dessa caça substiuída por uma cantoria e coreografia dançada. Quando me lembro disso, também me recordo de um antigo texto, que talvez nos ajude a compreender a razão pela qual se promoveu tal desconfiguração voltada aos latinos:

E é da América Latina que quero lhes falar hoje, para ilustrar um compromisso possível. Esta América, da qual eu faço parte, que oferece ao mundo, como num teatro, o espetáculo de um universo em que o compromisso foi sempre indissociável da vida intelectual. Eu sei que a América Latina ainda não é valorizada, ou o é muito pouco, na vida intelectual do mundo. Uma centralização absurda da cultura a manteve, durante muito tempo à margem de tudo aquilo que fosse uma historiografia da cultura (CARPENTIER, 1987, p. 18).

O que Carpentier (1987) descreve sob os moldes de uma América Latina periférica ou desvalorizada, Spivak (2010), diria serem estes sintomas de uma subalternidade latente, há séculos, habitando entre nós, isto é:

Embora a história da Europa como Sujeito seja narrada pela lei, pela economia política e pela ideologia do Ocidente, esse Sujeito oculto alega não ter "nenhuma determinação geopolítica". Assim, a tão difundida crítica ao sujeito soberano realmente inaugura um Sujeito (SPIVAK, 2010, p. 21).

E nesse 'faz de conta' existencial, nós nos enganamos novamente, esperançosos por alguma salvação que viesse ao nosso reino latino-

americano, por meio de um filme e de seu Rei. A salvação não virá com quaisquer produções artísticas: é simplesmente o caos de existir prevalecendo, e nada mais que isso, acontecendo em fluxo contínuo – esta é a nossa latinoamericanidade, e nós, os Sujeitos de suas ações.

A música tema do filme, “Circle of Life”, já mencionada antes neste *paper*, merece ainda um destaque final. Nela, faz-se alusão ao interminável ciclo da vida, que regido sob as leis da natureza, interconecta todos os seres numa só linhagem da existência e interdependência, e,:

Se pensarmos nessas condições naturais originais, perceberemos como a morte, ser vencido pelo mal, ou pelo inimigo, ou ser devorado são coisas interconexas. É como se a vida da pessoa fosse uma luz radiosa que mantêm afastados os leões, tigres e até mesmo nossos próprios semelhantes, mas quando essa luz se apaga e a vitalidade esmorece, a escuridão penetra e, por assim dizer, nos pega (FRANZ, 1985, p. 220).

No “Rei Leão I”, a canção tema do enredo parece-nos reforçar estas condições naturais da vida. Ainda que naturais, não é fácil acreditar que alguém se entregasse facilmente às garras de um leão, de um urso. Contudo, na história de Disney em pauta, o reforço lúdico, o apelo ao imaginário mágico, e a distração no núcleo das ações, sugerem que sim, que pode ser ‘agradável’ deixar-se devorar por um leão, assim como pode ser razoável aceitarmos a prepotência dos dominadores.

Nesta análise, tais condições normais da existência nos são apresentadas sob o modo de expressão da Fábula, modalidade textual que se vale de personagens animais para contar histórias humanas (MOISÉS, 1999, p. 226) – no sentido de nossas palavras finais, nos reportamos a certos formatos de subjugação política e econômica, tal como o colonialismo. E, neste sentido, a interconexão se consolida, na medida em que percebemos que os animais antropomorfizados na tela, na verdade, somos nós.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CARPENTIER, Alejo. *A literatura do maravilhoso*. São Paulo: Vértice, 1987.
- EIKHENBAUM, Boris. *Teoria da literatura – formalistas russos*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1976.
- FRANZ, Marie-Louize von. *A sombra e o mal nos contos de fada*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- PROPP, Vladimir I. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.
- TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- WIKPEDIA. *Página sobre O Rei Leão e suas versões*. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Rei_Le%C3%A3o_\(filme_de_2019\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Rei_Le%C3%A3o_(filme_de_2019)). Acesso em 28/05/2025, às 12h19min. (cópia da página nos Apêndices)

Sites consultados

<https://alchetron.com/Vladimir-Propp>

<https://www.disney.com.br>

<https://www.facebook.com/>

<https://www.youtube.com/>

APÊNDICES

AKEDIA, vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2
p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561
ANO 11

MAPA DAS FUNÇÕES DE WLADEMIR PROPP
(in: **Morfologia do Conto Maravilhoso**, 1928, apud **PRA LER NO BANHEIRO**,
Marcelo Pessoa, 2002)

Anexo 1

Personagens típicos:

1. *Herói*
2. *Agressor*
3. *Doador*
4. *Auxiliar*
5. *Princesa e seus Pais*
6. *Mandante*
7. *Falso Herói*

Funções normalmente desenvolvidas por estas personagens:

Situação Inicial da Narrativa: não corresponde a uma função, mas é recorrente, em expressões do tipo “era uma vez”, ou “há muito e muito tempo atrás”, ou “num lugar bem distante daqui”, etc. Enfim, trata-se da descrição visual ou verbal das personagens, da demonstração das qualidades do herói, e da descrição do cenário inicial onde será desenvolvida a história;

1. **Afastamento:** o herói ou outra personagem central do enredo se afasta de casa ou do local de proteção;
2. **Proibição:** ao herói é feita alguma proibição – não vá ali, é perigoso; não empunhe esta espada jamais, etc;
3. **Transgressão:** a proibição é transgredida (normalmente aparece nesse momento o Agressor do herói);

4. **Interrogação:** o agressor passa então a obter informações sobre o herói;
5. **Informação:** o agressor recebe essas informações, e arquiteta seu plano de agressão;
6. **Engano ou Logro:** o agressor tenta enganar o herói ou sua vítima, para apoderar-se dela ou de seus bens;
7. **Cumplicidade Involuntária:** a vítima ou o herói se engana ou se deixa enganar e assim o agressor se apodera do objeto valor que desejava para si;
8. **Dano:** o agressor destrói um patrimônio, maltrata a família ou os amigos do herói; estabelece-se o conflito;
9. **Mediação ou Pedido de Auxílio:** o herói é informado sobre o dano sofrido, e sabe que precisam de sua ajuda e, então, entra em cena;
10. **Missão Reparadora:** o herói decide agir;
11. **Partida:** o herói deixa sua casa, seu esconderijo, seu exílio;
12. **Prova de Qualificação:** o herói sofre provas – tem de lutar, decifrar enigmas, adquirir armas, invadir prisões, etc;
13. **Reação do Herói:** o herói aceita ou renega o objeto ou ajuda oferecida pelo doador (uma chave: uma espada, um mapa, etc.);
14. **Transmissão:** o objeto mágico é colocado à disposição do herói;
15. **Viagem do Herói:** o herói é transportado para onde está o objeto valor a ser restaurado;
16. **Combate:** prova principal – confronto direto entre o agressor e o herói;
17. **Marca:** o herói recebe um corte, uma punhalada – (típico dos filmes de artes marciais);

18. **Vitória:** o agressor é derrotado;
19. **Reparação:** o dano é reparado, desfeito;
20. **Regresso:** o herói retorna para o esconderijo, para o exílio, ou simplesmente foge;
21. **Perseguição:** o herói é perseguido – pelo agressor ou pelo mandante;
22. **Salvação:** o herói é socorrido ou salvo pelo auxiliar, pelo doador, ou por outra personagem;

Algumas narrativas: contos, romances, novelas, filmes, lendas, terminam por aqui. Mas, no entanto, há narrativas em que se abre um novo núcleo de conflito exigindo nova performance do herói e, portanto, um eventual acréscimo no número de funções:

23. **Chegada Incógnita:** o herói chega em casa disfarçado (como quando Ulisses retorna a Ítaca, na *Odisseia*, de Homero);
24. **Pretensões Falsas:** um falso herói se apresenta (como no filme *O Homem da Máscara de Ferro*, com o ator Leonardo Di Caprio no papel dos gêmeos);
25. **Tarefa Difícil:** prova glorificante, que reitera a capacidade suprema do herói;
26. **Tarefa Cumprida:**
27. **Reconhecimento:** o herói é reconhecido graças à marca que recebeu em combate;
28. **Descoberta:** o falso herói é descoberto;
29. **Transfiguração:** o herói recebe uma nova aparência;
30. **Punição:** o falso herói ou o agressor é punido;
31. **Recompensa:** o herói se casa e sobe ao trono, recebe um prêmio valioso, etc..

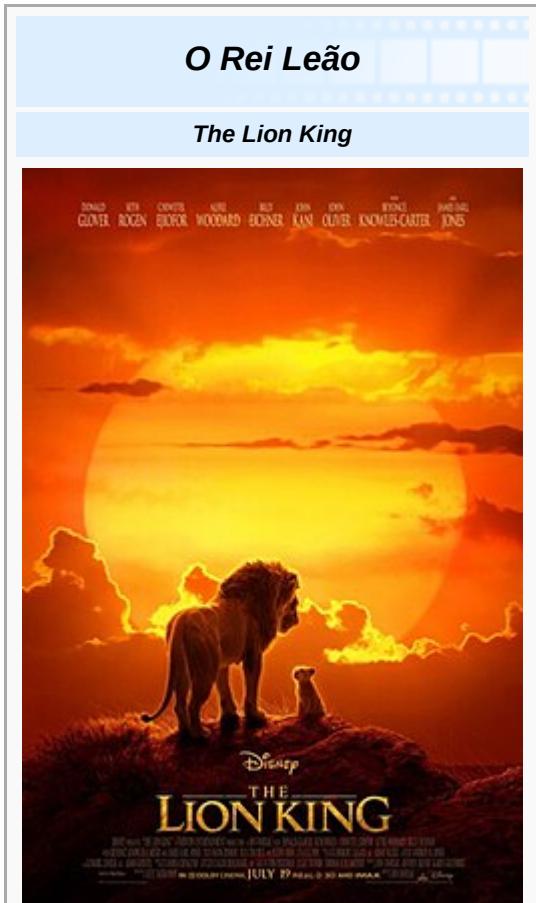


O Rei Leão (filme de 2019)

The Lion King (bra/prt: *O Rei Leão*)^{[1][2]} é um filme épico musical de CGI estadunidense de 2019, dirigido e coproduzido por Jon Favreau e escrito por Jeff Nathanson, sendo o *remake* do longa-metragem animado *O Rei Leão*, de 1994, inspirado em partes da obra *Hamlet*, de William Shakespeare. Produzido pela Walt Disney Pictures e Fairview Entertainment e distribuído pela Walt Disney Studios Motion Pictures, a produção conta com as vozes de Donald Glover, Beyoncé, James Earl Jones, Chiwetel Ejiofor, Billy Eichner, Seth Rogen, John Oliver, John Kani e Alfre Woodard.

O título faz parte de um ambicioso projeto da Disney na produção de *remakes* de clássicos animados do estúdio na trica de melhores bilheterias da década de 2010, como *Alice in Wonderland* (2010), *Maleficent* (2014), *Cinderella* (2015), *The Jungle Book* (2016) e *Beauty and the Beast* (2017).^[6] No mesmo ano, também ocorreram as estreias das novas adaptações de *Dumbo* e *Aladdin*.

The Lion King estreou em 19 de julho de 2019 nos Estados Unidos. No Brasil e em Portugal, estreou em 18 de julho de 2019. Ele recebeu críticas mistas, com elogios para seus efeitos visuais, trilha sonora e performances vocais, mas críticas por sua falta de originalidade e expressividade facial nos personagens.^[7] Arrecadou mais de US\$ 1,6 bilhão mundialmente, tornando-se a segunda maior bilheteria de 2019.^[5] Atualmente, é a oitava maior bilheteria de todos os tempos.



Cartaz promocional

 **Estados Unidos**
2019 • cor • 118 min

Gênero	épico drama musical
Direção	Jon Favreau
Produção	Jon Favreau Karen Gilchrist Jeffrey Silver
Coprodução	John Bartnicki
Produção executiva	Tom C. Peitzman Thomas Schumacher
Roteiro	Jeff Nathanson
Baseado em	<i>O Rei Leão</i> da <u>Walt Disney Pictures</u> e <u>Walt Disney Feature Animation</u> por Irene Mecchi

Elenco

Personagem	Ator (voz original)	Dublagem  [8][9]
Simba	Donald Glover	Ícaro Silva
Nala	Beyoncé Knowles-Carter	IZA
Sarabi	Alfre Woodard	Graça Cunha
Mufasa	James Earl Jones	Saulo Javan
Scar	Chiwetel Ejiofor	Rodrigo Miallaret
Zazu	John Oliver	Marcelo 'Salsicha' Caodaglio
Simba (Filhote)	JD McCrary	João Vitor Mafra
Nala (Filhote)	Shahadi Wright-Joseph	Carol Roberto
Rafiki	John Kani	João Acaiaibe
Timão / Timon	Billy Eichner	Ivan Parente
Pumba	Seth Rogen	Glauco Marques
Shenzi	Florence Kasumba	Carol Crespo
Kamari (Banzai)	Keegan-Michael Key	Robson Nunes
Azizi (Ed)	Eric Andre	Thiago Fagundes

Produção

A versão do ano de 2019 do longa de 1994, "O Rei Leão" desafiou classificações desde o lançamento do seu primeiro trailer, em novembro de 2018. A Walt Disney Pictures prosseguiu em meio a uma série de lançamento de "refilmagens live-action" de seus clássicos animados, o novo filme foi dirigido por Jon Favreau. O longa foi produzido exatamente como um longa-metragem convencional, contudo em um set inteiramente gerado por realidade virtual. Assim, o diretor e sua equipe usavam dispositivos de VR para "entrar" nos cenários e escolher os ângulos e movimentos de câmera necessários para cada cena. Assim, é preciso posicionar o gênero ao qual este filme pertence. Ele se trata de uma animação em computação gráfica, procurando ser o mais plausível com a realidade possível.^[10]

“ Escolhemos esta técnica para fazer com que um filme animado pareça live-action. Ao invés de alguém sentado no computador programando, temos uma equipe de verdade que 'entra no set' e interage com a cena, tomando decisões de câmera que teríamos que tomar em um set de filmagens normal ”

— Jon Favreau, diretor do longa.

Elenco	Jonathan Roberts Linda Woolverton <u>Hamlet</u> de William Shakespeare
Elenco	Donald Glover Beyoncé Knowles-Carter James Earl Jones Chiwetel Ejiofor Billy Eichner Seth Rogen John Oliver John Kani Alfre Woodard
Música	Hans Zimmer
Cinematografia	Caleb Deschanel
Efeitos especiais	Moving Picture Company
Edição	Mark Livolsi Adam Gerstel
Companhia(s) produtora(s)	Walt Disney Pictures Fairview Entertainment
Distribuição	Walt Disney Studios Motion Pictures
Lançamento	9 de julho de 2019 (Hollywood) 18 de julho de 2019 (Brasil e Portugal) ^{[1][2]} 19 de julho de 2019 (Estados Unidos) ^[3]
Idioma	inglês
Orçamento	US\$ 260 milhões ^[4]
Receita	US\$ 1 662 899 439 ^[5]
Cronologia	
Mufasa (2024)	

Em 2016, Favreau já havia sido elogiado por sua inovação técnica na versão live-action de "Mogli: O Menino Lobo", mas nesta produção há uma diferença crucial em relação ao anterior. Enquanto "Mogli" contava com o ator Neel Sethi no papel título, "O Rei Leão" não tem absolutamente nenhum elemento que não seja animado. O malabarismo entre fidelidade ao original e inovação também ditou o desenvolvimento do roteiro e da trilha sonora do *remake*. O filme de Favreau inclui todas as canções ouvidas em "O Rei Leão", de 1994, entretanto tais canções ganham novos arranjos por composição de Hans Zimmer, Elton John, Tim Rice e Lebo M.

O envolvimento de Beyoncé (Nala) e Donald Glover (Simba) no elenco de vozes originais contribuiu nesta reinvenção. Segundo o diretor, cada música traz um estilo diferente do que se ouve no filme original. Donald e Beyoncé facilitaram a criação de novos sons, mas também incentivaram a construir em cima daquilo que as pessoas já amavam sobre os originais, definiu Favreau.^[11]

Para deixar o longa mais realista, o diretor Jon Favreau precisou fazer modificações em algumas cenas e adicionar outras na trama. Por exemplo, nesta versão Nala, a leoa que acompanha Simba tem mais espaço de tela que no original, mostrando a leoa em mais momentos importantes.^[10]

No Brasil, a Disney escalou o ator Ícaro Silva e a cantora Iza para dublar, respectivamente, o Simba e a Nala no filme.^[12]

Trilha sonora

Em 1 de novembro de 2017, foi anunciado que Hans Zimmer retornaria para marcar o filme, tendo previamente marcado a versão animada de 1994. Em 28 de novembro de 2017, foi relatado que Elton John havia assinado o projeto para reformular suas composições musicais do filme original antes de sua aposentadoria. No dia seguinte, foi relatado que Beyoncé ajudaria John na reformulação da trilha sonora.

Banda sonora

Nº	Titulo	Duração	Interpretes 
01	<i>Hakuna Matata</i>	4:11	Sérgio Calvinho / José Raposo / Gabriel Capelo / Manuel Moreira
02	<i>Eu Mal Posso Esperar para Ser Rei</i>	3:23	Gabriel Capelo / Filipa Ferreira / Carlos Macedo
03	<i>Esta Noite o Amor Chegou</i>	3:02	Soraia Tavares / Manuel Moreira / Sérgio Calvinho / José Raposo
04	<i>Preparados</i>	2:03	Mário Redondo
05	<i>Quem Dorme eo Leão</i>	1:24	Sérgio Calvinho / José Raposo
06	<i>Ciclo Sem Fim / Nant's Ingoyama</i>	4:02	Débora Gonçalves

Marketing

O primeiro teaser trailer e o teaser oficial do *The Lion King* foram lançados durante o dia de Ação de Graças do Dallas Cowboys em 22 de novembro de 2018.^[13] O trailer foi visto 224 milhões de vezes em um período de 24 horas.^[14] Uma *espiadinha* foi lançada no Óscar 2019. Em 10 de abril de 2019, a

Disney lançou o trailer oficial com novas imagens que revelaram Scar, Zazu, Simba e Nala (ambos filhotes e adultos), Sarabi, Rafiki, Timão e Pumba e as hienas.^[15] O trailer foi visto 174 milhões de vezes em suas primeiras 24 horas, o que foi revelado no Disney Investor Day 2019 Webcast.^[16] Uma espiadinha especial com as vozes de Beyoncé, Billy Eichner e Seth Rogen como Nala, Timon e Pumba respectivamente, foi lançado em 3 de junho de 2019. Uma espiadinha especial com as vozes de Beyoncé e Donald Glover enquanto Simba e Nala cantando "Can You Feel the Love Tonight" e também apresentando a voz de James Earl Jones como Mufasa, foi lançado em 20 de junho de 2019.

Recepção

Resposta da crítica

No agregador de resenhas *Rotten Tomatoes*, o filme tem uma taxa de aprovação de 52% com base em 436 avaliações e com uma classificação média de 6/10. O consenso crítico do site diz: "Embora possa orgulhar-se de suas realizações visuais, este *Rei Leão* é uma obra recontada que não tem a energia e o coração que tornaram o original tão amado – embora para alguns fãs isso possa ser o suficiente."^[17] No *Metacritic*, o filme tem uma pontuação média ponderada de 55/100 com base em 54 avaliações, indicando "críticas mistas ou medianas".^[7]

Kenneth Turan, do *Los Angeles Times*, classificou o filme como "entretenimento polido e satisfatório".^[18] Todd McCarthy, do *The Hollywood Reporter*, considerou-o inferior ao original, notando: "A cautela estética e a previsibilidade do filme começam a desgastar toda a empresa no segundo semestre."^[19] Escrevendo para *The Guardian*, Peter Bradshaw achou o filme como "assistível e agradável", mas sentiu uma "falta da simplicidade e vivacidade das imagens originais desenhadas à mão".^[20]

A.A. Dowd, escrevendo para o *The A.V. Club*, resumiu o filme como "sem alegria, sem arte, e talvez sem alma, transformando um dos títulos mais marcantes do cofre da Casa de Mickey em um filme muito caro e repleto de estrelas da Disney Nature". Dowd lamentou a insistência do filme no realismo, comentando: "Estamos assistindo a uma bastardização oca de um blockbuster, ao mesmo tempo completamente dependente da afeição pré-estabelecida do público por seu antecessor e estranhamente determinado a abandonar muito do que o tornou especial."^[21] Scott Mendelson, da *Forbes*, classificou o filme como "esmagadoramente decepcionante [...] Em quase todos os turnos, esta recriação reduz o seu próprio melodrama, minimizando suas próprias emoções."^[22] Márcio Sallem, do *Cinema com Crítica*, ressaltou que a qualidade técnica da animação fotorrealista é também seu maior defeito, ao criar animais que "parecem reais", mas não provocam emoção ou sentimento em comparação com a animação clássica. Ao final, concluiu que a refilmagem é "somente uma cópia realizada pelo aluno mais rico da turma: ele tem todos os melhores recursos que o dinheiro pode comprar à disposição e certamente encantará nossos olhares com pirotecnia. Só lhe falta o coração, e sem este não existe vida na arte."^[23]

No Brasil, o filme recebeu críticas parecidas com as estrangeiras, sendo que muitos criticaram a dublagem brasileira do filme.^{[24][25]}

Bilheteria

O filme foi lançado nos Estados Unidos no dia 19 de julho. Como era esperado pela Disney, o filme foi gigantesco sucesso de bilheteria arrecadando US\$ 531 milhões de dólares na sua abertura mundial^[5] ultrapassando *Star Wars: O Despertar da Força* que arrecadou US\$ 529 milhões em 2015, foi também a 4º maior estreia mundial do cinema, atrás somente de Vingadores: Ultimato (US\$ 1,223 bilhão), *Vingadores: Guerra Infinita* (US\$ 640,5 milhões) e *Velozes e Furiosos 8* (US\$ 541,9 milhões). No dia 30 de julho de 2019, 11 dias após o seu lançamento, o filme ultrapassou a marca de 1 bilhão de dólares sendo o 2º filme do ano a chegar nessa marca após *Avengers: Endgame*. O filme ganhou US\$ 191,1 milhões no primeiro final de semana nos EUA,^[5] a segunda maior estreia no mercado interno do ano, atrás somente de Vingadores: Ultimato que fez US\$ 357,1 milhões.^[26] Com US\$ 543,638,043 milhões arrecadados na América do Norte (a 2º maior bilheteria doméstica do ano atrás de *Avengers: Endgame* que arrecadou US\$ 858 milhões)^[27] e US\$ 1,119,261,396 bilhão internacionalmente o filme saiu de cartaz com US\$ 1,662,899,439 bilhão de dólares mundialmente,^[5] se tornando a segunda maior bilheteria de 2019 atrás apenas de Vingadores: Ultimato (2,797 bilhões),^[28] e a oitava maior bilheteria da história do cinema.^[29] Além disso o filme se tornou o maior filme de arrecadação entre os remakes em live-action dos clássicos de animação da *Disney*.

No Brasil

No Brasil, o filme foi um grande sucesso, tendo levado mais de 15 milhões de espectadores aos cinemas. Foi o segundo filme mais visto do ano nos cinemas no Brasil, só atrás de *Avengers: Endgame*.^[30]

Em Portugal

O Rei Leão foi o filme mais visto de sempre em Portugal com 1 milhão e 280 mil espectadores em sala, ultrapassou o recordista anterior, *Avatar* que levou 1.207.749 espectadores às salas de cinema.

O clássico da Disney, estreado a 18 de julho de 2019, precisou de apenas duas semanas de exibição para se tornar o filme mais visto do ano.^[31]

Ver também

- *O Rei Leão*
- Lista de filmes baseados nas peças de Shakespeare.

Referências

1. «O Rei Leão» (<https://www.adorocinema.com/filmes/filme-250594/>). *AdoroCinema*. Brasil: Wikipedia. 18 de julho de 2019. Consultado em 7 de outubro de 2022
2. «O Rei Leão» (<https://cinecartaz.publico.pt/filme/rei-leao-394900>). *Cinecartaz*. Portugal: Publico. 18 de julho de 2019. Consultado em 7 de outubro de 2022
3. «'The Lion King (2019)' Domestic Box Office» (<https://www.boxofficemojo.com/release/rl3321923073/>). *Box Office Mojo* (em inglês). IMDb. Consultado em 7 de outubro de 2022

4. «Disney's live-action Lion King is pretty, but so unnecessary» (<https://www.theverge.com/2019/7/11/20690427/lion-king-2019-remake-review-disney-beyonce-donald-glover-james-earl-ones-jon-favreau>) (em inglês). *The Verge*. 11 de julho de 2019. Consultado em 11 de julho de 2019
5. «'The Lion King (2019)' Box Office» (<https://www.boxofficemojo.com/title/tt6105098/>). *Box Office Mojo* (em inglês). *IMDb*. Consultado em 31 de maio de 2020
6. «Confira os 7 remakes live-action que a Disney fará após 'A Bela e a Fera'» (<http://cinepop.com.br/confira-os-7-remakes-live-action-que-a-disney-fara-depois-de-a-bela-e-a-fera-149067>). *CinePOP*. 16 de março de 2017. Consultado em 4 de outubro de 2017
7. «The Lion King (2019) Reviews» (<https://www.metacritic.com/movie/the-lion-king-2019>). *Metacritic*. Consultado em 11 de julho de 2019
8. «O REI LEÃO: ELENCO DE DUBLADORES BRASILEIROS É REVELADO» (<https://br.ign.com/o-rei-leao/74674/news/o-rei-leao-elenco-de-dubladores-brasileiros-e-revelado>). *IGN Brasil*. 27 de junho de 2019. Consultado em 11 de julho de 2019
9. «Revelado o elenco de dublagem brasileiro de Rei Leão» (<https://www.dublagembrasileira.com.br/?p=644>). *DB - Dublagem Brasileira*. 27 de junho de 2019. Consultado em 11 de julho de 2019
10. «Crítica | Animação hiper-realista de O Rei Leão é linda, mas muito sem graça» (<https://canaltech.com.br/cinema/critica-o-rei-leao-2019-144177>). *Canaltech*. 17 de julho de 2019. Consultado em 5 de janeiro de 2020
11. «Como foi feito "O Rei Leão"? Bastidores do inovador remake da Disney são revelados» (<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/25/como-foi-feito-o-rei-leao-bastidores-do-inovador-remake-da-disney-sao-revelados.htm>). *entretenimento.uol.com.br*. Consultado em 5 de janeiro de 2020
12. «'O Rei Leão' terá Iza e Ícaro Silva dublando Nala e Simba» (<https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2019/06/27/o-rei-leao-tera-iza-e-icaro-silva-dublando-nala-e-simba.ghtml>)
13. <https://ew.com/trailers/2018/11/22/the-lion-king-trailer/>
14. <https://www.hollywoodreporter.com/heat-vision/lion-king-trailer-nabs-second-biggest-debut-ever-1163695>
15. <https://www.eonline.com/news/1031264/the-lion-king-s-new-trailer-will-make-you-go-wild>
16. <https://www.thewaltdisneycompany.com/the-walt-disney-companys-2019-investor-day-webcast/>
17. «The Lion King (2019)» (https://www.rottentomatoes.com/m/the_lion_king_2019). *Rotten Tomatoes*. *Fandango*. Consultado em 8 de julho de 2023
18. Turan, Kenneth (11 de julho de 2019). «Review: Disney's photo-real 'The Lion King' remake sings a new yet familiar tune» (<https://www.latimes.com/entertainment/movies/la-et-mn-lion-king-beyonce-review-20190711-story.html>). *Los Angeles Times*. Consultado em 11 de julho de 2019
19. McCarthy, Todd (11 de julho de 2019). «*The Lion King*: Review» (<https://www.hollywoodreporter.com/review/lion-king-review-1223757>). *The Hollywood Reporter*. Consultado em 11 de julho de 2019
20. Bradshaw, Peter (11 de julho de 2019). «*The Lion King* review: deepfake copycat ain't so grrreat» (<https://www.theguardian.com/film/2019/jul/11/the-lion-king-review-anthro-leonine-clones-original>). *The Guardian*. Consultado em 11 de julho de 2019
21. Dowd, A.A. (11 de julho de 2019). «Be prepared for the photorealistic cruddiness of Disney's pointless Lion King remake» (<https://film.avclub.com/be-prepared-for-the-photorealistic-crudiness-of-disney-1836271258>). *The A.V. Club*. Consultado em 11 de julho de 2019
22. Mendelson, Scott (11 de julho de 2019). «'The Lion King' Review: Be Prepared For A Crushing Disappointment» (<https://www.forbes.com/sites/scottmendelson/2019/07/11/the-lion-king-review-be-prepared-for-a-crushing-disappointment/#85526a85d86a>). *Forbes*. Consultado em 11 de julho de 2019

23. «O Rei Leão – Cinema com Crítica» (<http://cinemacomcritica.com.br/2019/07/o-rei-leao/>). Consultado em 21 de julho de 2019
24. «Animação hiper-realista de O Rei Leão é linda, mas muito sem graça» (<https://canaltech.com.br/cinema/critica-o-rei-leao-2019-144177/#:~:text=Neste%20contexto%2C%20O%20Rei%20Le%C3%A3o,que%20se%20lembra%20da%20inf%C3%A2ncia.>). 17 de julho de 2019
25. «Fãs de "Rei Leão" ficam decepcionados com dublagem e criticam Disney» (<https://paisefilhos.uol.com.br/familia/fas-de-rei-leao-ficam-decepcionados-com-dublagem-e-criticam-disney/>). 16 de julho de 2019
26. Vingadores Ultimato bilheteria (https://www.boxofficemojo.com/title/tt4154796/?ref_=bo_cso_table_1%7Ctítulo=). Página visitada em 31 de maio de 2020.
27. [1] (https://www.boxofficemojo.com/year/world/2019/?ref_=bo_cso_table_25). Página visitada em 26 de maio de 2019.
28. Bilheterias de 2019 (https://www.boxofficemojo.com/year/world/2019/?ref_=bo_cso_table_31%7Ctítulo=)
29. João Gabriel Borges Chiezi. «O Rei Leão é a sétima maior bilheteria do cinema» (https://www.boxofficemojo.com/chart/top_lifetime_gross/?area=XWW). Consultado em 31 de maio de 2020
30. «Retrospectiva 2019: Os 10 campeões de bilheteria no Brasil» (<http://www.adorocinema.com/slideshows/filmes/slideshow-152461/#page=9>)
31. «"O Rei Leão" é o filme mais visto de 2019 (e de sempre) em Portugal» (<https://zap.aeiou.pt/rei-leao-filme-mais-visto-2019-299667>)

Ligações externas

-  [Media relacionados com O Rei Leão \(filme de 2019\)](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:The_Lion_King_(2019_film)?uselang=pt) ([https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:The_Lion_King_\(2019_film\)?uselang=pt](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:The_Lion_King_(2019_film)?uselang=pt)) no Wikimedia Commons
-

Obtida de "[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=O_Rei_Leão_\(filme_de_2019\)&oldid=69039270](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=O_Rei_Leão_(filme_de_2019)&oldid=69039270)"

ECONOMIA, ÉTICA E POLÍTICA NA OBRA SÃO JORGE DOS ILHÉUS, DE JORGE AMADO

English title: *ECONOMICS, ETHICS, AND POLITICS IN JORGE AMADO'S SÃO JORGE DOS ILHÉUS*

doi> DOI NUMBER: 10.33726/akedia2447-7656v17a112025p100a107

CARVALHO, Isaar Soares de¹

RESUMO: O artigo tem o propósito de demonstrar a importância da Literatura, especialmente da obra de Jorge Amado, para a crítica social, econômica, ética e política da sociedade ilheense, com base nas narrativas do livro *São Jorge dos Ilhéus*, publicado em 1944. Descreve-se aqui, a visão sociológica de Jorge Amado sobre as relações entre o campo e a cidade, o latifúndio e os trabalhadores explorados na época áurea do cacau, em Ilhéus e Itabuna, mostrando a importância da produção cacaueira para a economia local, o progresso da cidade e, ao mesmo tempo, o aumento da desigualdade social e econômica. Como resultados, vemos que as lutas políticas entre o Fascismo e o Comunismo, bem como o Conservadorismo e a violência dos coronéis do cacau, romperam com os padrões básicos da moral, a fim de triunfarem, por todos os meios, ainda que estes fossem os piores, instaurando na região cacaueira, um princípio já presente no livro *O Príncipe*, de Maquiavel, e em despotas como Napoleão: o princípio do triunfo a qualquer custo, em evidente confronto ético aos entes humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Jorge Amado, Ética e Política, São Jorge dos Ilhéus

ABSTRACT: The purpose of this article is to demonstrate the importance of literature, especially the work of Jorge Amado, for social, economic, ethical, and political criticism of Ilheus society, based on the narratives of the book *São Jorge dos Ilhéus*, published in 1944. It describes Jorge Amado's sociological view of the relations between the countryside and the city, the large estates and the exploited workers during the golden age of cocoa in Ilhéus and Itabuna, showing the importance of cocoa production for the local economy and the progress of the city, and at the same time, the increase in social and economic inequality. As a result, we see that the political struggles between Fascism and Communism, as well as Conservatism and the violence of the cocoa colonels, broke with basic moral standards in order to triumph by any means, even the worst, establishing in the cocoa region a principle already present in Machiavelli's book *The Prince* and in despots such as Napoleon: the principle of triumph at any cost, in clear ethical confrontation with human beings.

KEYWORDS: Jorge Amado, Ethics and Politics, São Jorge dos Ilhéus

¹PhD em Filosofia (UNICAMP). Pós-Doutor em Letras (USP). Docente da UEMG – Unidade Frutal – MG.

I – ILHÉUS: UMA CIDADE MARCADA PELA LUTA DE CLASSES E PELA DESIGUALDADE

A vasta obra *São Jorge dos Ilhéus* é uma descrição de uma sociedade que tinha uma dependência da produção do cacau, fruto que se tornou um sinônimo de ouro, isto é, de riqueza. A obra mostra a situação de espoliação dos pobres, os quais eram recrutados para o plantio, cultivo e colheita do cacau, produção que, depois, era vendida para grandes comerciantes, principalmente de Ilhéus, de onde o produto era exportado, movimentando não só o comércio local, mas também, e principalmente, o comércio internacional.

A importância do cacau era tal que a baga era objeto de ferozes disputas, incitando furtos de colheitas, bem como espoliação de propriedades onde ele era cultivado e armazenado, tendo suas terras cobiçadas, invadidas e tomadas à força, de tal modo que no mesmo solo onde a planta era amanhada a abundância nascia, também era vertido o sangue de pessoas mortas nas contendas pela riqueza gerada, pelas lavouras e seu precioso fruto.

Era uma espécie de guerra de todos contra todos, na qual os princípios básicos da vida em sociedade eram desrespeitados, em busca de uma parte dessa riqueza, pela qual, porém, se empobreciam moralmente aqueles que queriam obter, ainda que fosse um pequeno quinhão nessa luta pela riqueza, pelo poder e pelo prestígio social. E para chegar a esse posto, o que mais almejavam era conseguir abrir uma empresa de exportação.

Apesar da prosperidade que tal cultura anuncjava, era tal a avareza dos coronéis e de outros proprietários que, mesmo uma criança que subisse no cacaueiro para apanhar um único fruto, estaria ela sujeita a um castigo físico, como descreveu Jorge Amado, na obra justamente intitulada *Cacau*.

Em sua forma antropológica de descrever a realidade, Jorge Amado delineia a desigualdade social, desde as pessoas em situação de penúria, que trabalhavam como alugadas, até as que, devido à situação de miserabilidade, esmolavam pela cidade de Ilhéus, conhecida como ‘Princesinha do Sul’.

Fazem parte desse cenário antropológico descrito, com conhecimento

de causa por Jorge Amado, as jovens mulheres que ‘faziam a vida’, isto é, que na ausência de outra forma de trabalho e meio de sustento, sujeitavam-se à prostituição, se bem que não se deve criticar a moral dessas mulheres, pois a maioria delas adotava essa prática devido à necessidade de sustento, não só de si mesmas, mas também, porventura, dos filhos que tivessem.

II – O LUGAR E A CONDIÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE CORONELISTA

As mulheres eram oprimidas pela situação socioeconômica e pelo androcentrismo presente de forma secular em nossa sociedade. Essa condição moral das mulheres foi descrita por Jorge Amado, não só na obra *Cacau*, mas também noutras, tais como *Capitães da Areia*, *Suor*, *Gabriela*, *Tereza Batista* e outras, nas quais o escritor baiano descreve o oportunismo e o mau-caratismo, especialmente dos filhos dos coronéis, os quais seduziam e mantinham relações sexuais com mulheres jovens e adolescentes, o que as colocava em grande dificuldade diante da sociedade preconceituosa de então, fazendo com que os pais dessas mulheres, algumas ainda adolescentes, as expulsassem de casa. E foi assim que muitas delas foram forçadas a se sustentar, bem como aos seus filhos, sujeitando-se à prostituição.

Essa situação existencial movimentava a cultura e a economia local, sendo descrita noutras obras de Jorge Amado, dentre as quais podem ser citadas, a título de corroboração de nossa afirmação, as seguintes: *Cacau*, *Jubiabá*, *Capitães da areia*, *Mar Morto*, *Gabriela*, *Tereza Batista inter alia*.

Em *Gabriela*, especialmente, se descreve com detalhes a relação das boas safras do cacau com o exercício da prostituição por aquelas mulheres que, por não terem outra possibilidade de sustento e de sobrevivência, bem como do sustento de seus filhos, continuavam a sujeitar-se a essa atividade.

Também na obra *Tieta do Agreste*, essa prática é mencionada com frequência, bem como se narra em suas obras o profissionalismo das proprietárias de cabarés, como Maria Machadão, dona do ‘Bataclan’, em Ilhéus, descrita na obra *Gabriela*, como ‘Veneranda’, na obra *Tereza Batista*

cansada de guerra, dona do cabaré de ‘Cajazeiras’, para onde iam meninas adolescentes, como a própria Tereza, as quais eram vendidas por seus parentes ou padrinhos, ou expulsas de casa por seus pais, por terem mantido uma primeira relação sexual ou por terem sido vítimas de abuso sexual por algum filho dos coronéis, ou por um médico, como se narra na obra *Cacau*.

Nos registros da prostituição, nas obras *São Jorge dos Ilhéus*, *Gabriela*, *Jubiabá*, *Capitães da Areia* e outros escritos de Jorge Amado, se mostram que a prostituição fazia parte da sociedade, porém, que se trata de uma prática que degrada a dignidade humana, tanto da mulher quanto do homem que se prostituem, pois nessa prática as pessoas dispõem de seus próprios corpos para manterem o seu sustento e de seus filhos, se os tiverem. Várias pessoas que adotam essa prática, portanto, o fazem por necessidade de sobrevivência.

Em meio a isto, muitas meninas eram seduzidas pelos filhos dos coronéis e mesmo forçadas a manter relações sexuais com eles e, depois disso, devido à austeridade de seus pais, eram menosprezadas moralmente e rejeitadas pela familiar, indo não raro para na prostituição.

Essas meninas cresciam cobiçadas pelos capitães e coronéis do sertão, havendo mesmo o sequestro e a venda de mulheres por causa da prostituição, e assim, pela necessidade da sobrevivência, muitas meninas entravam para a prostituição para ‘fazer a vida’, como afirma Jorge Amado, em algumas de suas obras, especialmente nos livros *Mar Morto*, *Capitães da Areia* e *Tereza Batista*, obra esta última, na qual se narra a venda da protagonista da narrativa, a própria ‘Tereza Batista da Anunciação’, uma pré-adolescente, com 10 anos de idade, ao capitão Justiniano Duarte da Rosa, homem violento, que invadia terras de pequenos proprietários e as conquistava, tendo ao seu dispor, juízes e funcionários dos cartórios, prontos para redigir um caxixe, nome este dado às falsas Escrituras das propriedades, bem como à emissão de certidões de nascimento falsas, como se narra na obra *Gabriela* e em várias outras.

Das obras citadas acima, *Tereza Batista* é das mais realistas em relação ao desrespeito à dignidade da pessoa humana, especialmente em relação à condição existencial, econômica e social das meninas que eram sequestradas, violentadas e depois iam parar num cabaré. Essa obra mostra o quanto a

mulher era desconsiderada em sua dignidade social e moral, enquanto pessoa, e em sua autonomia existencial, enquanto mulher.

Jorge Amado une, dessa forma, a luta de classes, a política, a economia, a religião e a moral, tendo assim sua obra, no conjunto, um aspecto holístico em relação à interpretação da sociedade, primando por valorizar a pessoa humana, isto é, o ex-existente, aquele que tem consciência de si e procura dirigir-se a si mesmo, confirmando tanto a necessidade de ser livre quanto a responsabilidade de dirigir-se a si mesmo, com seu próprio entendimento, porém, sem dogmatismos.

Merece destaque também em sua obra, o papel da Tia de 'Antônio Balduíno', na obra *Jubiabá*. A obra mostra que essa mulher criou 'Baldo' em condições precárias. Ela era lavadeira e auferia um salário muito limitado nesse árduo trabalho, o qual exigia esforço e que a levou, de acordo com a narrativa de Amado, a ter fortes dores de cabeça, devido ao calor da lata de roupas que carregava em sua cabeça, chegando a ficar demente.

As personagens de Jorge Amado representam, dessa forma, a realidade da sociedade do campo, das cidades interioranas e de Salvador. Nas obras *Cacau*, *São Jorge dos Ilhéus*, *Terras-do-sem-Fim*, *Dona Flor e seus dois maridos*, há ainda fortes referências ao candomblé e à doutrina espírita, sobretudo em *Dona Flor*, em que o personagem Vadinho, depois de ter morrido, aparece ao final da história, junto com 'Dona Flor' e seu segundo marido, o farmacêutico 'Teodoro', enquanto iam para a Igreja.

Por sua amplitude, a obra amadiana poderá ser compreendida apenas com um profundo estudo exegético em seu todo, todavia, o tempo necessário para isso, quem o teria disponível? De forma geral, no entanto, a obra é uma descrição de uma sociedade que tinha uma dependência da produção do cacau, palavra esta que se tornou um sinônimo de ouro, isto é, de riqueza, e paralelamente de miséria moral e social.

III: AS LUTAS PELA TERRA E A GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS EM BUSCA DO CACAU

As obras *São Jorge dos Ilhéus* e *Terras do sem-fim* tratam de uma única narrativa, desdobrada em duas partes, abordando as terras produtivas de cacau. Jorge Amado afirma ter procurado ser imparcial em sua narrativa, ainda que mantendo a paixão, mostrando a violência dos coronéis na conquista de terras, de forma sangrenta, e a exportação do cacau pelos comerciantes, num tempo em que o negócio era altamente lucrativo e perigoso, pois a produção do cacau e seu preço eram variáveis, não só pela oscilação do mercado, mas também, e talvez principalmente, pelas intempéries da natureza, especialmente as chuvas torrenciais nas extensas ou pequenas roças.

Os dois livros, portanto, tratam da luta histórica entre a adaptação à natureza e a obediência às leis do mercado, retratando uma sociedade que passava, aos poucos, do Feudalismo para o comércio internacional. Uma tarefa difícil para um filho de um coronel do cacau, que chegou a perder tudo o que tinha e a recuperar-se economicamente.

Sua obra tem, portanto, também um caráter intimista e biográfico em alguns pontos, pois ele escrevia como um membro da economia cacaueira, e por fim reconheceu que enquanto o drama da conquista feudal era épico, por outro lado, o dilema da conquista imperialista era marcado por um maucarativismo ao mesmo tempo que explícito, velado.

‘Sinhô Badaró’ é um dos principais personagens, tanto da obra *São Jorge dos Ilhéus* quanto de *Terras-do-sem-Fim*. Esta última se destaca, para os exegetas e hermeneutas, por narrar o uso instrumental dos textos bíblicos, mencionando a prática da leitura de versículos da *Bíblia*, que pudessem ser usados, arbitrariamente, para justificar a violência dos coronéis, como nos termos seguintes, que dizem: “Não terás misericórdia com ele, mas far-lhe-ás pagar vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé” (“Deuteronômio”, 19:21).

A citação pertinente da *Bíblia*, que é conexa à situação de luta pela posse da terra é esta, oriunda do Livro de “Josué”: “Tomou, pois, Josué, toda a terra das montanhas e do meio-dia, e a terra de Gósen, e a planície, e o distrito

ocidental, e o monte de Israel e as suas campinas" ("Josué", 11:16).

Por outro lado, o autor baiano cita uma passagem bíblica profundamente fraternal, presente no Livro de "Rute", que diz: "Não te ponhas contra mim, obrigando-me a deixar-te e a ir-me; porque para onde quer que tu fores irei eu; e onde quer que tu ficas, ficarei eu também" ("Rute", 1:16).

Em suma, na obra *São Jorge dos Ilhéus*, mostra-se a situação de espoliação dos pobres, recrutados para o plantio, cultivo e colheita do cacau, produção que depois era vendida para grandes comerciantes, principalmente de Ilhéus, de onde o produto era exportado, movimentando não só o comércio local, mas também tendo lugar de destaque no comércio internacional, exportando o cacau, tanto para os Estados Unidos quanto para a Europa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os personagens de Jorge Amado, ao longo de suas narrativas, portanto, representam a sociedade de então, tanto no campo quanto nas cidades interioranas, como Ilhéus, bem como noutras paragens do sertão brasileiro, especialmente como se narra tanto em *São Jorge dos Ilhéus*, quanto nas obras *Terras-do-sem-Fim*, *Cacau*, *Tereza Batista cansada de guerra*, enquanto outras narrativas se dedicam a descrever tanto o campo quanto a cidade, especialmente na obra *Suor*. Em *Jubiabá*, *Dona Flor e seus dois maridos*, *Meninos da Areia* e *O Sumiço da Santa*, estas são obras de conteúdos mais pertinentes às áreas urbanas, as quais, no entanto, dependem relativamente da produção advinda das áreas rurais para o seu abastecimento.

Ademais, o fato de tantas obras de Jorge Amado fazerem referência à prostituição, assaz indigna, demonstra que prática fazia parte da sociedade e, como exercício vital, degrada a dignidade humana, não apenas da mulher, mas também do homem que se prostituem, dos filhos disso nascidos – nisso, a obra amadiana é impecável como retrato social e histórico que enreda.

Desse modo, a obra amadiana, em seu todo, pode ser vista como uma série de livros de caráter sociológico, político, existencial e religioso, tanto por sua menção constante sobre a religião católica quanto por suas referências e sua defesa das religiões de matriz afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. *Cacau*. 53. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- AMADO, J. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.
- AMADO, J. *Dona Flor e seus dois maridos: história moral e de amor*. São Paulo: Martins, 1966.
- AMADO, J. *Gabriela, Cravo e Canela*. 93. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2006.
- AMADO, J. *São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo: Martins, *sine dactum*.
- AMADO, J. *Suor*. 50. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- AMADO, J. *Tereza Batista cansada de guerra. Sine Loc, sine dactum*.
- AMADO, J. *Terras-do-sem-Fim*. São Paulo: Martins, 1966.
- COSTA e SILVA, A. *Essencial Jorge Amado*. São Paulo: Penguin / Companhia das Letras, 2010.
- FIGUEIREDO, Antonio P. *Bíblia Sagrada*. Disponível em: alexandriacatolica.blogspot.com/2021/01/colecao-biblia-vulgata-pe-figueiredo.html. Acesso em: 21/07/2025.
- SALLAH, Jacques. *A Bahia de Jorge Amado*. Salvador: Casa de Palavras, 2008 (Fundação Casa de Jorge Amado).

AKEDIA, vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2
p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561
ANO 11

INTERFACES IMERSIVAS E A EXPERIÊNCIA DO VALE DA ESTRANHEZA EM PERSONAGENS VIRTUAIS

English title: *IMMERSIVE INTERFACES AND THE VALLEY OF STRANGENESS EXPERIENCE IN VIRTUAL CHARACTERS*

 DOI NUMBER: 10.33726/akedia2447-7656v17a112025p108a123

PORTARI JÚNIOR, SÉRGIO CARLOS¹

RESUMO: O crescimento de tecnologias imersivas e o surgimento do metaverso impulsionaram a necessidade de criar personagens virtuais mais realistas, a fim de proporcionar experiências imersivas e mais convincentes. No entanto, conforme esses personagens se aproximam do realismo humano, surge o fenômeno do 'Vale da Estranheza', que descreve o desconforto gerado pela percepção de falhas em personagens quase-humanos. Este trabalho investiga como diferentes tecnologias de visualização influenciam a percepção de semelhança, estranheza e simpatia em personagens humanoides 3D, dotados com movimentos faciais e corporais. Foram conduzidos experimentos com ambientes imersivos, explorando o efeito do realismo e da dinâmica dos movimentos desses personagens sobre a experiência do usuário. Os resultados indicam que dispositivos imersivos podem atenuar a percepção de estranheza, contribuindo para um maior realismo e aceitação dos personagens em mídias digitais.

PALAVRAS-CHAVE: Vale da Estranheza, Personagens Virtuais, Imersão

ABSTRACT: The growth of immersive technologies and the emergence of the metaverse have driven the need to create more realistic virtual characters in order to provide immersive and more compelling experiences. However, as these characters approach human realism, the phenomenon of the "Uncanny Valley" arises, which describes the discomfort generated by the perception of flaws in quasi-human characters. This work investigates how different visualization technologies influence the perception of similarity, strangeness, and sympathy in 3D humanoid characters with facial and body movements. Experiments were conducted with immersive environments, exploring the effect of realism and the dynamics of these characters' movements on the user experience. The results indicate that immersive devices can mitigate the perception of strangeness, contributing to greater realism and acceptance of characters in digital media.

KEYWORDS: Valley of Strangeness, Virtual Characters, Immersion

¹ Pesquisador de Produtividade em Pesquisa – PQ/UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal, doutor, sergio.junior@uemg.br.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o avanço das tecnologias digitais e a crescente convergência entre o mundo físico e o virtual têm revolucionado a forma como interagimos com os ambientes digitais. A ascensão do metaverso, aliada ao desenvolvimento de dispositivos de Realidade Virtual (RV) e Realidade Aumentada (RA), transformou significativamente as práticas comunicacionais e a percepção dos usuários acerca de experiências imersivas. Essa transformação se evidencia na construção e utilização de personagens virtuais, ou avatares, que, além de representarem os usuários em ambientes digitais, passam a exercer funções essenciais em contextos que vão desde o entretenimento e os jogos até aplicações em treinamento, educação e interações sociais.

O fenômeno conhecido como “Vale da Estranheza” (UNCANNY VALLEY) tem sido amplamente discutido na literatura especializada e se refere à resposta emocional negativa que ocorre quando personagens virtuais se aproximam, mas não alcançam, um nível de realismo pleno. Conforme apontam Mori, MacDorman e Kageki (2012), pequenas imperfeições na representação de personagens que imitam o ser humano podem gerar desconforto, uma vez que a discrepância entre a aparência e a expectativa de naturalidade provoca uma sensação de repulsa.

Esse conceito, inicialmente proposto na informática no âmbito da robótica, passou a ser aplicado em diversos campos, incluindo a computação gráfica e as mídias digitais, tornando-se um elemento central na discussão sobre o *design* e a funcionalidade de interfaces imersivas.

A relevância desse fenômeno se intensifica quando consideramos a influência dos dispositivos de visualização na percepção dos usuários. Monitores tradicionais, apesar de amplamente utilizados, oferecem uma experiência mais distante e podem acentuar a percepção de imperfeições dos avatares. Por outro lado, dispositivos imersivos, como capacetes de RV e RA, proporcionam uma sensação de presença e envolvimento que pode, em determinadas condições, mitigar o desconforto decorrente do realismo imperfeito.

Estudos empíricos demonstram que a utilização de ambientes imersivos pode reduzir a percepção das discrepâncias, corroborando os achados de Hepperle *et al.* (2022) sobre a mitigação do efeito do ‘Vale da Estranheza’ em contextos de RV. Essa dualidade impõe desafios para designers e pesquisadores

na busca de experiências que sejam simultaneamente tecnicamente sofisticadas e emocionalmente satisfatórias.

A presente pesquisa propõe uma investigação experimental que analisa, de forma comparativa, a influência de diferentes dispositivos de visualização – monitores, capacetes de RV e capacetes de RA – na percepção do ‘Vale da Estranheza’, em personagens virtuais 3D.

O estudo adota uma abordagem inter e transdisciplinar, integrando fundamentos teóricos provenientes das áreas de comunicação, tecnologia e psicologia, com o objetivo de compreender como a materialidade digital (entendida como a interface entre *hardware*, *software* e experiência do usuário) contribui para a construção de significados e para a formação da percepção estética dos personagens virtuais.

A investigação se fundamenta em uma extensa revisão bibliográfica, na qual são abordadas as principais teorias relacionadas ao ‘Vale da Estranheza’, à imersão em ambientes virtuais e à interação humano-computador. Estudos demonstram que a experiência imersiva pode alterar significativamente a forma como os usuários percebem a qualidade dos movimentos e a naturalidade dos personagens (LUGRIN; LATT; LATOSCHIK, 2015).

Ao mesmo tempo, pesquisas em *design* de interfaces sugerem que a integração de movimentos dinâmicos – como expressões faciais, gestos e sincronização labial – desempenha um papel crucial na criação de experiências que minimizam a sensação de estranheza (JIANG *et al.*, 2023).

No contexto desta pesquisa, foram elaborados experimentos controlados para avaliar a percepção dos usuários em condições distintas. Os participantes foram expostos a 15 personagens virtuais exibidos em três plataformas diferentes: monitores tradicionais, capacetes de RV e capacetes de RA (Figura 1):



FIGURA 1 – Exemplo de dispositivo imersivo: Meta Quest 3. FONTE – do Autor

Cada personagem foi desenvolvido com variações intencionais nos movimentos faciais e corporais, apresentando versões estáticas e dinâmicas, de forma a testar a hipótese de que a imersão pode moderar os efeitos do Vale da Estranheza. Os dados foram coletados, por meio de questionários estruturados, que mensuraram três dimensões fundamentais: semelhança com o ser humano, nível de estranheza e grau de simpatia.

As análises estatísticas empregadas, que incluem a Análise de Variância (ANOVA) e testes post-hoc, de Tukey, permitiram a identificação de diferenças significativas entre as condições experimentais. Os resultados indicam que os dispositivos imersivos têm o potencial de reduzir a percepção de estranheza, proporcionando uma experiência mais agradável e engajadora. Em contrapartida, a visualização, por meio de monitores, evidenciou uma maior acuidade na percepção de discrepâncias, reforçando a importância do contexto imersivo na modulação das respostas emocionais dos usuários (Figura 2):

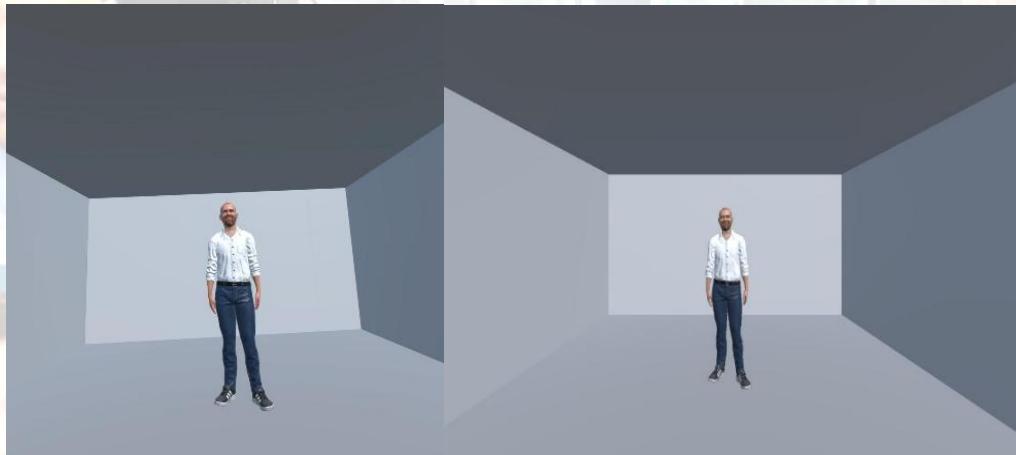


FIGURA 2 – Comparação entre a experiência em dispositivo imersivo e monitor tradicional
FONTE – do Autor

Além disso, a pesquisa destaca a importância de se considerar a qualidade dos movimentos dos personagens. Personagens que exibem movimentos naturais e sincronizados tendem a ser avaliados de forma mais positiva, o que sugere que a naturalidade das expressões faciais e corporais é um fator determinante para a eficácia das interfaces digitais. Esse aspecto é particularmente relevante, em cenários onde a interação direta com o personagem é fundamental para a experiência do usuário, como em treinamentos e simulações imersivas.

Do ponto de vista das implicações práticas, os achados desta pesquisa oferecem diretrizes importantes para o *design* de experiências digitais. A melhoria na sincronização e naturalidade dos movimentos dos personagens pode ser uma estratégia eficaz para reduzir o efeito do ‘Vale da Estranheza’, contribuindo para o desenvolvimento de aplicações mais intuitivas e agradáveis em ambientes imersivos. Dessa forma, os resultados obtidos não só ampliam o conhecimento teórico acerca da interação entre tecnologia e percepção, mas também fornecem subsídios para o aprimoramento de práticas comunicacionais em um contexto cada vez mais dominado pela convergência entre o real e o virtual.

As contribuições deste trabalho são relevantes para pesquisadores, desenvolvedores e *designers* que atuam no campo das tecnologias imersivas e da comunicação digital. Ao oferecer uma análise detalhada dos fatores que influenciam a percepção do ‘Vale da Estranheza’, a pesquisa abre caminho para novos estudos que explorem outras variáveis, como a influência de contextos culturais e a adaptação dos modelos de interação, ampliando, assim, a compreensão sobre o comportamento do usuário em ambientes virtuais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção de personagens digitais realistas tem sido um desafio constante em áreas como animação, jogos digitais e metaverso. O desenvolvimento dessas figuras virtuais encontra barreiras psicológicas, como o ‘Vale da Estranheza’, que afeta a aceitação do público. Além disso, a tecnologia utilizada para exibir esses personagens – monitores tradicionais, dispositivos de RV e RA – influencia significativamente a experiência do usuário. Esta seção aborda os conceitos fundamentais relacionados ao ‘Vale da Estranheza’ e o impacto da exibição de personagens em tecnologias imersivas.

O VALE DA ESTRANHEZA

O termo ‘Vale da Estranheza’ (Uncanny Valley) foi introduzido pelo robótico japonês Masahiro Mori, em 1970, e descreve a reação emocional dos seres humanos diante de representações artificiais de humanos. Mori propôs que, à medida que um robô ou avatar se torna mais realista, sua aceitação pelos

espectadores aumenta, até atingir um ponto crítico em que pequenas imperfeições tornam a experiência perturbadora (MORI, 1970). Esse efeito é ilustrado na Figura 3, que representa o gráfico do 'Vale da Estranheza':

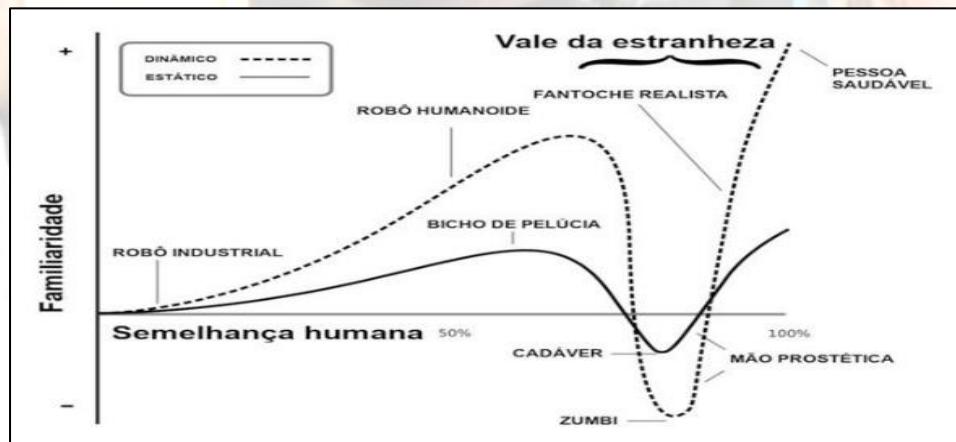


FIGURA 3 – O Vale da Estranheza de Mori. FONTE – Adaptado de Mori (1970)

Estudos posteriores reforçaram a teoria de Mori, demonstrando que a estranheza percebida ocorre especialmente, quando um personagem exibe aparência quase humana, mas apresenta movimentos faciais ou corporais não naturais (MACDORMAN *et al.*, 2006). Esse fenômeno é especialmente relevante em personagens 3D utilizados em filmes, jogos e aplicações de RV e RA.

Diversos experimentos demonstraram que o 'Vale da Estranheza' pode ser reduzido, quando os personagens possuem estilização gráfica coerente ou animações mais suaves e naturais (SEYMOUR *et al.*, 2017). A integração de inteligência artificial também tem sido explorada para melhorar o realismo da movimentação dos personagens e reduzir a percepção de estranheza (KIM; PAN; ANJYO, 2019).

TECNOLOGIAS DE EXIBIÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA PERCEPÇÃO DO VALE DA ESTRANHEZA

A forma como os personagens virtuais 3D são apresentados ao usuário influencia diretamente sua aceitação. Dispositivos não imersivos, como monitores 2D tradicionais, proporcionam uma barreira entre o espectador e o ambiente virtual, enquanto dispositivos imersivos, como capacetes de RV e RA, aproximam os usuários da experiência, modificando sua percepção do 'Vale da Estranheza' (LUGRIN; LATT; LATOSCHIK, 2015).

Monitores 2D são amplamente utilizados para a exibição de personagens virtuais em jogos, filmes e animações. No entanto, estudos indicam que a visualização em telas planas cria um efeito de distanciamento, reduzindo a imersão e, consequentemente, a sensação de estranheza (KÄSTNER *et al.*, 2021).

O distanciamento proporcionado pelos monitores permite que falhas sutis no realismo dos personagens sejam menos perceptíveis. Como resultado, a reação negativa ao ‘Vale da Estranheza’ pode ser atenuada quando comparada a dispositivos mais imersivos.

Os Head-Mounted Displays (HMDs) de RV proporcionam uma experiência imersiva total, isolando o usuário do mundo físico. Essa tecnologia aumenta a presença e a proximidade perceptual dos personagens, intensificando tanto os efeitos positivos quanto os negativos do ‘Vale da Estranheza’ (GONZÁLEZ-FRANCO; PECK, 2018).

Pesquisas indicam que a qualidade das animações faciais é um fator crítico na aceitação de avatares virtuais em RV. Movimentos oculares naturais e expressões faciais bem sincronizadas com o áudio da fala reduzem a sensação de estranheza (ROTH *et al.*, 2020).

Por outro lado, quando a qualidade da animação não é suficientemente alta, a sensação de estranheza pode ser intensificada. Usuários relataram desconforto ao interagir com avatares que apresentavam olhares fixos ou movimentos labiais descoordenados em ambientes de RV (BOULANGER *et al.*, 2021).

Diferente da RV, que insere o usuário em um mundo completamente virtual, a RA sobrepõe elementos virtuais ao ambiente físico. Essa tecnologia oferece uma interação híbrida, permitindo a coexistência de personagens virtuais com elementos do mundo real.

Estudos sugerem que a RA pode mitigar os efeitos do ‘Vale da Estranheza’, pois o contexto do mundo real fornece pistas adicionais que ajudam na aceitação dos personagens (LEE *et al.*, 2022). No entanto, quando um avatar não está bem integrado ao ambiente físico – devido a sombras incorretas, iluminação inconsistente ou interações imprecisas – a sensação de estranheza pode ser amplificada.

Além disso, a escala e posição dos personagens influenciam sua aceitação. Personagens muito pequenos ou grandes demais em relação ao ambiente real podem ser percebidos como menos convincentes e aumentar a sensação de desconforto (RAUTENBERG; KLUGE, 2021).

Diante dos desafios apresentados pelo ‘Vale da Estranheza’, diversas estratégias vêm sendo exploradas para minimizar seus efeitos e melhorar a aceitação dos personagens digitais. Algumas abordagens incluem:

- a) Estilização Gráfica: Personagens com aparência menos realista, mas estilizada, tendem a evitar o ‘Vale da Estranheza’ (GELLER; MCKINNEY, 2020);
- b) Aprimoramento da Animação Facial: Melhorar a sincronização labial, expressões naturais e rastreamento ocular pode aumentar a aceitação dos personagens (ROTH *et al.*, 2020); e,
- c) Integração Física Aprimorada na RA: Melhorar a iluminação, sombras e interações dos personagens no mundo real pode reduzir a estranheza (LEE *et al.*, 2022).

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada para este estudo baseia-se na construção e experimentação de ambientes de RV e RA, visando avaliar a percepção dos usuários sobre personagens virtuais humanoides. Para isso, foi necessário estabelecer um protocolo experimental que permitisse a coleta de dados de forma sistemática e replicável.

Segundo Phillips e Pugh (2010), existem três principais tipos de pesquisa acadêmica: (i) pesquisa de teste, que busca validar teorias já existentes em novos contextos; (ii) pesquisa de resolução de problemas, focada na aplicação de métodos científicos a desafios práticos; e (iii) pesquisa exploratória, cujo objetivo é estudar fenômenos ainda pouco compreendidos. Com base nessa classificação, o presente estudo enquadra-se como uma pesquisa de teste, pois busca validar a teoria do ‘Vale da Estranheza’ na interação de usuários com personagens virtuais utilizando diferentes dispositivos de visualização.

Para a realização dos experimentos, foi desenvolvida uma infraestrutura tecnológica composta por componentes de *hardware* e *software*.

Os dispositivos utilizados foram:

- a) Computador: responsável pelo processamento e renderização dos

ambientes virtuais;

- b) Meta Quest 3: capacete de realidade virtual utilizado para os experimentos imersivos; e,
- c) Apple iPhone 15 Pro: utilizado para a captura dos movimentos faciais, utilizando o sensor FaceID.

Foram utilizados diversos softwares para a construção dos ambientes interativos, incluindo:

- a) Blender, Adobe Mixamo, Union Avatars, Avatar SDK e Avaturn.ME: para a modelagem e animação dos personagens virtuais;
- b) Unity: para a implementação dos ambientes RV e RA; e,
- c) Python: para análise estatística dos dados coletados.

Os ambientes de RV e RA foram projetados para conter as seguintes cenas experimentais:

- a) Cena de Calibração: etapa inicial para garantir que os dispositivos estavam ajustados corretamente para cada participante;
- b) Cena de Treinamento: onde os usuários se familiarizaram com os comandos e interações;
- c) Cena de Apresentação dos Personagens: fase em que os avatares são exibidos nos diferentes dispositivos; e,
- d) Cena do Questionário: onde os participantes respondem a perguntas sobre suas percepções dos personagens.

Os 15 personagens utilizados no experimento, divididos em 5 personagens por categoria, foram modelados com diferentes graus de realismo para analisar a influência do efeito do 'Vale da Estranheza'. Eles foram categorizados da seguinte forma:

- a) Modelo de Alto Realismo (Figura 4A): baseado em digitalizações de pessoas reais;
- b) Modelo Semi-Realista (Figura 4B): uma versão estilizada com características mais suavizadas; e,
- c) Modelo Cartunesco (Figura 4C): personagens com características exageradas e menos detalhes realistas:



(A)

(B)

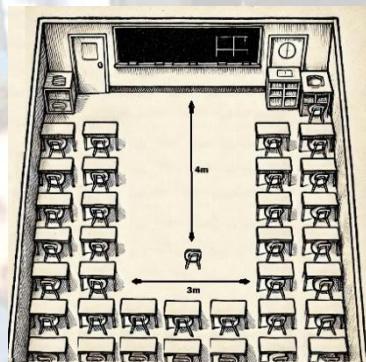
(C)

FIGURA 4 – Níveis de realismo dos personagens. Em A alto realismo; em B Semi-realismo; e em C Cartunesco. **FONTE** – dos Autores

A animação dos personagens incluiu movimentação facial e corporal para verificar a influência do dinamismo na percepção dos participantes.

TESTES E RESULTADOS

Os testes foram conduzidos em dois locais: uma sala de aula na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e um laboratório na Faculdade Barretos. Ambos os ambientes foram ajustados para minimizar distrações externas, como mostra a Figura 5:



(A)



(B)

FIGURA 5 – Locais de experimentação. Em A esboço do ambiente; e em B teste em andamento. **FONTE** – dos Autores

O objetivo dos testes foi avaliar a percepção dos participantes em relação a diferentes personagens virtuais, explorando aspectos como semelhança, simpatia, naturalidade e estranheza. Para isso, foram realizados experimentos em dois ambientes distintos: um laboratório de informática e uma sala de aula adaptada.

No espaço experimental, os participantes permaneciam sentados enquanto interagiam com personagens virtuais através de dispositivos de RV e RA (Figura 6). As configurações incluíam calibração prévia dos equipamentos e definição de áreas seguras para a movimentação dos usuários:



FIGURA 6 – Ambiente de RA no Laboratório de Informática (visão do Meta Quest 3).
FONTE – dos Autores

Os experimentos foram realizados com o capacete de realidade virtual Meta Quest 3, que exigiu calibração prévia para definição de áreas seguras e ajuste dos sensores. O software utilizado para exibição dos personagens foi desenvolvido com Unity, permitindo a visualização de movimentos faciais e corporais dos personagens. A calibração foi repetida antes do início de cada sessão experimental.

Os experimentos foram divididos em quatro principais categorias:

- a) Percepção de Semelhança e Estranheza: Avaliação do impacto visual dos personagens estáticos;
- b) Percepção de Simpatia e Estranheza: Análise do quanto os avatares eram percebidos como amigáveis;
- c) Naturalidade dos Movimentos Oculares: Testes com animações de piscar e acompanhamento do olhar do usuário; e,
- d) Naturalidade dos Movimentos Corporais: Avaliação da fluidez dos movimentos, incluindo caminhada e gestos.

Os experimentos foram realizados com o capacete de realidade virtual Meta Quest 3, que exigiu calibração prévia para definição de áreas seguras e ajuste dos sensores, e em monitores de tela plana do laboratório de informática, no ambiente não imersivo. O software utilizado para exibição dos personagens, em ambos os casos, foi desenvolvido com Unity, permitindo a visualização de movimentos faciais e corporais dos personagens.

Para a análise dos dados coletados, foram utilizadas as seguintes abordagens estatísticas:

- a) ANOVA (Análise de Variância) para comparação dos diferentes personagens em relação às variáveis de percepção;
- b) Teste Post-Hoc de Tukey, para avaliar diferenças específicas entre grupos; e,
- c) Gráficos de dispersão e regressão, ilustrando a relação entre estranheza e naturalidade.

O primeiro experimento investigou como os participantes percebiam a semelhança e a estranheza dos personagens estáticos. Os resultados indicaram que personagens com características de alto realismo geravam maior sensação de estranheza, confirmando a teoria do 'Vale da Estranheza'. As análises estatísticas mostraram que os personagens mais cartunizados foram considerados menos estranhos.

No segundo experimento, avaliou-se a simpatia dos personagens. Personagens que apresentavam expressões neutras ou levemente sorridentes foram considerados mais simpáticos. A estranheza permaneceu como um fator relevante, especialmente em personagens com expressões faciais ambíguas.

A terceira avaliação focou na naturalidade dos movimentos oculares. O acompanhamento do olhar do personagem pelos participantes foi percebido como natural em personagens bem modelados, mas em personagens mais robóticos, essa característica causou desconforto. O teste de ANOVA indicou diferenças estatisticamente significativas entre os tipos de personagens testados.

A sincronização labial com o áudio do personagem foi avaliada no quarto experimento. Os resultados indicaram que pequenos atrasos na sincronia eram rapidamente notados pelos participantes, diminuindo a sensação de realismo. Personagens com sincronia perfeita tiveram avaliações significativamente mais positivas.

A última fase dos testes analisou os movimentos corporais, como caminhada e gesticulação. Quando os movimentos eram muito suaves ou excessivamente mecânicos, os participantes relataram um maior grau de estranheza. A inclusão de movimentos mais naturais ajudou a aumentar a sensação de realismo.

Os resultados confirmam que a percepção de estranheza está fortemente relacionada à fidelidade dos movimentos e expressões dos personagens. Modelos com animações naturais foram mais bem aceitos, enquanto os que apresentavam pequenas inconsistências reforçaram a sensação de desconforto. O estudo contribui para a compreensão do 'Vale da Estranheza', indicando caminhos para o desenvolvimento de personagens mais realistas.

CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS

Os resultados apresentados ao longo deste estudo confirmam a influência dos diferentes dispositivos de visualização na percepção da naturalidade e estranheza de personagens virtuais. Em particular, foi constatado que o uso de dispositivos imersivos, como HMDs de RV e HMDs de RA, proporciona uma experiência mais favorável em comparação com monitores convencionais. Essa constatação reforça a hipótese de que a tecnologia utilizada para exibir avatares digitais desempenha um papel crucial na mitigação do efeito do 'Vale da Estranheza'.

Os experimentos conduzidos indicaram que a naturalidade dos movimentos faciais, labiais e corporais dos personagens tem um impacto significativo na percepção do usuário. A análise estatística revelou que personagens exibidos por meio de HMDs foram percebidos como mais naturais e menos estranhos, enquanto aqueles exibidos em monitores apresentaram uma maior taxa de rejeição.

Além disso, personagens mais realistas emergiram como um fator importante em sua aceitação. Usuários que perceberam suas características faciais, expressões e sincronismo relataram menor estranheza e maior afinidade. Este resultado sugere que isso pode desempenhar um papel essencial na humanização da interação em ambientes virtuais e metaversos.

A Figura 7 mostra o grau de semelhança com um humano obtido por cada personagem, estando ele estático (sem nenhum movimento) ou com movimentos corporais, faciais e oculares:

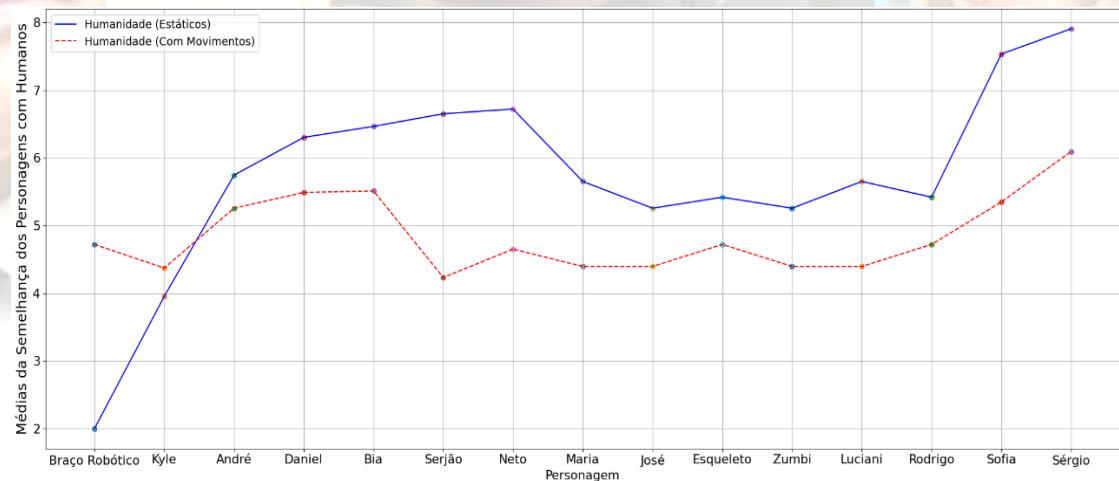


FIGURA 7 – Gráfico da comparação de semelhança dos personagens com humanos reais para cada personagem. FONTE – dos Autores

Os achados deste estudo não apenas confirmam a relevância do ‘Vale da Estranheza’ no *design* de personagens digitais, mas também destacam como a escolha do meio de exibição e a complexidade dos movimentos influenciam a aceitação desses personagens. Essa constatação tem implicações diretas para áreas como entretenimento, educação, *marketing* digital e treinamentos virtuais, onde a interação com personagens realistas é um fator determinante para a experiência do usuário.

Dado o impacto dos dispositivos imersivos na percepção de personagens virtuais, várias direções de pesquisa podem ser exploradas para aprimorar ainda mais a experiência do usuário e reduzir a estranheza percebida. Algumas sugestões incluem:

a) Aprimoramento de técnicas de animação facial e corporal: O desenvolvimento de algoritmos mais avançados para captura e reprodução de movimentos faciais e corporais em tempo real pode contribuir significativamente para reduzir a percepção de estranheza. A inteligência artificial pode desempenhar um papel fundamental na sincronização precisa dos movimentos labiais e expressões faciais em ambientes imersivos;

b) Estudos sobre personalização de personagens: Explorar como permitir que usuários ajustem características físicas e movimentos dos personagens pode influenciar sua aceitação e reduzir a estranheza percebida. A personalização pode ser um diferencial para tornar a experiência mais natural, principalmente em ambientes emergentes como o metaverso;

c) Investigação sobre narrativas interativas e imersivas: O impacto de personagens humanoides em narrativas digitais ainda é um campo a ser aprofundado. Pesquisas futuras podem analisar como diferentes graus de realismo dos avatares afetam a imersão e a conexão emocional do usuário, tanto em videogames quanto em simulações virtuais; e,

d) Desenvolvimento de métricas automáticas para avaliar estranheza e simpatia: O uso de aprendizado de máquina para mensurar percepções subjetivas de estranheza e simpatia em tempo real pode trazer avanços significativos para a criação de personagens virtuais mais naturais e agradáveis. Sistemas automáticos de ajuste dinâmico podem proporcionar *feedback* instantâneo durante interações com avatares digitais.

Essas direções futuras podem contribuir para o desenvolvimento de personagens digitais mais realistas e envolventes, com aplicações que vão desde o entretenimento até a comunicação digital e a educação. O aprofundamento dessas pesquisas pode permitir interações virtuais mais fluidas e naturais, consolidando o papel dos avatares digitais em um mundo cada vez mais imersivo e interconectado.



AKEDIA, vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2
p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561
ANO 11



REFERÊNCIAS

- BOULANGER, A.; CHABOT, R.; LACHANCE, J. The impact of facial animation quality on avatar acceptance in virtual reality environments. *Journal of Virtual Reality and Broadcasting*, v. 18, n. 3, p. 112-128, 2021.
- GELLER, T.; MCKINNEY, B. Avoiding the uncanny valley in stylized character design: Perception and artistic strategies. *Digital Creativity*, v. 31, n. 2, p. 85-102, 2020.
- GONZÁLEZ-FRANCO, M.; PECK, T. C. Avatar embodiment: A standardized questionnaire. *Frontiers in Robotics and AI*, v. 5, n. 74, p. 1-11, 2018.
- HEPPERLE, D. et al. The Impact of the Uncanny Valley in Virtual Reality Environments. *Journal of Virtual Reality*, 2022.
- JIANG, et al. Dynamics of Facial and Bodily Movements in Immersive Environments. *Journal of Digital Media*, 2023.
- KÄSTNER, T.; STEINICKE, F.; LUGRIN, J. L. Investigating distance perception and the uncanny valley in virtual environments. *ACM Transactions on Applied Perception*, v. 18, n. 4, p. 45-62, 2021.
- KIM, J.; PAN, Z.; ANJYO, K. AI-driven motion synthesis for lifelike animation. *Computer Animation and Virtual Worlds*, v. 30, n. 5, p. 1-15, 2019.
- LEE, J.; PARK, H.; SHIN, D. Reducing the uncanny valley effect in augmented reality applications through environmental integration. *Computers & Graphics*, v. 101, p. 45-58, 2022.
- LUGRIN, J.; LATT, J.; LATOSCHIK, M. How Realism Influences the Uncanny Valley Effect in Virtual Characters. In: *VIRTUAL HUMANS SYMPOSIUM*, 2015.
- MACDORMAN, K. F.; GREEN, R. D.; HO, C.; KOHN, K. Too real for comfort? Uncanny responses to computer-generated faces. *Computers in Human Behavior*, v. 24, n. 3, p. 695-710, 2006.
- MORI, M. The uncanny valley. *Energy*, v. 7, n. 4, p. 33-35, 1970.
- MORI, M.; MACDORMAN, K. F.; KAGEKI, N. The Uncanny Valley. *IEEE Robotics & Automation Magazine*, 2012.
- PHILLIPS, E.; PUGH, D. S. *How to get a PhD: a handbook for students and their supervisors*. 5th ed. McGraw-Hill Education, 2010.
- RAUTENBERG, D.; KLUGE, S. Size and scale perception in augmented reality: Investigating the uncanny effect of improper proportions. *Augmented Reality Journal*, v. 15, n. 2, p. 87-105, 2021.
- ROTH, D.; LUGRIN, J. L.; PRYTZ, R.; LATOSCHIK, M. E. The influence of eye gaze and facial animations on user perception in virtual reality avatars. *IEEE Transactions on Games*, v. 12, n. 1, p. 45-58, 2020.
- SEYMOUR, M.; CAHILL, L.; GARNER, J. Realism in digital human avatars: How motion and facial expression affect perception. *Digital Humans Journal*, v. 4, n. 2, p. 1-14, 2017.

LINGUAGEM E CONTEXTO – CONEXÕES ENTRE SAUSSURE E FOUCAULT

English title: *LANGUAGE AND CONTEXT – CONNECTIONS BETWEEN SAUSSURE AND FOUCAULT*

doi: DOI NUMBER: 10.33726/akedia2447-7656v17a112025R01a05

PESSOA, Marcelo¹ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Este texto se presta ao atendimento dos quesitos exigidos pela disciplina doutoral, intitulada “Tópicos avançados em linguagem e discurso III”, ofertada pelo PPGL – UFSCAR. O presente estudo se debruça em destacar liames de convergência entre o Artigo, intitulado “Saussure e Foucault, língua e discurso” (FERNANDES & SARGENTINI, 2022), e o Projeto de Pesquisa, denominado “Que Língua é essa?”, desenvolvido em nível doutoral (PPGL – UFSCAR, 2024-2028), por este redator, sob a orientação do Prof. Dr. Dirceu Cléber Conde. Metodologicamente, este ensaio realiza uma pequena revisão bibliográfica, por meio da qual se possibilita, além de ofertar ao leitor compreensão geral sobre o texto de Fernandes & Sargentini (2022), também uma interação com as demandas de pesquisa que a UFSCAR viabiliza, por meio do já citado Projeto Doutoral. Como aporte teórico coadjuvante, evocamos os primeiros resultados da Pesquisa doutoral em voga, já dispostos no texto “A NAU, O HOMEM E O MUNDO – PARTICULARIDADES DE UMA LINGUÍSTICA EM CONSTRUÇÃO” (PESSOA & CONDE, 2025). Neste sentido, como implicações esperadas, vislumbra-se encontrar alguma possibilidade de diálogo entre o Artigo e o Projeto, no que tange ao viés de aplicação do conceito de língua ora discutido.

PALAVRAS-CHAVE: Produção e difusão do conhecimento, divulgação científica, Letras

ABSTRACT: This text is intended to fulfill the requirements of the doctoral course entitled “Advanced Topics in Language and Discourse III”, offered by the PPGL – UFSCAR. This study focuses on highlighting converging links between the article entitled “Saussure and Foucault, language and discourse” (FERNANDES & SARGENTINI, 2022) and the research project entitled “What kind of language is this?”, developed at doctoral level (PPGL – UFSCAR, 2024-2028) by this writer under the guidance of Prof. Dr. Dirceu Cléber Conde. Methodologically, this essay carries out a short bibliographical review, which not only provides the reader with a general understanding of the text by Fernandes & Sargentini (2022), but also enables interaction with the research demands that UFSCAR makes possible through the aforementioned Doctoral Project. As a supporting theoretical contribution, we evoke the first results of the doctoral research in progress, already set out in the text “THE SHIP, MAN AND THE WORLD – PARTICULARITIES OF A LINGUISTICS UNDER CONSTRUCTION” (PESSOA & CONDE, 2025). In this sense, the expected results are to find some possibility of dialog between the article and the project, in terms of the application of the concept of language discussed here.

KEYWORDS: Production and dissemination of knowledge, scientific dissemination, Letters

¹ Doutorando em Linguística, pela UFSCAR. Docente, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal. Pesquisa desenvolvida com o apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

APRESENTAÇÃO

Segundo se informa no texto de Fernandes & Sargentini (2022), o objetivo daquela escrita, é o de “problematizar a concepção de língua que perpassa os estudos de Foucault”, com foco aos ditames foucaultianos tais e quais dispostos em sua “Arqueologia do Saber” (FOUCAULT, 2002).

Embora a mencionada arqueologia foucaultiana não tenha tratado exatamente da questão da ‘língua’, mas do ‘enunciado’ per se, Fernandes & Sargentini (2022) ressaltam que, independentemente disso, tal problemática pode ser subentendida não apenas nesta ‘arqueologia’, mas, também, nas entrelinhas de outras obras foucaultianas, donde se permite, enfim, reafirmar uma particular compreensão foucaultiana de ‘língua’, pondo-a em contrapontos aos ditos emanados de Saussure (2006).

DISCUSSÕES

Se, portanto, para Saussure, a ‘língua’ “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006, p. 17), para Foucault, a ‘língua’ é entendida “como um objeto tomado como condição para o estudo de outro objeto, não linguístico propriamente, o discurso, cuja existência necessita da língua” (FERNANDES & SARGENTINI, 2022, p. 57).

No confronto entre o pensamento de ambos, no que tange ao quesito ‘língua’, tanto Saussure quanto Foucault, poderiam sair em defesa do que se descreve abaixo, visto que as duas vertentes, em algum momento, se voltam para a sociedade como sendo a maternidade linguística primordial e objeto essencial do que querem explicar, isto é, o social é o laboratório de todas as possibilidades linguísticas e discursivas:

Se pudéssemos abranger a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala por todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto

de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (SAUSSURE, 2006, p. 45).

O que se percebe, além da convergência dos dois ao nível do social, é que neste contraponto central da discussão depreendido do texto de Fernandes & Sargentini (2022), enquanto Saussure propõe que a 'língua' é um objeto de estudos que exige uma reflexão interna sobre o seu funcionamento, Foucault passa a compreendê-la, por meio das interações extralingüísticas, tais como a história, a cultura, a sociedade etc.

É neste sentido, isto é, nesta duplicidade que o aspecto social permite, inclusive, que Fernandes & Sargentini (2022) declaram que Foucault teria rejeitado o postulado do Estruturalismo de Saussure, voltando-se ele, Foucault, aos estudos do contexto, aos macros 'arquivos' linguísticos (história, a cultura, a sociedade etc.). Nisso, então, é que:

Foucault assevera que os objetos que compõem as regras de formação não são redutíveis à língua ou ao ato de fala. São as práticas discursivas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Assim, esses objetos (ele exemplifica com o discurso da psicopatologia no século XIX) não preexistem ao discurso, eles são construídos pelos discursos (FERNANDES & SARGENTINI, 2022, p. 64).

Com isso, modela-se em Foucault, um conceito em que a 'língua' não seja o objeto de investigação em si mesma, mas um instrumento, por meio do qual, se produzam enunciados significativos em forma de discursos. Recupera-se neste embate entre Saussure e Foucault, um dos grandes alvos de interesse da Ciência Linguística:

Dentre as distintas abordagens que a Ciência Linguística Moderna passou a incorporar aos estudos linguístico-gramaticais (gramática normativa, gramática descritiva, gramática histórica e gramática comparada e. g.), [...] se pode depreender como essência, ou seja, a mensagem a partir da qual se poderia definir a Linguística, por meio destas abordagens que, em última análise, 'descrevem e explicam' os fenômenos de linguagem humana (PESSOA & CONDE, 2025, p. 49).

Daí é que, para Foucault, "uma língua constitui sempre um sistema para

enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos (tradução livre: FOUCAULT, 2002, p. 30), condição *sine qua non* esta ao construto sociolinguístico, tanto de Saussure quanto do discurso de Foucault.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault nasceu em 1926, treze anos depois da morte de Saussure, mas e daí?

Esse dado é importante, na medida em que se pode constatar com tal informação, que a precedência teórica sobre o tema do *paper* de Fernandes & Sargentini (2022) pertence a Saussure. Neste sentido, destacamos que, no modo com que a escrita de Fernandes & Sargentini (2022) foi conduzida, dá-se a entender exatamente isso, ou seja, o que Foucault propõe observa, acata os preâmbulos do tema delineados desde o pensamento de Saussure.

A partir de trechos como “A língua constitui uma instituição social [...] A língua é um sistema de signos [...] Pode-se, então, conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social”, vemos que tais fragmentos, os autores Fernandes & Sargentini (2022) retiraram do *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, construindo um viés de leitura que deixa no leitor, a ideia de que é mesmo verdade que a ‘língua’ pode ser considerada, também, como um fato social, cultural, contextual, elementos igualmente descritos, tanto em Saussure quanto em Foucault.

É assim, portanto, que na conclusão do Artigo de Fernandes & Sargentini (2022, p. 65), confirma-se tal viés, recolocando em ordem as ideias de ambos os autores: Saussure antecedendo a Foucault:

Em nossa exposição, certificamos nossa hipótese de que o diálogo com o estruturalismo – que apresenta a língua como sistema, conforme propôs Ferdinand de Saussure – atuou como fundamento para a concepção dos conceitos de discurso, práticas discursivas, enunciado, acontecimento discursivo, que constituem objetos da Arqueologia foucaultiana (FERNANDES & SARGENTINI, 2022, p. 65).

A ressalva que precisa ser feita, é a de que, no texto de Fernandes & Sargentini (2022), se colocado à luz da boa norma da ABNT, revela-se que nas REFERÊNCIAS do Artigo, obras como *Course in General Linguistics*, de Saussure, são dadas em sua versão inglês, francês, porém, quando as mesmas são citadas no corpo do texto, a notação ABNT que aparece não é desta, mas de uma ou outra tradução em português, não indicada nas REFERÊNCIAS para consulta do leitor.

Apesar deste e de outro revés, a produção de Fernandes & Sargentini (2022) contribui para a formação de cenários de compreensão que a Ciência Linguística e discursiva almeja atingir, configurando-se, o presente Artigo resenhado, como uma das partes da grandiosa tarefa que todos temos pela frente.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Cleudemar Alves & SARGENTINI, Vanice. Saussure e Foucault, língua e discurso. *Revista da ANPOLL*, Florianópolis, v. 53, n. 2, p. 53-67, maio-ago., 2022. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1692/1233>. Acesso em 06/05/2025, às 18h50min.
- FOUCAULT, Michel. *The Archaeology of Knowledge*. 2. ed. London; New York: Routledge, 2002.
- PESSOA, Marcelo & CONDE, Dirceu Cléber. A NAU, O HOMEM E O MUNDO – PARTICULARIDADES DE UMA LINGUÍSTICA EM CONSTRUÇÃO. *Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos*, Volume 17 – Ano 11 – 1º e 2º Sem. de 2025. Disponível em: https://www.revistaakedia.com.br/_files/ugd/314365_52aa1bf2225d4fb6a9d029c964518380.pdf?index=true. Acesso em 06/05/2025, às 19h17min.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.